



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**FABIANA FREITAS COSTA**

**NAS AVENIDAS E CRUZAMENTOS DO GÊNERO, RAÇA, CLASSE E  
GERAÇÃO:  
MULHERES NEGRAS CHEFES DE FAMÍLIA EM BAIROS DO SUBÚRBIO  
FERROVIÁRIO DE SALVADOR**

**Salvador  
2009**

**FABIANA FREITAS COSTA**

**NAS AVENIDAS E CRUZAMENTOS DO GÊNERO, RAÇA, CLASSE E  
GERAÇÃO:  
MULHERES NEGRAS CHEFES DE FAMÍLIA EM BAIROS DO SUBÚRBIO  
FERROVIÁRIO DE SALVADOR**

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof. Dra. Iracema Brandão  
Guimarães

Salvador  
2009

---

C837 Costa, Fabiana Freitas,  
Nas avenidas e cruzamentos do gênero, raça, classe e geração:  
mulheres negras chefe de família em bairros do subúrbio ferroviário de  
Salvador / Fabiana Freitas Costa, 2009.  
135f. :Il.

Orientadora: Prof. Dra. Iracema Brandão Guimarães.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia,  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.

1. Mulheres chefes de família – Salvador (BA). 2. Mulheres –  
Emprego – Raça negra. 3. Relações de gênero. 4. Experiências de vida.  
5. Família e trabalho. 6. Família – aspectos econômicos – Salvador (BA).  
I. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
II. Guimarães, Iracema Brandão. III. Título.

CDU: 396  
CDD: 305.42

---

**FABIANA FREITAS COSTA**

**NAS AVENIDAS E CRUZAMENTOS DO GÊNERO, RAÇA, CLASSE E  
GERAÇÃO:  
MULHERES NEGRAS CHEFES DE FAMÍLIA EM BAIROS DO SUBÚRBIO  
FERROVIÁRIO DE SALVADOR**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, junto ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade federal da Bahia.

Aprovada em 15 de outubro de 2009.

**Banca Examinadora**

**Iracema Brandão Guimarães – Orientadora** \_\_\_\_\_  
Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo, USP

**Ângela Lúcia Silva Figueiredo** \_\_\_\_\_  
Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ-Tec.

**Prof. Dra. Márcia dos Santos Macedo** \_\_\_\_\_  
Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia

*Dedico este trabalho à minha sobrinha Sophie, que foi gestada junto com esse projeto e nasceu quando ele se tornou possível.*

## Agradecimentos

Durante todo processo que culmina nessa dissertação, algumas pessoas não podem deixar de ser lembradas por terem contribuído muito, direta ou indiretamente para o sucesso desse trabalho, representando mais que um instrumento de obtenção de título, mas um desejo realizado.

Agradeço aos meus pais, Iraildes e Jorge, por terem me incentivado desde cedo a superar os obstáculos e, principalmente, por terem despertado em mim o interesse e o gosto pelos estudos, ainda que a realidade dura e difícil que experimentaram, não os deixasse concluir sua carreira escolar. Agradeço às minhas avós, Maria Helena e Carmem, que cada uma a seu modo, foram por um tempo ou por quase toda a vida chefes de família, sendo quase uma inspiração para a realização desta pesquisa.

Aos meus irmãos que abdicaram de vários dias de lazer, som alto e sessões de filme por consideração ao meu trabalho em casa: obrigada, Renata e Maurício!

Aos meus amigos da Comunidade São Francisco – Alto do Cruzeiro, que compreenderam meu afastamento das atividades pastorais, sobretudo neste ano, em virtude da pesquisa, meus agradecimentos.

Não posso deixar também de agradecer a todos os meus companheiros de Iniciação Científica, pelas nossas conversas, debates, sugestões, motivações: Neto, Flávia, Amanda, meu muito obrigada! Durante a minha experiência como bolsista no CRH (Centro de Recursos Humanos – UFBA) não posso deixar de mencionar também pessoas que tornaram sempre muito agradável a convivência nesse espaço: Edna, Alexandre, Carlos, Dora, e todos/as os/as funcionários/as com quem partilhei inúmeras manhãs e tardes de estudo e conversas agradáveis.

Agradeço também a minha orientadora Iracema Brandão Guimarães, pelas conversas, sugestões, estímulos nesse período que compreende não só o curso de mestrado, mas também três anos de iniciação científica que inclusive possibilitaram-me o desenvolvimento de muitas das idéias presentes nesse trabalho. Agradeço também à CAPES, pelo apoio financeiro à pesquisa.

E nesses últimos dois anos em que estive cursando o mestrado, não posso deixar de agradecer, especialmente, ao meu noivo e companheiro, Vanilson, pela dedicação, carinho, afeto e compreensão que tornou nosso relacionamento possível apesar das inúmeras manhãs, tardes, e noites em que estive na frente do computador estudando, produzindo o texto da dissertação, ou mesmo realizando as entrevistas de campo. Agradeço de todo coração pelas palavras de apoio, pelo ombro nas horas de angústia e ansiedade, e pelo silêncio necessário para eu desabafar minhas preocupações com a pesquisa.

Por fim agradeço também ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais principalmente por tornar possível a realização deste projeto que aqui se apresenta.

“Mama África  
A minha mãe  
É mãe solteira  
E tem de fazer mamadeira todo dia  
Além de trabalhar como empacotadeira  
nas casas Bahia.”

(Mama África, canção de Chico Cesar)

## RESUMO

Pensar a questão da chefia familiar feminina é ter no horizonte a clareza de que estamos lidando com um objeto extremamente diversificado, inclusive porque o próprio contexto que perpassa sua existência – a família (ou as famílias?) - já é bastante complexo e rico de formas e significados. Partindo de uma pesquisa empírica com 32 mulheres negras chefes de famílias residentes em bairros do Subúrbio Ferroviário de Salvador-BA, desenvolvemos este trabalho buscando principalmente compreender como alguns dos principais eixos de subordinação se articulam no exercício da chefia familiar, e em que medida essas dimensões se traduzem em maiores dificuldades ou, paradoxalmente, numa abertura de possibilidades para novas formas de se pensar a família e o papel que a mulher desempenha, sobretudo em nosso contexto, a mulher negra e pobre, tanto no âmbito privado das relações, quanto na sua dimensão pública. As reflexões neste trabalho buscam atentar também para a *desconstrução* do mito da “coitadinha” que tomou força com as discussões acerca da *feminização da pobreza*. Dessa forma, a análise proposta permite reafirmar que as chefes não são dupla ou triplamente afetadas pelas desigualdades, mas afetadas de um modo distinto que só pode ser compreendido quando entram em jogo todas as facetas da desigualdade, não sobrepostas, mas interrelacionadas.

**Palavras-chave:** Mulheres chefes de família; Salvador (BA); Família – Aspectos econômicos; Experiência de vida; Família e trabalho; Relações de gênero; Mulheres – Emprego; Raça negra.



## ABSTRACT

Reflecting upon the issue of female-headed households means keeping in mind that we are dealing with an extremely diversified object, including the fact that the very context in which it exists - the family (or the families?) – is in itself complex and full of different forms and meanings. Starting from an empirical survey among 32 black women who are heads of families residing in neighborhoods located at Subúrbio Ferroviário, on the outskirts of the city of Salvador, Bahia, we have carried out this work with the main objective of understanding how some of the principal subordination axes articulate in the exertion of family headship, and to what extent those dimensions signify greater difficulties or, paradoxically, an opening of possibilities towards new ways of reflecting upon the family and the role that women play, especially in our context, black impoverished women, both in the private realm of relationships and in the public dimension. The reflections in this work also aim to call attention to the *deconstruction* of the “poor thing” myth, which gained strength with the discussions around the *feminization of poverty*. Therefore, the analysis that is proposed allows one to reaffirm that the female heads of families are not twice or three times affected by the inequalities, but rather affected in a distinct way that can only be understood when all the aspects of inequality come into play, not superposed but interrelated.

**Key words:** Women heads of household, Salvador (BA), Family - Economic aspects, Life experience, Family and work, gender relations, Women - Employment; Negroid race.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>RECONHECENDO O CAMPO DE INVESTIGAÇÃO.....</b>	<b>14</b>
2.1	EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS – ALGUMAS NOTAS ACERCA DO DEBATE.....	14
2.2	PROBLEMATIZANDO A CHEFIA FAMILIAR FEMININA.....	18
2.3	INTERSECCIONALIDADE – NAS AVENIDAS E CRUZAMENTOS DO GÊNERO, RAÇA, CLASSE E GERAÇÃO .....	21
2.4	GÊNERO E GERAÇÕES – PENSANDO RELAÇÕES .....	24
2.5	O EIXO DA RAÇA E A DISCUSSÃO ACERCA DA CHEFIA FAMILIAR FEMININA.....	26
2.6	OBJETIVOS E HIPÓTESES ORIENTADORES DA PESQUISA .....	27
2.7	PESQUISA DE CAMPO.....	29
<b>2.7.1</b>	<b>Instrumento da coleta de dados.....</b>	<b>31</b>
<b>2.7.2</b>	<b>Escolha dos bairros.....</b>	<b>32</b>
2.8	UM POUCO SOBRE O SUBÚRBIO FERROVIÁRIO DE SALVADOR .....	33
<b>3</b>	<b>FAMÍLIA E CHEFIA FEMININA – UM PASSEIO PELA TEMÁTICA.....</b>	<b>37</b>
3.1	A EMERGÊNCIA DO GÊNERO COMO CATEGORIA CENTRAL DE ANÁLISE... 42	
3.2	CHEFIA FEMININA E DESIGUALDADE SOCIAL – O PERIGO DO VIÉS DETERMINISTA.....	49
<b>4</b>	<b>DISCUTINDO A TRAJETÓRIA ESCOLAR E OCUPACIONAL DAS MULHERES.....</b>	<b>52</b>
4.1	PERFIL GERAL: QUEM SÃO AS ENTREVISTADAS? .....	53
4.2	PRETERIDAS NO TRABALHO? TRAJETÓRIAS DAS MULHERES NEGRAS CHEFES DE FAMÍLIA NA ESCOLA E NO MERCADO DE TRABALHO.....	56
<b>4.2.1</b>	<b>Escola e trabalho entre as mulheres maduras.....</b>	<b>57</b>
<b>4.2.2</b>	<b>Histórias que começaram muito antes.....</b>	<b>65</b>
<b>4.2.3</b>	<b>Escolas e trabalho entre os mais jovens.....</b>	<b>69</b>
<b>4.2.4</b>	<b>Nas avenidas das intersecções.....</b>	<b>72</b>

<b>5</b>	<b>CURSOS DE VIDA DIFERENCIADOS: DILEMAS E ESTRATÉGIAS DAS MULHERES E SUAS FAMÍLIAS.....</b>	<b>73</b>
5.1	DIFERENTES PONTOS DE PARTIDA .....	73
5.2	E HOJE? ANALISANDO UM RETRATO FALADO .....	83
<b>6</b>	<b>MULHERES SÓS E ACOMPANHADAS: DISCUTINDO A QUESTÃO DA CONVIVÊNCIA CONJUGAL E NO EXERCÍCIO DA CHEFIA FEMININA ...</b>	<b>92</b>
6.1	“ANTES SÓ QUE MAL ACOMPANHADA” - AS MULHERES SEM COMPANHEIRO/CÔNJUGE.....	92
6.2	ALGUMAS QUESTÕES SOBRE A CHEFIA FEMININA COM PRESENÇA DE CÔNJUGE.....	101
6.3	A POSSE DA CASA COMO SÍMBOLO E INSTRUMENTO DE AUTONOMIA..	105
6.4	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES - QUANDO GÊNERO, RAÇA E CLASSE SE ARTICULAM DE MODO CRUEL.....	107
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>112</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>116</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>123</b>
	<b>ANEXO A – QUESTIONÁRIO PRELIMINAR.....</b>	<b>124</b>
	<b>ANEXO B – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....</b>	<b>126</b>
	<b>ANEXO C – LISTA DE ASSOCIAÇÕES, COMUNIDADES RELIGIOSAS E ENTIDADES VISITADAS.....</b>	<b>128</b>
	<b>ANEXO D - QUADRO DE CARACTERIZAÇÃO DAS ENTREVISTADAS.....</b>	<b>129</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Discutir família como objeto de estudo sem dúvida não é uma tarefa fácil. Um objeto tão próximo e “familiar”, se não devidamente mediatizado e problematizado pode trazer o risco de ser tratado de forma naturalizada. Neste trabalho procuramos trazer à tona a discussão da família, abordando particularmente a relação da chefia exercida por mulheres negras.

Assim, podemos dizer que o fenômeno da chefia familiar feminina é hoje um dos temas bastante explorados nas Ciências Sociais e mesmo por outras disciplinas. Sua emergência no que diz respeito ao olhar acadêmico não data dos últimos anos, mas a considerável produção acadêmica sobre o assunto é realmente muito mais visível recentemente. Muitos fatores colaboram para este resultado, entre os quais o papel destacado de pesquisadoras que procuram discutir o espaço da família como um dos locais privilegiados para estudos sobre a dinâmica de gênero e geração (Macedo, 2007, p.139). Neste trabalho deitamos o olhar sobre a questão da chefia familiar feminina em bairros do Subúrbio Ferroviário de Salvador, na Bahia, onde segundo o último Censo, 73,63% de mulheres chefes de domicílio se *auto-classificaram* como pretas e pardas, percentual que ultrapassava 85% em alguns bairros. É interessante ressaltar que assim como outros centros urbanos, Salvador abriga grandes desigualdades sociais. Carvalho et. al. (2004, p.282) observa a cidade do Salvador a partir de três vetores de expansão que denotam tais assimetrias: O primeiro, a “Orla Marítima Norte”, caracterizado pela sua melhor infra-estrutura, direcionamento dos investimentos públicos, da especulação imobiliária é o espaço mais valorizado da cidade; o segundo vetor seria o “Miolo”, centro geográfico da cidade, nasceu com o objetivo de alocação da *classe média baixa*, mas teve sua expansão com ocupações e loteamentos populares. Por fim o Subúrbio Ferroviário, lócus de nossa pesquisa, é o vetor de expansão caracterizado por concentrar os bairros mais pobres da cidade, sendo carente em serviços básicos e infra-estrutura. Ressaltando que também segundo o último Censo (2000) alguns dos bairros dessa região apontavam para as maiores frequências de mulheres pretas e pardas entre as suas chefes de domicílio (Rio Sena, 90.70% e Plataforma 89.50%).

Sendo assim, o trabalho que aqui se apresenta busca discutir o fenômeno da chefia familiar feminina a partir de uma pesquisa empírica com mulheres negras chefes de famílias residentes em bairros do Subúrbio Ferroviário de Salvador levantando questões sobre a interseccionalidade de categorias como gênero, classe, raça e geração partindo dos relatos das

mulheres obtidos através de entrevistas. A princípio, podemos dizer que a hipótese sobre a qual se ergue a pesquisa é: numa sociedade ainda fortemente marcada pelas assimetrias de poder entre *negros e não negros, homens e mulheres*, e pelas desigualdades persistentes no que diz respeito à situação socioeconômica de idosos, jovens - como confirmam as experiências das mulheres negras chefes de família, residentes em bairros periféricos - as relações raciais, geracionais e de gênero se entrelaçam num contexto de classe específico produzindo (ou não) acesso diferenciado dessas mulheres e de suas famílias a bens simbólicos e materiais. Ou ainda, traduzindo em uma questão: como a dinâmica dessas articulações se processa e até que ponto permite às mulheres e suas famílias a superação de desafios ou mesmo criam novos?

As categorias que utilizamos para analisar e fundamentar esta pesquisa só podem ter sua plena utilidade se vistos a partir do enfoque da articulação, o que não pretende negar a dificuldade deste empreendimento analítico uma vez que é aparentemente muito mais fácil estudar gênero, ou classe ou geração ou mesmo raça, isoladamente. A realidade, porém, não se dá de modo estanque, e no caso desta pesquisa em particular, não é possível compreender a amplitude do fenômeno da chefia familiar feminina sem que a dimensão de gênero presente no fato da mulher estar assumindo uma posição na família ideologicamente atribuída ao homem, assim como as representações de gênero em jogo, sem se dar conta que estas mulheres compartilham também de uma situação de classe e raça e mesmo de geração específicas. Estas especificidades tornam situações diferentes, por exemplo, ser mulher chefe de família jovem, negra e residente de um bairro do subúrbio, ou mulher chefe de família **idosa**, nas mesmas condições anteriores, ou ainda compartilhar da mesma condição de gênero, geração e classe, mas de uma situação racial distinta. Enfim são várias situações em jogo, e a cada mudança em uma esfera a realidade experimentada fica absolutamente diferente. Por isso, para Crenshaw (2002, p.177) a interseccionalidade é uma ferramenta importante no combate às discriminações e desigualdades porque é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Assim como esta autora, concordamos que observar qualquer fenômeno relacionado às desigualdades e assimetrias sob um único aspecto é correr o risco deliberado de não compreendê-lo na totalidade e de, portanto, não construir ferramentas adequadas para enfrentar os problemas advindos daí.

Neste trabalho procuraremos tornar explícito que o fenômeno da chefia familiar feminina está longe de ser homogêneo. Com as discussões que propomos, aderimos à

perspectiva de que o exercício da chefia familiar pelas mulheres precisa ser entendido através do enfoque de gênero, raça, geração e classe, atentando para a *desconstrução* do mito da “coitadinha” que tomou força com as discussões acerca da *feminização da pobreza*. Como os estudos acerca da interseccionalidade e das articulações de categorias relacionais nos permite afirmar, essas mulheres em questão não são dupla, ou triplamente afetadas pelas desigualdades, mas são afetadas de um modo particular e distinto que só pode ser compreendido quando entram em jogo todas as facetas da desigualdade, não sobrepostas, mas interrelacionadas.

Nesse sentido, procuramos discutir no primeiro capítulo as bases que fundamentam nosso estudo sobre chefia familiar, fazendo um caminho que certamente passa pela discussão acerca da epistemologia feminista além de procurar explicitar como as categorias de análise utilizadas por nós são concebidas ao longo desta pesquisa. Ainda neste capítulo expomos as notas acerca das técnicas de coleta dos dados, os critérios para seleção dos bairros em que a pesquisa se desenvolveu, assim como os critérios para seleção das informantes. Questões acerca do contato com o campo, os desafios e as possibilidades que foram abertas por ele, são também elementos que procuramos dar conta ainda no capítulo inicial dessa dissertação.

No segundo capítulo procuramos expor e comentar como o tema chefia familiar feminina tem aparecido e sido discutido nas Ciências Sociais. Os principais objetivos deste capítulo consistem em apresentar o que poderíamos chamar de um breve estado das artes acerca do tema, desde estudos clássicos sobre a família no Brasil, e o papel da mulher neles apresentados, até as contribuições mais recentes sobre a chefia familiar feminina, enfatizando sobretudo a emergência da categoria de gênero, como ferramenta imprescindível de análise das famílias, e a própria necessidade de um olhar articulado às dimensões de raça, classe e geração ao estudar um objeto tão multifacetado como é a família.

No terceiro capítulo, procuramos analisar as entrevistas discutindo as condições de trabalho das entrevistadas e trajetória escolar dialogando com a bibliografia sobre gênero, trabalho e os impactos dos eixos de raça e geração na inserção das mulheres no mercado de trabalho e as intersecções. Destacamos neste capítulo como as mulheres vão encontrar no trabalho, ainda que precarizado, uma possibilidade de intensificação do exercício de poder dentro das famílias, além de como o trabalho de empregada doméstica, frequentemente relatado nas trajetórias ocupacionais das mulheres entrevistadas, apresentam um papel ambíguo diante da crise e contexto sócio econômico das famílias: por um lado é uma alternativa precária e pautada na exploração de classe com contornos expressadamente de opressão de raça, por outro, acaba significando para famílias cujo cônjuge não encontra

emprego uma alternativa de trabalho sempre acessível, permitindo às mulheres um destacado papel de provedoras da família ainda enquanto convivem com companheiros ou maridos.

Já o quarto capítulo foi dedicado à discussão acerca da relação entre os momentos dos cursos de vida das mulheres e suas famílias e o exercício cotidiano da chefia familiar. Nesse capítulo procuramos destacar, sobretudo os limites e as possibilidades exploradas pelas mulheres em momentos diferenciados da trajetória, assim como destacar o papel do lazer além da própria inserção em redes de sociabilidade como associações de moradores, atividades religiosas e políticas em diferentes idades e situações.

Por fim, no capítulo cinco trazemos a discussão: Mulheres sós e acompanhadas: discutindo a questão da convivência e o exercício da chefia feminina. Procuramos abordar aqui as principais questões que emergiram nas falas das mulheres no que diz respeito à convivência conjugal, ou a opção pelo “ficar só”. A redefinição das posturas das mulheres após a separação, o poder de decisão além dos conflitos e tensões criados com a emergência da mulher chefe de família são tratados neste capítulo destinado especial atenção à questão da violência doméstica assim como o papel do trabalho e da posse da casa no empoderamento das mulheres negras chefes de família.

Assim, com o desenvolvimento desta análise procuraremos mostrar como nas diversas dimensões da vida social das famílias e mulheres negras que as chefiam, os eixos de subordinação se imbricam formando uma diversidade de experiências que não se reduzem apenas à conclusão simplista de vitimização das mulheres, mas também abrem possibilidades para percebê-las como agentes de processos de re-significação de poder dentro e fora do ambiente doméstico.

## 2 RECONHECENDO O CAMPO DE INVESTIGAÇÃO

As ciências humanas, em especial a sociologia, possuem amplo debate sobre o tema família. É preciso que se diga que as variedades de enfoques com relação a esse tema são possíveis porque cada análise envolve uma gama de escolhas epistemológicas que dão conta de qual a postura acerca do objeto e da investigação. Também nós fazemos nossa opção reconhecendo como a categoria analítica de gênero é uma ferramenta importante para que novos olhares sejam possíveis sobre este tema tão explorado, mas ao mesmo tempo ainda tão fértil e não menos desafiador (Harding, 1993; Macedo, 2007). Entendemos que não apenas o gênero é uma forte ferramenta de análise, como também é a compreensão das dimensões de raça/etnia, classe e também o par idade/geração.

Este trabalho, como dissemos, nasceu e se desenvolveu a partir de um desejo de compreensão mais profunda de como nas famílias chefiadas por mulheres, neste caso mulheres negras, articulam em suas trajetórias as dimensões de gênero, raça e classe, além da dimensão de geração, que com o desenvolvimento do campo foi se mostrando uma das dimensões de extrema importância na vida das mulheres entrevistadas e de suas famílias, afinal, como afirma Motta (2007, p.114) o conjunto de mudanças na família impactando e impactadas pela dimensão estrutural da sociedade acaba trazendo consigo a emergência do fenômeno da manutenção ou retomada da direção/autoridade do idoso na família, que não raro é uma mulher dando espaço a um fenômeno que tem se mostrando, segundo a autora, recheado de ambigüidades.

A partir dessas primeiras considerações, avançamos a discussão procurando dar conta de reconhecer qual o terreno que nos propomos a construir a investigação. Chamo de reconhecer o terreno, a procura por saber e mesmo escolher (ao passo que também damos a conhecer), sobre quais bases se assentarão as análises que ao longo do trabalho serão empreendidas.

### 2.1 EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS – ALGUMAS NOTAS ACERCA DO DEBATE

Discutir um tema como a chefia familiar feminina entre mulheres negras coloca uma questão metodológica importante para uma pesquisadora que também se identifica como mulher, negra e, embora envolvida com as discussões acadêmicas, também partilha de uma origem de classe semelhante a das entrevistadas. A partir disso, tendo em vista o



desenvolvimento interessante das discussões em torno das epistemologias feministas, me proponho a comentar um pouco acerca da questão de forma a reconhecer o terreno e o espaço de investigação a qual me proponho realizar, definindo assim qual a postura assumida diante da análise.

Como afirma Sardenberg (2002, p.89), o grande objetivo do projeto feminista nas ciências e na academia foi - e continua sendo - produzir e disseminar saberes que não sejam apenas *sobre* ou *por* mulheres, mas que também sejam relevantes para as mulheres e para as lutas destas, já que historicamente a Ciência Moderna objetificou as mulheres negando a capacidade e autoridade do saber produzindo conhecimentos que não dão conta dos nossos interesses emancipatórios.

Sendo assim, e o feminismo já está há muito tempo ciente disto, não basta denunciar a invisibilidade das mulheres nas ciências, ou mesmo as ausências de questões relevantes para a emancipação das mulheres, mas é imprescindível, questionar os próprios pressupostos básicos da ciência moderna, ciência que apesar de se pretender neutra, tem demonstrado que não o é nem sequer o pode ser completamente.

Abordar o binômio ciência e feminismo, no entanto, é um desafio afinal de contas são dois campos que num primeiro olhar parecem se chocar – de um lado a neutralidade iluminista que objetiva a ciência, de outro lado a postura política de emancipação de um grupo determinado – é assim que justapor estes dois elementos é abrir caminho certo para alguma polêmica.

Podemos afirmar que em grande medida questões como essa são compartilhadas pelas feministas em geral, mas o modo como se colocam diante deste assunto (relação do feminismo e o modo de fazer ciência ou o modo de legitimá-lo através da ciência) assume formas diferenciadas. O dissenso estaria na questão de se colocar (ou não) contra a ciência ou descartar seus métodos e procedimentos tradicionais. De outra forma: as divergências estão nos níveis da crítica e conseqüentemente nas estratégias epistemológicas que serão adotadas para melhor fundamentar a produção de um saber feminista.

Apesar das nuances variadas nas críticas, não se pode deixar de reconhecer o importantíssimo papel que o desenvolvimento do debate da(s) epistemologia(s) feminista(s) - assim como o conhecimento através dele produzido – tem desempenhado na crítica a um modo hegemônico de fazer ciência. Assim, uma das grandes contribuições da crítica feminista vem no sentido de que esta historiciza a ciência através da categoria do gênero buscando identificar as maneiras pelas quais os conceitos e práticas dominantes na atribuição de

conhecimento, e sua aquisição e justificação, sistematicamente prejudicam as mulheres e outros grupos subordinados (Ibidem).

Assim, é possível distinguir três posicionamentos feministas básicos no que diz respeito a respostas à ciência e a consequente elaboração de uma estratégia epistemológica (Harding, 1993, p.8). O feminismo empirista, o feminismo perspectivista (feminist standpoint) e o feminismo pós-moderno. O primeiro posicionamento defende o princípio de justificativa e verdade do projeto da ciência, denunciando e combatendo o androcentrismo da chamada “má ciência”. Já o feminismo perspectivista, ou “feminist standpoint”, defende um saber fundamentado no ponto de vista das mulheres, enquanto o feminismo pós-moderno questiona o “fundamentalismo” das abordagens empiristas e até mesmo perspectivistas, propondo uma ruptura com as bases da ciência moderna. A questão que o debate entre essas correntes deixa subtendido é de que há uma urgência em repensarmos o modo pelo qual fazemos ciência, ainda que seja preciso muita cautela em empreender um debate como esse.

Assim, parece interessante perceber que a crítica e o debate das diversas correntes possibilitaram a compreensão de que, de fato, a ciência moderna, e suas ferramentas epistemológicas tradicionais, em geral, oferecem lacunas a um estudo feito para e por agentes que buscam a emancipação de uma situação (ou situações) opressora. Assim, o olhar situado possibilitado pelas leituras do feminismo perspectivista, por exemplo, nos apresenta uma ferramenta interessante de análise.

O “feminist standpoint” tem como inspiração a epistemologia marxista, reconhecidamente politizada para a qual não existe nenhum conhecimento absolutamente neutro ou mesmo absolutamente objetivo. Partindo disso, o “feminist standpoint” reconhece que, já que todo conhecimento se constrói a partir de um posicionamento histórico e cultural específico, este jamais vai refletir uma realidade absoluta, mas uma das perspectivas possíveis diante do ângulo de que se parte e neste caso, as desigualdades de gênero, operando diversificadamente, produzem experiências qualitativamente diferentes para homens e mulheres que por esta razão estão em ângulos de visão distintos. Por outro lado, ainda de acordo com esta corrente, nem todos os ângulos ofereceriam as mesmas vantagens epistêmicas de forma que as mulheres, como sexo oprimido, desenvolveriam relações que possibilitam a compreensão da realidade de um modo diferenciado do homem. (Sardenberg, 2002, p.103). Ou ainda, como afirma Saffioti (1992, p.207) tanto as mulheres como os grupos sociais, quanto os grupos étnicos e classes sociais oprimidos têm a possibilidade de fazer ciência diferenciada, enfatizando assim, a conclusão de que de fato a ciência tem gênero, ainda que nem sempre o ponto de observação privilegiado e disponível forneça a perspectiva

realmente assumida pelas categorias sociais subalternas, afinal de contas as ideologias de gênero, de classe ou raciais não fazem efeito apenas sobre os homens, brancos e burgueses, etc. (Saffioti, 1992, p. 208).

Algumas das críticas lançadas ao feminismo “standpoint” estaria em certo universalismo e essencialismo nele presente ao trazer a experiência das mulheres como ponto de partida para a construção da epistemologia feminista, de modo que questões mais amplas e debates emergiriam daí, como o “significado de ser mulher”, ou mesmo quem seria “o sujeito” do feminismo. (Kussama, 2006, p.1). Algumas dessas críticas vinham sobretudo das teóricas do feminismo negro, denunciando o caráter universalista presente no uso do feminismo standpoint pelas feministas brancas. Apesar disso, feministas negras como Hill Collins (2000, p.251), vão trazer à tona a possibilidade de se pensar esta perspectiva como um método importante de pensar o “standpoint” das mulheres negras.

Posto assim o debate, percebemos que mesmo diante de uma variedade de olhares feministas na produção de um saber científico situado, algumas perspectivas ainda pareciam manter uma posição marginal dentro da discussão. Os chamados “estudos de mulheres” pouco abordavam as experiências daquelas submetidas a múltiplas formas de opressão (Sardenberg, 2002; Harding, 1993; Kussama, 2006). É assim que entra em jogo um momento importante no debate das epistemologias feministas, ao se criticar nesse contexto a ausência de uma discussão que incluísse, de modo preciso, as diferenças entre as mulheres visibilizando a experiência de mulheres negras, pobres, entre outros marcadores de opressão.

Essa crítica, empreendida de forma especial pelas feministas negras estadunidenses, tem sido fundamental para a compreensão de que o fenômeno das desigualdades e da opressão é multideterminado abalando o discurso anterior de um NÓS feminista que não incluía de modo efetivo as mulheres e sua diversidade. Acerca dessa necessária mudança de olhar no seio da epistemologia feminista, salienta Harding (1993, p. 9-10):

Uma vez entendido o caráter arrasadoramente mítico do ‘homem’ universal e essencial que foi sujeito e objeto paradigmáticos das teorias não-feministas, começamos a duvidar da utilidade de uma análise que toma como sujeito ou objeto uma mulher universal como agente ou como matéria do pensamento. Tudo aquilo que tínhamos considerado útil, a partir da experiência social de mulheres brancas, ocidentais, burguesas e heterossexuais, acaba por nos parecer particularmente suspeito, assim que começamos a analisar a experiência de qualquer outro tipo de mulher.

De fato, já é um razoável consenso, ao menos do ponto de vista teórico, admitir que não é possível trilhar o feminismo pelo caminho da mulher universal. Ao contrário, o que temos é uma infinidade de mulheres, que vivem em intricados complexos históricos de classe, raça e

cultura. (Harding, 1993, p.10). Como insiste Crenshaw (2002, p.173) outros fatores ligados às identidades sociais dos indivíduos (classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual) são “diferenças que fazem a diferença” na forma como os distintos grupos de mulheres vivenciam a discriminação.

É assim que, insistindo na discussão anterior acerca das correntes do feminismo e sua relação com o fazer científico, Bairros (1995, p.461) vai afirmar que o “standpoint feminist” seria uma forma recente de transformar as categorias *mulher, experiência e política pessoal* (categorias estas inicialmente problemáticas, segundo sua visão), uma vez que a partir dessa teoria a experiência da opressão sexista de daria pela posição que ocupamos na matriz de dominação onde se interceptam em diferentes pontos, dimensões como gênero raça e classe social, não sendo possível falar em duplas ou triplas opressões, mas numa experiência de opressão a partir de um lugar específico numa sociedade desigual, racista e sexista.

É pensando este lugar específico numa sociedade desigual que nos propomos a analisar a chefia feminina exercida por mulheres negras. Admitindo, assim como enfatiza Bairros, que não podemos falar numa opressão que se sobrepõe a outra, mas enveredando na difícil tarefa de compreender como as diversas dimensões que estruturam a identidade e construção dos indivíduos enquanto sujeitos sociais se articulam ou se interceptam no âmbito familiar, no trabalho, na trajetória escolar das mulheres chefes e suas famílias.

## 2.2 PROBLEMATIZANDO A CHEFIA FAMILIAR FEMININA

A opção pelo estudo da chefia familiar feminina atrelada também à dimensão de raça, assim como no caso de outros objetos afins, não escapa ao perigo do qual nos alerta Bourdieu (1999, p.34) das representações a eles ligadas que perpassam desde o senso comum até as ciências sociais. Nas palavras do próprio autor: “o pré-construído está em toda parte”, de forma que nos lembra que a realidade nos oferece as respostas apenas na medida em que a indagamos de forma que os dados nunca serão “realidades” a priori, mas frutos de uma indagação e questionamento do/a pesquisador/a, o que quer dizer que para cada pergunta, um recorte ou uma gama de relações são ressaltados por vez.

Sendo assim, ressaltar o cuidado ao tratar deste assunto/tema é evitar estudar certos objetos tidos como “problemas sociais” - como é o caso da chefia familiar feminina em contexto de pobreza - como se o fato de ser considerados um problema em determinada época ou contexto já não fosse resultado de uma construção social.

Dito isto e lembrando que hoje, apesar das críticas à feminização da pobreza, a chefia

feminina ainda se constitui sob determinados aspectos em um “problema social”, ou seja, num fenômeno para o qual o olhar do Estado geralmente está voltado, torna-se importante questionar em que momento tal fenômeno se transformou em um assunto tão amplamente discutido e debatido, não necessariamente apenas pelo Estado, mas também na esfera acadêmica, em especial, das Ciências Sociais, como o é hoje.

De modo geral essa ascensão do tema ao debate sociológico percorreu um longo caminho, uma vez que nos estudos brasileiros pretéritos, sejam sociológicos, sejam historiográficos sobre família, não raro podíamos encontrar o fenômeno da chefia familiar exercida pela mulher sendo associado a adjetivos como incompletas, instáveis, desorganizadas, entre outros. Tais idéias sobre a família pobre, embora sejam hoje muito relativizadas nos estudos acadêmicos, ainda permanecem de certo modo no imaginário social quando o assunto gira em torno das famílias pobres chefiadas por mulheres negras.

Outra questão importante é que apesar das grandes mudanças na sociedade, sobretudo no que diz respeito aos valores em geral, e à família em particular, ainda paira na ideologia familiar dominante a idéia de que a chefia familiar “normal” é a masculina, ou seja, não é raro, mesmo entre pesquisadores e pesquisadoras das ciências humanas, analisarem a chefia familiar feminina como um contraponto à masculina. Como enfatiza Mendes (2002, p. 3) este é uma das questões problemáticas que ainda persistem nos estudos sobre chefia familiar entre mulheres.

O fenômeno da chefia feminina, como hoje em dia é amplamente discutido, não é um dado novo nem no Brasil, nem muito menos na cidade de Salvador. Também os estudos acadêmicos sobre o assunto têm uma trajetória relevante (Macedo, 2007, p.156), mas é importante ressaltar que a emergência dos movimentos feministas e enfoques feministas na academia têm permitido o estudo da chefia familiar de uma maneira bastante inovadora e desmistificadora. A utilização da categoria de gênero como ferramenta de análise, assim como veremos adiante, e os estudos que propõem análises interseccionais (de gênero, classe, raça, por exemplo) têm possibilitado vislumbrar e mesmo aprofundar as ambigüidades e a complexa trama de questões que envolvem o assunto.

Para tornar mais explícito os fundamentos da pesquisa que realizamos é importante de antemão tecer algumas considerações sobre o que realmente viria a ser a chefia familiar e quando é que podemos dizer que ela é feminina. Segundo Carloto (2005, p.3), ao problematizar a terminologia e a própria noção de família nuclear e conjugal que geralmente fundamenta a noção da chefia familiar, atenta que a própria denominação chefia familiar

feminina é em si reveladora, pois quando é exercida por um homem nem sequer há uma discriminação da terminologia por gênero. E complementa comentando que a tradição nos recenseamentos, nos programas governamentais, nas práticas sociais quotidianas, tem imposto um padrão de autoridade e de responsabilidade econômica familiar que nem sempre corresponde à realidade ou é reconhecida pela própria família (Ibidem, p.10).

Como então pensar a chefia familiar, ou de que tipologia partir para que se possa traçar o conjunto de critérios necessários para dar conta da dimensão empírica de nossa pesquisa: afinal, a partir de quais características serão selecionadas as entrevistadas para que as análises que propomos pôr em evidência sejam possíveis? Extraíndo de Luíza Santos Carvalho, Mendes (2002, p.4) se refere a uma tipologia de chefia familiar que envolve três grupos de situações: o primeiro tipo define-se pela ausência do parceiro sem, necessariamente, acontecer manutenção feminina; o segundo define-se pela ausência masculina e manutenção feminina e o terceiro tipo se caracterizaria pela manutenção feminina, sem que haja, necessariamente a ausência masculina.

Partindo destas questões expostas, procuramos de início explicitar os critérios que utilizamos para a seleção das mulheres entrevistadas, levando em consideração pelo menos duas questões centrais: o fato de ser chefe de família, e ser negra. Os critérios da primeira questão são explicitados adiante, já os da segunda são obtidos pela classificação da pesquisadora em conjunção com a auto-classificação racial da entrevistada. Este segundo ponto será comentado novamente no final deste capítulo.

Como vimos até aqui, a discussão sobre o que de fato vem a ser *chefe de família* esconde uma grande complexidade, seja por se convencionar comum ser o homem o chefe de família, seja pela falta de problematização do assunto. Essa associação traz o problema de esconder a chefia familiar feminina quando a mulher convive com um companheiro ou cônjuge, como é o caso de algumas das entrevistadas que participaram desta pesquisa. Justamente por essa razão, torna-se importante deixar claro o que entendemos, para fins teóricos e metodológicos, por chefia familiar feminina.

Em primeiro lugar, consideramos como mulher chefe de família aquela mulher que segundo sua narrativa direciona todo ou boa parte dos seus proventos para a manutenção da casa e da família sendo este, senão a única, a principal fonte de sustento da família. Isto no caso de a mulher conviver com um companheiro ou cônjuge.

Nos casos em que a mulher é a única adulta da casa, convencionamos que ela é a chefe da casa, e ainda não encontramos nenhum caso em que ela mesma não se identificasse assim por ser a única responsável por “segurar as pontas da família”. (Macedo, 1999, p.128). A

questão de a mulher ser identificada como chefe de família por ser também a principal provedora econômica pode ocorrer mesmo em presença dos filhos adultos que já contribuem e até mesmo de companheiros que, nos casos identificados em nossa pesquisa, se encontravam desempregados contribuindo com as despesas apenas esporadicamente.

Há ainda que considerar as situações em que a mulher é a referência da casa e é tida pelos membros da família - filhos, em geral, e até mesmo outros membros da família, como o companheiro, os pais, etc. - como chefe/responsável da casa ainda que seus rendimentos não sejam os únicos a manter a casa, ou sequer sejam suficientes para tanto. A chefia da família nesses casos se dá, sobretudo pelo reconhecimento e pelo que Professora Alda Britto da Motta<sup>1</sup> chamou de “ascendência moral”, o que ocorre com algumas de nossas entrevistadas, sobretudo entre as mais velhas.

Temos assim, que em nossa pesquisa a chefia feminina pode se dar tanto por fatores econômicos: por ser a única ou a principal provedora da casa ainda que conviva com um cônjuge ou companheiro; por uma questão de “ascendência moral”, reconhecimento diante dos membros da casa, ou ainda, e não menos raro, por ambos os fatores.

Como enfatizamos desde o início, nesta pesquisa aderimos à preocupação de construir uma análise que dê conta da articulação das dimensões e eixos que estruturam as relações dos sujeitos, entendendo o gênero, raça/etnia, classe e idade/geração, como alguns dos eixos fundamentais que estruturam as relações dos sujeitos que compõem a família. Assim, no que segue, procuraremos discutir como a análise interseccional pode nos ajudar a compreender o fenômeno da chefia familiar no contexto que estudamos reafirmando que, apesar da importância deste tipo de análise, cada eixo de subordinação mencionado tem sua lógica própria e que precisa ser compreendida (MACEDO, 2007, p. 144).

### 2.3 INTERSECCIONALIDADE – NAS AVENIDAS E CRUZAMENTOS DO GÊNERO, RAÇA, CLASSE E GERAÇÃO

Os estudos feministas e de gênero assim como os estudos preocupados em compreender algumas das dimensões de subordinação de grupos na sociedade têm aderido cada vez mais à compreensão de que cada um destes eixos, embora tenham sua própria lógica de opressão, ao operarem na vida e nas relações sociais, não operam sozinhos, mas de modo articulado, de

---

<sup>1</sup> A expressão foi utilizada pela Prof. Dr<sup>a</sup> Alda Britto da Motta ao comentar uma versão preliminar deste trabalho no GT “Abordagens Teóricas aplicadas aos estudos de gênero e gerações” durante o 14º Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste (Recife-PE/2009).

forma que os efeitos de um tipo de relação (gênero, classe, raça/etnia; geração) são afetados pelo outro transformando a feição das relações em que se inserem e trazendo efeitos diferenciados a depender de como se articulam estas dimensões. Essa compreensão está intimamente ligada ao conceito, hoje bastante debatido, de interseccionalidade.

O termo interseccionalidade, assim como o desenvolvimento deste conceito tem como sua principal responsável Kimberlé Crenshaw (2002, p.177). O debate sobre a necessidade de fazer realmente valer os direitos humanos para o conjunto das mulheres reais e concretas parece ter sido a razão da autora ter usado e desenvolvido o conceito de interseccionalidade. De fato parece-me meio incômoda a idéia de Direitos Humanos, regra geral e abstrata para um “todos” ou “todas” indiferenciado que não existe na prática.

Como ativista e preocupada com as diferenças que tornam os diversos grupos de mulheres diferencialmente afetados pelas desigualdades, Crenshaw (ibidem) cunhou e desenvolveu a noção de interseccionalidade que dá conta de perceber e enfrentar situações em que uma dimensão de subordinação interfere na outra provocando cenários e experiências de opressão distintas para os grupos interseccionalmente afetados.

A garantia de que todas as mulheres sejam beneficiadas pela ampliação da proteção dos direitos humanos baseados no gênero exige que se dê atenção às várias formas pelas quais o gênero intersecta-se com uma gama de outras identidades e ao modo pelo qual essas intersecções contribuem para a vulnerabilidade particular de diferentes grupos de mulheres. (CRENSHAW, 2002, p. 174)

Essa capacidade do conceito descrito de permitir uma compreensão mais ampliada dos fenômenos de opressão e subordinação torna-se uma ferramenta fundamental para os estudos de gênero em geral e, sobretudo para o estudo que empreendemos sobre chefia familiar feminina, fenômeno que por estar situado no contexto da família tem o gênero como categoria de análise central, e por se situar em um contexto de classe específico, numa sociedade que, como afirma Bairros (1995, p.461), é desigual, racista e sexista.

Assim, o conceito de interseccionalidade ajuda a construir uma crítica mais consistente contra as intervenções que trabalham com as famílias de forma indiferenciada (Macedo, 2007, p. 147). *Entre e dentro* das famílias existem diferenciações e não só estão sujeitas a hierarquias nesses níveis, quanto se situam numa trama de contextos hierarquizantes onde as dimensões de raça, gênero, classe, geração fundamentam a construção dos membros da família enquanto sujeitos.

Dessa forma, construir uma análise acerca dos efeitos de eixos de subordinação na vida concreta dos grupos sociais não é uma tarefa fácil nem isenta de riscos, o que dificulta o



enfrentamento dos problemas causados pelas relações desiguais de gênero, raça, classe. Segundo Crenshaw (2002, p.174) as análises convencionais podem cair em duas armadilhas: a superinclusão ou a subinclusão. No primeiro caso um problema ou uma condição que atinge de forma desproporcional um subgrupo de mulheres é simplesmente definido como um problema de mulheres, nesse caso os aspectos que tornam o problema interseccional não são percebidos e, ao contrário, são absorvidos apenas pela estrutura de gênero, por exemplo. No segundo caso – subinclusão - acontece quase o oposto: um subgrupo de mulheres subordinadas enfrenta um problema em parte por serem mulheres, mas o problema não é percebido/analísado como uma questão de gênero porque não afeta, ou não faz parte da experiência das mulheres dos grupos dominantes. Para esta autora os dois casos são problemáticos, pois, ao não permitirem o vislumbre e compreensão de todos os eixos que se interceptam no problema, não permite também o enfrentamento eficaz para a superação da opressão que se estabelece.

É importante ressaltar que ao nos referirmos aos sistemas de subordinação não estamos falando de camadas que se sobrepõem. Como lembra a autora, a associação dos sistemas múltiplos de subordinação tem sido abordada de vários modos – discriminação composta, cargas múltiplas, dupla ou tripla opressão – mas o posicionamento que se procura tomar aqui diverge dessas análises porque procura “capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (Ibidem, p. 177).

Para dar conta da explicação deste conceito a autora utiliza a metáfora das ruas e avenidas que se cruzam e do tráfego entre elas. Os eixos de subordinação (raça/etnia, gênero, classe e outros) seriam as avenidas e ruas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos por onde as dinâmicas de desempoderamento se movem, e os grupos sociais, dependendo de onde se encontram nesse tráfego e num contexto específicos seriam diferencialmente afetados. Assim, segundo a autora, as mulheres racializadas estariam frequentemente posicionadas no espaço em que o racismo, a classe e o gênero se encontram.

A questão agora é perceber e tecer considerações prévias de como as categorias de análise ou a análise a partir dos chamados eixos de subordinação nos ajudam a compreender a chefia familiar feminina entre mulheres negras do Subúrbio Ferroviário de Salvador, em que consiste o nosso estudo. Assim, daremos seguimento às discussões procurando dar conta da lógica específica de cada um dos eixos e de como eles podem se entrecruzar, nos ajudando na análise que será feita a partir do capítulo três a partir das pesquisas de campo que empreendemos.

## 2.4 GÊNERO E GERAÇÕES – PENSANDO RELAÇÕES

Os estudos sobre família, tanto no Brasil quanto fora dele, têm avançado ainda mais a partir da utilização da categoria gênero como ferramenta de análise. Como lembra Macedo (2007, p.137) a possibilidade de aumentar a compreensão das várias “questões sobre a família” e seu contexto carece da busca pelo entendimento de quais são os elementos fundamentais que estruturam as relações dos sujeitos que fazem parte da família, e alguns desses eixos fundantes na vida dos sujeitos sociais, são o gênero, raça/etnia e idade/geração. Não se trata de uma análise focada nas dimensões particulares da vida dos indivíduos, mas de uma percepção mais aguçada das relações sociais que levam em consideração tais categorias de análise e sua dinâmica.

Dessa forma, trabalhar a categoria gênero no estudo sobre chefia familiar feminina é fundamental e imprescindível, até porque diante das representações hegemônicas acerca da família sobre o papéis da mulher, a chefia feminina implica numa dinâmica diferenciada que põe em evidência um emaranhado de relações e ambigüidades que a ferramenta de gênero como categoria analítica ajuda a compreender.

Como sugeriu Scott (1990, p.14), gênero deve ser compreendido como elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças **percebidas** entre os sexos, sendo, além disso, a forma primeira de significar as relações de poder. Falar em diferenças percebidas entre os sexos é, ao contrário de biologizar a dinâmica de gênero, reafirmar que o vetor não é do biológico para o social, mas o inverso: é uma construção social que procura, no discurso prático, respaldo nos traços corporais (AZEREDO, 1994; SAFFIOTI, 1992).

Disto decorre a necessidade de romper com o modo naturalizado e ideologizado de conceber a família e através dos estudos de gênero é possível rever de modo mais crítico o contexto familiar questionando um modelo tradicional de perceber a família, crítica esta que pode ser feita a partir de quatro eixos: a um modelo único e estático de família (conjugal e nuclear); harmônico e sem conflitos ou hierarquias; exclusivamente privado e; como grupos independentes, autônomos e auto mantidos. (MACEDO, 2007, p.150).

São, inclusive, os estudos de gênero que têm permitido desmentir a concepção de família como uma instituição exclusivamente privada, trazendo a tona, não apenas questões importantes sobre os estudos das relações intra-familiares como assuntos fundamentais na busca pela superação da opressão de gênero como é o caso da violência doméstica.

Mas, como insistimos desde o início, a categoria de gênero não opera sozinha nos contextos e situações concretas, mas articulada a outras dimensões, assim, as categorias de

gênero, classe e raça se cruzam, não apenas para criar fatores comuns, mas também diferenças entre as mulheres (Stolck, 1991, p.101) de forma que, trabalhar apenas com uma das categorias de análise em detrimento da articulação entre elas acaba por obscurecer as implicações das relações estudadas, não nos fazendo perceber, por exemplo, que não existe um grupo homogêneo “mulher chefe de família”, mas sim uma multiplicidade de fatores que se aliam à dimensão de gênero, criando situações e experiências distintas para a mulher negra chefe de família que por sua vez também têm suas experiências socialmente diferenciadas por fatores como classe e geração.

Já a categoria geração, de todas as que citamos aqui como eixos fundantes das identidades dos sujeitos sociais, é aquela ainda mais permeada por controvérsias, já que, apesar de seu poder explicativo no que diz respeito à “construção social na periodização das experiências dos sujeitos”, boa parte das/os pesquisadoras/es não a enxergam com o mesmo estatuto conferido às categorias de gênero, raça/étnica e classe (MACEDO, 2007, p. 145).

Ao estudar especificamente o contexto familiar retomamos a afirmação de Motta (2007, p.113) ao nos lembrar que pensar as relações entre as gerações se torna um imperativo ainda maior diante das mudanças que presenciamos na sociedade e, sobretudo no que diz respeito à família, lembrando que estas mudanças incidem na família tanto enquanto instituição social quanto como lócus privilegiado das relações entre as gerações.

É dessa forma que o aumento da longevidade entre os idosos, aumento do desemprego entre os jovens e outros fatores estruturais tem propiciado que cada vez mais idosas/os retomem ou mantenham a direção/autoridade da família. (Ibidem, p. 118). As ambigüidades presentes nessas situações não são poucas, mas não se pode descartar que novas relações e novas formas de compreender o fenômeno da família - e por que não, da chefia familiar, sobretudo feminina - decorrem destas considerações.

A situação de provedor é cada vez mais comum entre as mulheres idosas, assumindo elas, crescentemente, a chefia da família, em geral como viúvas ou descasadas, enquanto mantém a tradicional rede de relações (...) a mulher como tecelã da rede de relações sociais. (MOTTA, 2007, p. 118).

Assim, a categoria geração nos ajuda a compreender não apenas o fenômeno da chefia familiar entre as mulheres mais velhas, mas também entre aquelas jovens e a própria relação entre as gerações em famílias chefiadas por mulheres, quando, não raro, encontramos como chefes de família, mulheres filhas de outra chefe de família. A diversidade de experiências e relações é assim melhor compreendida.

## 2.5 O EIXO DA RAÇA E A DISCUSSÃO ACERCA DA CHEFIA FAMILIAR FEMININA

Trabalhar com a categoria raça é sempre um desafio, seja porque ao longo da história esta categoria tenha assumido uma diversidade de significados – desde legitimadora de pretensas desigualdades biológicas entre os seres humanos até, paradoxalmente um sentido de auto-afirmação de grupos historicamente segregados e discriminados e que a partir de determinados marcos se tornam agentes de luta e mudança partindo das mesmas categorias que ao longo da história os oprimiram – seja porque teorizar acerca das diferenças socialmente construídas entre as pessoas seja uma tarefa realmente muito complexa e, para alguns, carregada de subjetividade.

Fato é que, apesar de todas as controvérsias que ainda existam em relação ao conceito de “raça”, ou sobre como essa dimensão se processa na realidade brasileira, é inegável que este é um importante eixo de subordinação que diferencia as experiências concretas dos sujeitos sociais, nas várias esferas em que eles estão inseridos: trabalho, família etc.

Assim como discute Guimarães (1999, p.9) “raça é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural” de forma que as ciências sociais podem e devem utilizá-lo como, cuidando, entretanto para que seu uso se baseie em pressupostos sociológicos. Assim, “raça” estaria situada como um dos eixos de hierarquização social onde duas condições gerais estariam presentes: uma desigualdade estrutural entre os grupos, além da existência de uma ideologia ou teoria que respalda tais desigualdades.

Como eixo de diferenciação dos indivíduos é bem verdade que esta categoria por muito tempo ficou ausente até mesmo dos estudos feministas. Como afirma Azeredo (1994, p.204) por muito tempo a questão racial ficou a cargo apenas das mulheres pretas como se só estas fossem marcadas pela raça. Vista como relações de poder, Azeredo lembra que todos os grupos têm a ver com a marca já que esta é forjada a partir de relações de poder, e só depois imposta aos grupos como se fosse natural. Para esta autora a questão central está em “começarmos a compreender que raça, assim como gênero, se constitui em relações de poder, e portanto, determina a vida das mulheres e homens brancos como a de homens e mulheres pretas.” (AZEREDO, 1994, p.204).

Novas perspectivas têm sido assim possibilitadas a partir do salto de estudos de gênero focados apenas nas opressões que atingiam as mulheres como se estas formassem um grupo único e indiferenciado, para estudos que captam as diversidades de experiências de opressão que atingem as mulheres (e em nosso caso também suas famílias), diversidade esta

atravessada também pela raça.

Piscitelli (1996, p.10), em trabalho sobre a articulação de gênero e “raça” em textos sobre a mídia brasileira ao tratar do turismo sexual, também engloba a categoria “raça” como uma das marcas, entre tantas outras, através das quais se estabelecem distribuições diferenciadas de poder. Tanto neste trabalho de Piscitelli, quanto em todos aqueles que procuram dar conta de temas que atravessam categorias como gênero e raça (e outras), a importância é não só perceber a multiplicidade de diferenciações que marcam social/corporalmente os grupos, mas compreender a forma como se articulam. Assim, as reflexões sobre a natureza das categorias de gênero e de raça nos colocam de frente com este elemento: a questão de como as relações de gênero, raça e classe social não só se interceptam como se articulam em diferentes pontos e maneiras, o que leva Bairros (1995) a dizer que uma mulher negra trabalhadora não é simplesmente triplamente oprimida ou mais oprimida que uma mulher branca naquela mesma classe social, mas que experimenta a opressão a partir de um lugar diverso. (BAIROS, 1995, p. 461).

Fundamentada pela discussão que empreendemos acerca de como em um estudo sobre chefia familiar feminina é imprescindível tomar tais categorias analíticas como ferramentas, partimos agora para a explicitação dos objetivos e da hipótese que orientaram a pesquisa.

## 2.6 OBJETIVOS E HIPÓTESES ORIENTADORES DA PESQUISA

Traçar um objetivo claro para qualquer pesquisa que se pretenda realizar muitas vezes é a própria condição para que esta seja construída com êxito. É justamente por essa razão que nem sempre é tão fácil traduzir em categorias analíticas e numa elaboração textual aquilo que se intenta ao projetar uma pesquisa.

De modo mais geral, podemos dizer que o objetivo de nossa pesquisa reside na compreensão das maneiras pelas quais os eixos de subordinação se articulam no exercício da chefia familiar<sup>2</sup>, buscando compreender em que medida essas dimensões se traduzem em maiores dificuldades ou, paradoxalmente, numa abertura de possibilidades para novas formas de se pensar a família e o papel que a mulher (em nosso contexto, a mulher negra e pobre) tem assumido frente às questões privadas da família e a dimensão pública em que a mulher chefe de família transita. Traduzindo ao aspecto mais empírico da investigação, podemos dizer que o nosso principal objetivo é compreender como as relações de gênero, raça e classe

---

<sup>2</sup> Chefia familiar exercida pela mulher negra

social se entrecruzam em dois planos: intra-familiar (o que de modo geral costuma ser apreendido como a esfera privada) e extra-familiar (em geral associado à esfera pública). Os desdobramentos deste objetivo poderiam se sintetizados da seguinte forma:

- a) Compreender como se processam as relações de gênero no interior da família captando-as a partir de indicadores como:
  - autoridade da mulher chefe de família sobre o grupo doméstico
  - a repercussão da chefia familiar da mulher sobre os outros membros da família
  - a divisão sexual do trabalho no interior da família (distribuição dos afazeres domésticos).
- b) Compreender em que medida a presença da mulher como chefe de família altera as relações de gênero no grupo.
- c) E principalmente, identificar e compreender como a articulação das relações de gênero e de raça no exercício da chefia feminina negra atua promovendo ou não acesso diferenciado a bens simbólicos e materiais às famílias cuja chefia é exercida pela mulher negra. Nesse caso os principais indicadores seriam:
  - o modo pelo qual a mulher chefe da família se insere no mercado de trabalho
  - restrições ou benefícios na trajetória individual da família atribuídos à identificação social como mulher negra (no âmbito do trabalho, educação, etc.).

A hipótese que subjaz a essas afirmações é de que ao contrário do que se tem muito divulgado e mesmo a ciência social em algum tempo corroborado com a ênfase na discussão enviesada da feminização da pobreza, as mulheres pobres e negras não seriam simplesmente vítimas, vulneráveis e passivas de um sistema multiplamente opressor. Ao contrário, ao sofrerem os impactos de uma sociedade desigual e multiplamente opressora, encontram-se também como agentes de sua existência social, procurando ressignificar a própria noção de chefia familiar. Não negamos aqui a existência das dificuldades, sobretudo do ponto de vista econômico a que tais mulheres e famílias são submetidas, mas consideramos que este não seria o único lado da moeda: A experiência da chefia familiar exercida pela mulher negra é ambígua e complexa o suficiente para não se reduzir à simples constatação de que vivem uma tripla opressão de gênero, raça e classe.

Consideramos, para o desenvolvimento dessa hipótese, que as vias de desempoderamento que Crenshaw (2002, p.177) ressalta também podem se articular diferenciadamente provocando como resultado não necessariamente triplas opressões, mas a criação de estratégias diferenciadas em meio às estruturas de opressão. Este é o caso, por

exemplo, das várias possibilidades de articulação entre as dimensões de idade/geração, gênero e classe num contexto de precarização do trabalho e crise econômica, onde as mulheres idosas e aposentadas podem vir a representar um novo papel na família, e na sua própria inserção social mais ampla diante dos novos cenários que se constroem. (MOTTA, 2007, p.126).

Explicitadas as questões que orientaram a nossa pesquisa, apresentaremos adiante as técnicas utilizadas, o modo como se realizou a chegada ao campo, a construção dos instrumentos de coleta de dados, além de evidenciar quais foram os critérios escolhidos para a escolha dos bairros em que se realizaram as entrevistas.

## 2.7 PESQUISA DE CAMPO

Definidas as primeiras linhas orientadoras do trabalho, é hora de detalhar algumas questões relativas à coleta de informações e a partir de quais parâmetros esse processo foi formulado. De início lembramos que, tendo como objeto a chefia familiar feminina exercida pela mulher negra, algumas implicações acerca do trabalho de campo decorrem daí, tais como: 1) Seleção e acesso às entrevistadas; 2) Número de entrevistadas; 3) Critérios de diferenciação entre elas.

Começamos pela segunda implicação afinal, ao se empreender uma pesquisa que tenha como foco a análise qualitativa, uma das grandes questões colocadas é a do número de entrevistas necessárias para a concretização da investigação sociológica. Como ressalta Gaskell (2003, p.71) a finalidade de uma pesquisa qualitativa não é a mesma que a de um *survey*, ou um levantamento de dados que procura dar conta da intensidade de dado fenômeno na sociedade ou em um grupo específico. No caso da pesquisa com análise qualitativa a intenção é explorar as possibilidades de interpretação daquele fenômeno, dialogando com as categorias que dispomos na elaboração do modelo de análise. Assim, mais que uma infinidade de entrevistas, que se transformariam num empecilho dado o tempo necessário para transcrição e análise, buscamos neste trabalho entrevistar um total de 32 mulheres negras responsáveis pelo seu *domicílio*.

No que diz respeito aos critérios de seleção das entrevistadas, a própria discussão acerca dos objetivos da pesquisa é que nos mostrou a necessidade de abarcarmos entre as selecionadas mulheres jovens, adultas e idosas, de modo que a idade das participantes variou ente 20 e 84 anos. Entretanto, isto não é suficiente para percebermos a heterogeneidade de experiências que a questão da chefia familiar feminina representa. Inserir na pesquisa famílias em diferentes momentos de seus cursos também era um imperativo, de modo que temos entre

as participantes da pesquisa desde mulheres com filhos pequenos e adolescentes, a mulheres que já são avós e moram ou não com seus netos e filhos. Outro ponto de suma importância para a seleção das entrevistadas era pensar a questão da convivência com companheiro ou cônjuge, uma vez que este elemento permite novas indagações e relações de gênero nas famílias em que a chefia é exercida pela mulher.

Isto trouxe o problema de como abarcar entre as selecionadas estas diferenciações, quando não se tem tanta proximidade com os bairros e com os moradores do lugar. Diante disto, procurei iniciar a pesquisa de campo a partir da realização de contatos com associações de moradores, templos, igrejas em geral, terreiro de candomblé, creche, e até a indicação por via destes, de moradores antigos que me permitiram assim chegar às mulheres que poderiam fazer parte da pesquisa. Sem dúvida, a experiência de campo foi extremamente enriquecedora, as líderes comunitárias com as quais tive contato em Rio Sena, Plataforma, e adjacências se mostraram bastante interessadas em ajudar, indicar pessoas, levar-me à casa de algumas, ou mesmo me colocar em contato com moradores/as antigos que pudessem colaborar com a pesquisa. Interessante também ressaltar que me deparei, sobretudo, com mulheres envolvidas em Pastorais da Igreja Católica, em associação de moradores ou creches comunitárias, ou ainda em ONG ou templos. A partir desta primeira tessitura de contatos fui chegando a mulheres, algumas chefes de família e outras não, que foram me indicando outras e assim sucessivamente, de modo que pude selecionar aquelas que terminaram por fazer parte da pesquisa. É importante lembrar que além dos critérios citados (faixa etária, momento do curso de vida familiar etc.) outras questões acabaram também interferindo na seleção, como por exemplo, a disponibilidade para responder à pesquisa, horários (em virtude do trabalho, no caso das que estavam ocupadas), etc.

Como explicitaremos um pouco mais ao tratarmos, no capítulo 5, dos “dilemas e estratégias das mulheres e suas famílias”, não é possível omitir o papel importante que muitas mulheres desempenham na inserção de redes de sociabilidade locais. Várias das entrevistadas que participaram da pesquisa - assim como algumas que não chegaram a participar, mas indicaram possíveis candidatas - demonstravam forte participação em associações de moradores, ONGs e mesmo forte engajamento em igrejas e templos de diversas matizes religiosas.

Nas camadas populares urbanas tem crescido sobremaneira a importância e visibilidade do associativismo principalmente enquanto possibilidades de participação popular, exercício de cidadania e interlocução e mediação com os poderes públicos (Gonh, 2007, p.1). A participação das mulheres nessas redes e associações vão nos apontar para aberturas



importantes no que diz respeito ao seu papel na esfera pública no contexto de bairros populares, afinal, como afirma Souza-Lobo (1989, p. 247) este é sempre um tema fascinante até porque traz à tona as mudanças ocorridas tanto na sociedade quanto nas próprias mulheres enquanto sujeitos e portadores de uma nova identidade.

### 2.7.1 Instrumento da coleta de dados

Entendemos que para além da quantidade de entrevistadas, a qualidade dos instrumentos de coleta de dados é outro aspecto fundamental, e procuramos dar conta da elaboração de um instrumento que de alguma forma nos permitisse chegar às questões propostas nessa pesquisa.

Como instrumentos de coleta de dados tivemos o roteiro de entrevista semi-estruturada e um breve questionário<sup>3</sup> de sondagem de dados mais gerais sobre a entrevistada e sua família. Este último era aplicado sempre antes da entrevista, visando complementar os dados da mesma e, principalmente, ajudar a selecionar quais mulheres realmente fariam parte da pesquisa.

Optamos por trabalhar com um grupo específico de chefes de famílias entre aquelas moradoras do Subúrbio Ferroviário: as mulheres negras. Esta opção se deu entre outras razões porque era nosso intuito questionar de que forma os eixos de desigualdade se articulam e quais as respostas que são dadas a estes leques de situações que as mulheres negras, nas várias idades, e nos diferentes momentos da vida familiar enfrentam cotidianamente.

A classificação da cor/raça das mulheres entrevistadas foi realizada tanto por mim, enquanto pesquisadora, quanto pelas entrevistadas. Neste caso, para participar das pesquisas considerei as mulheres geralmente identificadas como **socialmente** negras, ou seja, aquelas que têm cor de pele escura e/ou traços considerados afro descendentes. Já as mulheres, se **auto-classificaram** usando seus próprios termos e estes variaram de “morena”, a “negra” passando por “mulata” e pelo famoso “parda” e, embora nem sempre explícita no discurso durante as entrevistas, a **identidade racial** das mulheres era na maior parte das vezes expressa em sua estética com as tranças e penteados “afro” além da própria cultura e religiosidade através da inserção de parte delas no Candomblé.

Sabemos que do ponto de vista da discriminação racial no Brasil, a estratificação por tons de cor da pele é uma realidade, mas consideramos aqui, tal como Telles (2003) que no

---

<sup>3</sup> Em anexo estão o roteiro de entrevista e o questionário preliminar.

contexto brasileiro, pretos e pardos se aproximam mais que se distinguem nos indicadores sociais, sobretudo de renda, escolaridade, etc. Como afirma o autor, ao traçar o paralelo entre o racismo dos Estados Unidos baseado na dicotomia negros-brancos e o racismo brasileiro que leva em conta a estratificação do tom da pele:

[...] ironicamente, um continuum da cor caracteriza melhor as diferenças raciais objetivas na renda nos Estados Unidos do que no Brasil, ainda que as noções subjetivas de raça sejam baseadas numa dicotomia, no caso dos Estados Unidos, e como um contínuo, no Brasil. (TELLES, 200, p. 192).

### 2.7.2 Escolha dos bairros

Outra pergunta que poderia ser feita é: por que Rio Sena, Plataforma e adjacências foram as localidades escolhidas para concretizar a pesquisa?

Como ponderamos na introdução deste trabalho, um dos precedentes que me motivaram a elaborar o projeto de pesquisa que originou este trabalho foi minha participação como bolsista de Iniciação Científica no projeto “Viver e Trabalhar na Cidade”<sup>4</sup>. Este projeto tinha como objetivo, em linhas gerais analisar as condições de vida de trabalhadores e famílias da cidade do Salvador, procurando perceber como essas condições de vida e de trabalho se diferenciavam entre os bairros da cidade, utilizando para isso os dados desagregados do Censo Demográfico 2000.

Por ocasião desta pesquisa, foquei meu plano de trabalho nas condições de vida de mulheres chefes de família e tive acesso a dados desagregados sobre mulheres responsáveis pelo domicílio em bairros de Salvador, e entre estes um me chamou a atenção: era como se distribuíssem as chefes de família por cor/raça<sup>5</sup> em cada bairro ou Área de Ponderação do IBGE.

**Tabela 1- Cor/Raça das mulheres responsáveis pelos domicílios**  
(Áreas de ponderação que concentram as maiores frequências relativas de mulheres negras responsáveis pelo domicílio)

Áreas de Ponderação	Cor/raça		Total
	Pretas e pardas	outros	
RIO SENA	90.70	9,30	100%
SÃO CRISTÓVÃO	89.80	10,20	100%
PLATAFORMA	89.50	10,50	100%
CAJAZEIRA/BICO DOCE/PALESTINA/BOCA DA NATA E ÁGUAS	88.50	11,50	100%

<sup>4</sup> Projeto de autoria de Professora Iracema Brandão Guimarães, financiado pelo CNPq, no período de 2004-2007.

<sup>5</sup> Na tabela que segue as categorias do Censo Demográfico eram: pretas, pardas, brancas, amarelas e indígenas, sendo que agreguei em uma coluna as pretas e pardas pela identificação do Censo e as outras classificações na segunda coluna.

CLARAS			
BAIRRO DA PAZ	88.30	11,70	100%
NORDESTE DE AMARALINA	88.10	11,90	100%
S ALAGADOS E BAIXA DO PETRÓLEO	87.10	12,90	100%
ALTO DE SANTA TEREZINHA E ILHA AMARELA	87.00	13,00	100%
PAU DA LIMA E COLINA AZUL	86.80	13,20	100%
CAPELINHA DE SÃO CAETANO	86.60	13,40	100%
COUTOS E VISTA ALEGRE	86.50	13,50	100%
PIRAJÁ	86.50	13,50	100%
COSME DE FARIAS E BAIXA DO TUBO	86.40	13,60	100%

*Fonte: Microdados do Censo Demográfico 2000*

A elaboração dos relatórios de Iniciação Científica / Pibic permitiu uma redefinição do local onde realizaria as entrevistas, e com base nestes dados procurei de início concretizar a seleção das entrevistadas nos três primeiros bairros que a tabela nos oferecia. Entretanto, dificuldades de acesso às organizações e associações locais (no caso do bairro de São Cristóvão), assim como a praticidade que me proporcionava realizar as entrevistas todas na mesma região – que era o caso dos outros dois bairros integrantes do Subúrbio Ferroviário de Salvador – me levaram posteriormente a optar por não integrar o bairro de São Cristóvão à pesquisa de campo.

## 2.8 UM POUCO SOBRE O SUBÚRBIO FERROVIÁRIO DE SALVADOR

Falar do Subúrbio Ferroviário de Salvador é falar de algum modo da própria cidade, principalmente porque traz a tona o leque de desigualdades que esta abriga e institucionalmente reproduz. Uma vez que delimitamos a nossa pesquisa a uma região específica da cidade de Salvador, é fundamental trazer algumas questões que procurem caracterizar este espaço em que boa parte das experiências e trajetórias das mulheres e suas famílias se constituirão.

Inegavelmente Salvador, assim como outros centros urbanos, é palco de grandes desigualdades inclusive do ponto de vista socioespacial e, embora seja bastante difícil pensar a cidade segregada em pólos, é possível perceber diferenciações intensas nas condições de vida dos moradores da capital ao longo das regiões da cidade<sup>6</sup>. Como afirma Carvalho et. al. (2004, p. 284), a intervenção do Estado e os grandes empreendimentos públicos e privados - sobretudo a partir das décadas de 1970 e 1980, com a construção do Centro Administrativo da Bahia, da nova Estação Rodoviária e do Shopping Iguatemi, além do projeto industrial

<sup>6</sup> Ver Projeto “Viver e Trabalhar na cidade: Uma abordagem sobre condições de vida no meio urbano” coordenado por Prof.<sup>a</sup> Iracema Brandão Guimarães, apoiado pelo CNPq e realizado no CRH/UFBA, 2005.

implementado - interferiram sobremaneira na configuração de um novo padrão de produção do espaço urbano, de modo a ficar evidente, segundo os autores, três vetores de expansão da cidade bastante diferenciados entre si: a orla marítima norte, o “miolo” e o Subúrbio Ferroviário.

O primeiro vetor citado seria caracterizado por ser a “área nobre” da cidade e, além de ser local de moradia, serviços e lazer, concentra boa parte da riqueza, investimentos públicos e, sobretudo os interesses da produção imobiliária. O “miolo”, assim chamado por ser o centro geográfico da cidade, tem essa denominação desde a criação do Plano Diretor da cidade na década de 1970 (Soares, 2006, p. 17). Sua expansão se inicia com a implementação de conjuntos residenciais para a “classe média baixa”, mas vai se consolidando também a partir dos loteamentos populares e sucessivas invasões coletivas. (CARVALHO et al., 2004)

Por fim o Subúrbio Ferroviário, uma região bastante densa e de ocupação antiga, abriga algo em torno de vinte e dois bairros populares. Do ponto de vista da expansão e ocupação, o impulso inicial no Subúrbio se deveu à implementação da linha férrea: a Estrada de Ferro Bahia a São Francisco, construída na segunda metade do século XIX, em 1860 (Pimentel, 1999; Carvalho et al. 2004). Durante muito tempo, segundo pesquisa feita por Pimentel (1999, p.32) essa região era mais conhecida como área de veraneio da classe média baiana, e ainda é possível em visitas à região perceber as belezas das praias, apesar do descaso em que se encontram a maior parte delas. Abrigado em grande parte no Subúrbio Ferroviário de Salvador está também o Parque São Bartolomeu / Pirajá, espaço de exuberante natureza, lembrado e preservado pelos moradores por ser palco de resistência e religiosidade afro-brasileira, embora seja também um espaço atualmente pouco valorizado pelo poder público.

A partir da década de 1940, mas, sobretudo após a criação da Avenida Suburbana na década de 1970 é que se intensificará a ocupação na região, atrativa pelo preço dos terrenos, sendo ocupada inicialmente sobretudo por imigrantes, além da população mais pobre da cidade. (Soares, 2006; Pimentel, 1999). É importante lembrar que desde esse período as conhecidas invasões coletivas vão se tornar fenômeno recorrente, sobretudo, no Subúrbio, já distante do centro administrativo, comercial e industrial de Salvador.

Como lembra Soares, o relevo acidentado da região suburbana não se transformou em obstáculos para a população que necessitava de moradia, de forma que morros, encostas e até mesmo o mar da Baía de Todos os Santos se configuravam em espaços ocupados pela população de baixa renda, mostrando como o problema habitacional da cidade é antigo e ainda anseia por soluções. Algumas das entrevistadas mais idosas vivem em casas que foram ocupadas exatamente nesse período de expansão do Subúrbio através das conhecidas

invasões, algumas destas hoje já se transformaram em ruas pavimentadas e com acesso a serviços antes não disponíveis, o que se deve principalmente a pressão popular intensa na região. O fato vivido e narrado por D. Maria de Lurdes, 61 anos, ilustra bastante essa situação:

*“Antes, eu primeiro invadi na outra rua, minha madrinha foi lá, fez toda de taipa, quando tava pra tapar, os homens chegou, derrubou tudo. Guardou a madeira. No outro mês disseram: a invasão agora é perto da Fonte do Bambu, eu disse: essa eu e fico! Aí vim, fiz um vão, coberto de plástico, de bananeira, papelão, o que eu achava eu cobri, e passei pra dentro. Quando chovia eu cobria meus filhos com os plásticos, e cobria a cabeça e me sentava, porque era uma cama de solteiro, tinha noite que eu dormia na cadeira sentada. Então daí, o meu marido já estava afastando, afastando, levava dois, três mês pra vim. Aí armou uma casa, levou um ano armada, quando foi fazer a madeira tava podre. Era os meninos indo pro mato, sozinhos, coitado, se batendo, pra eles ir fazer... Ninguém queria fazer, porque eu tinha marido. Aí quando foi depois, que eu comecei a trabalhar, aí meu sobrinho foi meu fiador, meu salário era mil, naquela época do cruzeiro, né? Eu pagava mil, pela prestação do que eu comprei, aí fazia cocada, amendoim, fazia um bocado de coisa e levava pra vender dentro do trabalho escondido, pra poder dar comida aos meninos. Daí eu fui fazendo, fazendo, fez dois vãos. Quando esses dois vãos tava pronto, parece uma perturbação, meu filho deu uma dor assim, com três dias, morreu, dezesseis anos. Eu perdi esse filho, depois sai desse trabalho, entrei no que eu falei que foi na véspera de Natal, aí fui pegando o dinheiro, os garçons me davam uma gorjetinha, eu lavava a farda deles, aí eu fui comprando, comprando, depois o outro, o mais velho começou a trabalhar, foi ajudando. Quando eu saí desse trabalho de noite, aí eu fiz a parte do fundo. E por fim agora, que ta com piso, tudo bonitinho, banheiro engraçadinho, depois que eu comecei a receber a pensão. Casa nunca acaba...”*

**(Maria de Lurdes, 61 anos).**

Hoje, marcado pela precariedade habitacional e deficiências graves do ponto de vista da infra-estrutura e dos serviços básicos à população - o que não deixa de acontecer com outros bairros distantes dos bairros mais ricos da cidade - o Subúrbio Ferroviário é geralmente estigmatizado como “lugar marginal” e violento<sup>7</sup> (Espinheira, 2004, p.25). De fato, nas próprias entrevistas que realizamos fica claro como é difícil conviver com o estigma de “suburbana/o”: na busca por empregos, mas principalmente no cotidiano, nos preconceitos sofridos na ida ao supermercado, nas relações afetivas. Ao estigma de “suburbana/o” se soma o preconceito racial à população que é predominantemente negra.

Mas, o interessante é perceber que ao lado deste estigma e da própria imagem e sentimentos negativos produzidos nos moradores em virtude do incessante descaso do Estado

<sup>7</sup> Ver estudo realizado em áreas do Subúrbio, coordenado por Gey Espinheira: “Sociabilidade e Violência - Criminalidade no cotidiano de vida dos moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador” que discute questões como a violência institucional e institucionalizadas das polícias, a omissão do Estado além de como a população sente e luta para desconstruir a violência e seus estigmas.

e dos altos índices de violência, se processa também a resistência percebida pela diversidade de associações e movimentos socioculturais oriundos do Subúrbio e de seus moradores e moradoras. Como destaca Soares (2006), o próprio bairro de Plataforma, um dos integrantes do contexto empírico de nossa pesquisa, é um grande exemplo de como as dinâmicas e as articulações comunitárias são, de certa forma, impulsionadas pelo sentimento de pertencimento ao bairro aliados à presença de grupos sociais organizados.

Uma vez discutido e apresentados os elementos constitutivos da pesquisa de campo, assim como as principais categorias que compõem nosso objeto, seguiremos nos capítulos vindouros traçando um percurso da discussão sobre o tema deste trabalho, assim como as análises que pudemos empreender.

### 3 FAMÍLIA E CHEFIA FEMININA – UM PASSEIO PELA TEMÁTICA

Qualquer estudo acerca da chefia familiar feminina ou da situação da mulher chefe de família deve ponderar ao menos sobre duas categorias que estão *explícitas* e por isso mesmo devem ser problematizadas sob o risco de tomá-las de forma naturalizada: a categoria família e dentro dela, a questão da chefia familiar. Como questionam alguns autores, toda família tem um *chefe*? Quais os espectros das relações sociais são tangenciados ao falarmos de *família*? Ou o que estamos tratando por família?

As questões são várias, e as respostas possíveis também. Neste capítulo a proposta é traçar um breve panorama dos caminhos percorridos pelos estudos sobre família no Brasil, mostrando como atualmente os estudos sobre este tema têm se enriquecido a partir da emergência do gênero como uma das categorias analíticas fundamentais para a compreensão do assunto, assim como, evidenciar a importância central da análise da chefia familiar feminina através das intersecções entre as categorias relacionais de gênero, raça, classe e geração.

A literatura sobre família no Brasil é vasta, embora seja marcada em geral por posturas específicas na leitura acerca da história da organização familiar. Assim, como ressalta Teruya (2000, p.2) dois posicionamentos marcaram boa parte dos estudos acerca da família brasileira: O primeiro se projetaria a partir do modelo de família patriarcal como um modelo central de família brasileira enquanto o segundo posicionamento seria marcado pela revisão deste modelo.

Para compreender analiticamente os percursos destas posturas é interessante perceber sobre quais matrizes conceituais se fundamentam, e para isso é importante trazer à tona, ainda que sumariamente, a elaboração freyriana de família patriarcal. Tal elaboração marcou profundamente os estudos sobre família no Brasil, ora fundamentando a análise, ora colocando-a como alvo de críticas.

As interpretações acerca da família patriarcal, tal como concebida por Freyre (2005, p.267), são várias, inclusive as percepções acerca das contribuições de seus estudos. Não há como negar, por exemplo, que os estudos sócio-históricos empreendidos por Freyre, Antônio Cândido e outros ajudaram sobremaneira na construção de conhecimento sobre a realidade brasileira do passado, assim como a compreensão das heranças históricas na sociedade de

então. Mas não podemos esquecer também que estes estudos focam uma realidade também situada por diversos determinantes. Fukui (1980, p.13) ao fazer um levantamento dos estudos sobre família no Brasil divide a temática da família em duas grandes áreas: *as famílias brasileiras na sociedade agrária do passado* e *as famílias na sociedade brasileira do presente*, de forma que os estudos de Freyre, Antônio Cândido, por exemplo, estão situados no primeiro momento. Assim, a família patriarcal era um grupo organizado a partir de hierarquias, cujo modelo pode ser descrito como um grupo familiar extenso que, ao centro, tem um núcleo conjugal formado pelo casal branco e filhos legítimos e ao seu redor uma periferia composta por escravos, agregados, índios, negros e mestiços e até mesmo as “concubinas” dos maridos brancos e seus filhos, estabelecendo relações que se mantêm por laços de sangue e compadrio num complexo sistema de obrigações e lealdades. (FUKUI, 1980; TERUYA, 2000).

Assim, no modelo freyriano, a mulher (neste caso a mulher branca) aparece como uma figura apática, submissa, enquanto a mulher negra apareceria preferencialmente como objeto sexual, e eventualmente como “mãe negra”, não apenas amamentando os filhos legítimos da família como também criando-os e educando-os. (ALMEIDA, 1987, p.66).

Como afirma Fukui (1980, p.14), a tese que está subjacente a partir dos estudos de Gilberto Freyre é que com o desenvolvimento urbano a importância da família tende a diminuir na sociedade, passando da família extensa patriarcal gradativamente à nuclear conjugal. A questão que se coloca então não é negar a importância destes primeiros estudos, mas enfatizar que apesar da generalização acerca da família brasileira do passado que tais trabalhos proporcionaram estudos até mesmo historiográficos mais recentes não têm apontado, necessariamente, para a dominação completa deste modelo de família descrito, entre outros autores, por Freyre, mas para a coexistência de uma gama de modelos ainda que, sob certo ponto de vista, o modelo da família extensa patriarcal fosse ideologicamente hegemônico em dado período da história brasileira. Há autores, inclusive, que problematizam, por exemplo, o fato de que a hegemonia deste modelo nos estudos sobre família no Brasil obscureceu por muito tempo a possibilidade de se perceber outras formações familiares, uma vez que a categoria “família extensa patriarcal” englobava uma diversidade de experiências familiares debaixo do termo de “agregados”. (CORRÊA, 1981, p.22).

As críticas a esta concepção acerca da hegemonia absoluta da família patriarcal nos estudos sobre família no Brasil desempenham um papel fundamental na compreensão mais ampla da história das nossas organizações familiares. Afinal de contas foi a partir destas reorientações metodológicas e epistemológicas, sobretudo no terreno da historiografia, que



podemos tirar o véu da existência de uma gama de “tipos” de arranjos familiares presentes ainda da sociedade colonial, dentre os quais a família chefiada pela mulher é um destes.

Assim, se por um lado os estudos sócio-históricos destinaram muito de sua atenção geralmente ao modelo de família freyriano, ou seja, a família extensa patriarcal, deixando obscurecidas outras formações familiares existentes no passado brasileiro, por outro, com as mudanças de concepção da História e a busca por novos métodos de pesquisa historiográfica, algumas dessas situações antes não mencionadas começam a despontar, um bom exemplo disso são os estudos feitos com base em registros e análises de famílias escravas (antes imersas na família extensa) e mesmo das famílias cujo “chefe” era uma mulher.

Mattoso (1988, p.125) em seu estudo sobre família e sociedade na Bahia do século XIX, menciona a questão da chefia familiar feminina. Segundo a autora, de um conjunto de 147 grupos domésticos que analisa, 42,2% são casos de mulheres que chefiam os grupos domésticos, e em sua maioria solteiras. Mattoso afirma que em Salvador deste período era freqüente a mulher encontrar-se sozinha até mesmo em todas as camadas sociais tanto para cuidar de si quanto de seus filhos. A autora fala de um papel preeminente destas mulheres numa sociedade de nítida aparência masculina. (Ibidem, p.105). Estudos mais recentes sobre a chefia familiar feminina no período colonial demonstram que o número de mulheres nessa situação era às vezes maior que o índice contemporâneo (SAMARA, 2002, p.2).

Também nos estudos sobre a família no período escravista podemos destacar o estudo de Samara (1998, p.40) sobre família negra no Brasil. Através da análise de testamentos e outros documentos, Eni de Mesquita Samara procura reconstituir algumas das relações familiares dos escravos e dos negros libertos de São Paulo, lembrando que a obtenção de informações sobre os escravos só foi possível em virtude dos relatos de proprietários que deixaram nos testamentos e afins, alguns dados sobre a transmissão de seus bens e o destino de seus escravos nas partilhas.

Assim como em outros estudos, a questão da chefia familiar feminina entre as solteiras escravas também aparece de forma significativa no trabalho da autora, segundo a qual, a presença maciça de mulheres com maridos ausentes na população da cidade era parte integrante da vida cotidiana *desde* o século XVII. (Ibidem, 51).

Ao perguntar se no contexto da escravidão poderia existir realmente uma família escrava, Samara ressalta que, se em estudos anteriores a perspectiva era ver a família escrava como atípica ou como uma exceção à regra, uma nova maneira de olhar a sociedade escrava mostraria que uniões estáveis de cativos poderiam ocorrer apesar da violência a qual estavam

submetidos os escravos. (SAMARA, 1998, p.42).

Dessa forma, se estudos que buscam investigar as famílias e a sociedade brasileira durante e logo após o período colonial já mencionavam a relevância das mulheres na estrutura familiar, assumindo inclusive o papel de chefe, o que dizer daqueles que analisavam a realidade baiana a partir das décadas de 1930 e 1940? Um destes estudos facilmente lembrados é a etnografia realizada por Ruth Landes (2002) na Bahia, que deu origem ao famoso “A cidade das mulheres”. Atraída para o Brasil, em especial para a Bahia, Também em virtude da propagada “harmonia racial” supostamente existente no país em contraste com os conflitos raciais norte-americanos, a autora procura conhecer a dimensão de gênero e as relações raciais na cultura afro-brasileira, se instalando sobretudo na cidade de Salvador onde destaca o papel proeminente das mulheres negras não só nos cultos de matriz africana como também na própria estrutura familiar.

Como acentua Corrêa (2003, p.163) e Pacheco (2008, p.67) o trabalho de Landes (2002) tem um importante papel na inauguração de estudos de gênero analisados pela inversão da relação entre o princípio masculino e o princípio feminino ressaltando o papel das mães de santo que subverteriam a cultura patriarcal hegemônica.

O período a partir da década de 1960 é especialmente interessante para pensarmos a trajetória dos estudos sobre família e o papel da mulher dentro dela e na sociedade de um modo geral. Segundo Scott (2002, p.7) é nesse período que as mulheres chefes de família se tornarão mais visíveis enquanto objeto de estudo e alvo das políticas públicas, sobretudo em virtude de uma conjuntura de urbanização crescente e preocupação com os altos índices de fecundidade além da intensificação do movimento de mulheres. No âmbito da Demografia, especialmente, são discutidos interessantes resultados: a verificação de que a chefia familiar era mais intensa entre as mulheres mais velhas, resultando no que Berquó (1986) chamou de “pirâmide da solidão”, ou mesmo a análise de Barroso (1978, p.2) que ao discutir o crescimento do número de mulheres chefes de família com base em dados censitários já aponta também para questões acerca da subenumeração destes casos em virtude da metodologia e pressupostos implícitos na coleta de dados.

Já na década de 1980, outro importante estudo é publicado e vai destacar também a relevância das mulheres como chefes de família e seu papel na rede de parentesco como um todo. É o clássico estudo de Woortmann (1987, p.15) a Família das Mulheres, no qual o autor se propõe estudar a relação entre parentesco e papéis sexuais num contexto de pobreza, ou em suas palavras, de privação sócio-econômica em bairros de Salvador. Na busca por compreender esta relação, Woortmann nega a existência de uma (sub)cultura da pobreza,

afirma que existem, sim, “padrões resultantes da interação entre dois níveis de cultura: um nível ‘ideal’ e outro adaptativo, este último relacionado às estratégias desenvolvidas para enfrentar a realidade da pobreza” (Ibidem, p.21).

Nesse sentido, segundo o autor, num contexto de instabilidade social e econômica, além do contexto ideológico que chama as mulheres a um estado de alerta e prevenção em relação aos homens, a casa, sobretudo se é a mulher que a “sustenta”, acaba muitas vezes sendo um terreiro onde o homem não pode cantar de galo.

É importante lembrar também que, nesse contexto, com a modernização da sociedade, e os estudos acerca deste novo processo, também os estudos sobre família no Brasil, em sintonia com os estudos sobre família fora do país, enfatizavam a tese da nuclearização da unidade familiar, sobretudo com as influências dos estudos de Talcott Parsons (1956). Assim, não só no Brasil, mas, sobretudo nos Estados Unidos, a família nuclear burguesa emergia como modelo ideal, marco da ascensão da burguesia industrial. Para Almeida (1987, p.57), entretanto, esta família ainda seria patriarcal em suas concepções já que o papel da mulher ainda se restringia ao ambiente privado da casa, e seu poder sobre questões imediatas, sendo ao pai ainda atribuído o papel de “chefe” da família.

É na década de 1970 para alguns, mas, sobretudo a partir da década de 1980 que os estudos sobre família e chefia feminina começam a tomar novos contornos, principalmente porque iniciam todo um processo de desconstrução do olhar acerca das formas de organização das famílias brasileiras (Macedo, 2008, p.393) ou, como afirmou Teruya (2000, p.17) quando a segunda vertente do pensamento sobre os estudos de família no Brasil toma fôlego tecendo críticas à generalização do modelo de família patriarcal que tratava as outras formas de arranjos familiares como atípicas ou incompletas no caso principalmente daqueles arranjos de chefia feminina.

Desta forma, a partir da década de 1980, proliferam pesquisas sobre chefia familiar feminina (Scott, 2002, p.9), principalmente pela força que vão gradativamente tomando os estudos de gênero no Brasil e fora dele de modo que, como discutimos em outro momento, esta emergência do gênero como uma das categorias centrais de análise no estudo da família, das relações de trabalho, assim como o vasto crescimento dos estudos feministas vão colocar combustível na discussão acerca das transformações na família e na sociedade e o papel da mulher nessa transformação.

### 3.1 A EMERGÊNCIA DO GÊNERO COMO CATEGORIA CENTRAL DE ANÁLISE

Como já apontamos antes, é consenso entre os pesquisadores da temática a afirmação de que famílias chefiadas por mulheres no Brasil não é uma novidade, nem na prática social nem nas menções ao tema em estudos acadêmicos, ainda que os enfoques sejam diversos. Tanto no Brasil quanto na América Latina, por exemplo, o crescimento do número de lares chefiados por mulheres é notório, variando de 25% a 35%, sendo que no Brasil esse percentual, segundo o IBGE (2002) chega a 24,9% passando para 25,9% no Nordeste, enquanto em Salvador, ultrapassa 30%.<sup>8</sup>

Vários motivos são geralmente citados na busca de explicação deste crescimento, mas os principais dizem respeito à modernização nas relações familiares e de gênero que facilitaria, do ponto de vista ideológico, a aceitação da chefia feminina por parte das próprias mulheres e da sociedade como um todo: a migração masculina, a viuvez dado o fato de que as expectativas de vida variam por gênero favorecendo uma maior longevidade para as mulheres; outras explicações em geral apontam também para a questão da gravidez fora do casamento, o aumento substancial de separações e divórcios e até mesmo, como afirma Mendes (2005, p.10) a questões ligadas às transformações na economia e condições de pobreza.

Como discutem os Woortmann (2002, p.2) a novidade, assim, não é necessariamente o crescimento do número de mulheres chefes de família, mas a sua diversificação, o que tem proporcionado um olhar mais atento e diferenciado sobre a questão. O que implica dizer que mais recentemente, o aumento da incidência de mulheres como chefes de domicílio nos diversos segmentos sociais vem acompanhado não só de uma vasta menção a este fenômeno na literatura sociológica quanto de mudanças no olhar sobre o assunto. Um dos principais elementos que tem enriquecido a discussão acerca da chefia familiar feminina é a inserção da categoria de gênero nas análises, assim como a procura pela articulação de várias categorias relacionais no estudo do fenômeno, como, por exemplo, raça, classe e geração. Como aponta Macedo (2007, p.140) não é possível dar conta do fenômeno da chefia familiar feminina sem atender devidamente para as situações de classe, raça e geração em que estão imersas as mulheres e suas famílias, mostrando o quanto esta realidade é profundamente heterogênea.

Mas cabe dizer que até mesmo o termo heterogeneidade ainda é insuficiente para dar conta da questão, e assim, outro elemento a se analisar com cautela são as ambigüidades

---

<sup>8</sup> Dados extraídos da pesquisa realizada durante a Bolsa de Iniciação Científica (2004-2007) sob a orientação de Prof. Dr.<sup>a</sup> Iracema Brandão Guimarães: Projeto “Viver e Trabalhar na cidade”.

implícitas na situação da chefia feminina. Mendes ressalta (2002, p.3) a priori o fato de estarem na condição de provedoras econômicas da família levaria a pensar tais mulheres como portadoras de poder e autonomia no âmbito da família, entretanto, estes fatores de heterogeneidades citados anteriormente vão proporcionar, sobretudo para as mulheres de camadas populares - e por que não dizer também que de um modo peculiar para as mulheres negras - uma situação complexa e ambígua que vai desde o acúmulo de responsabilidades (mantedoras econômicas da família/ domicílio e responsáveis pela dimensão doméstica dos cuidados) a questões ainda mais graves como, por exemplo, a violência doméstica, passando pela inserção precária no mercado de trabalho, situações onde um novo processo de *empoderamento* e assimetrias tradicionais de poder vão criar situações bastante complexas.

Diante de tudo isso se impõe a necessidade de problematizarmos a própria categoria família que, como dissemos, não é um fenômeno natural de caráter universal, e nem mesmo é natural a divisão de papéis que se estabelece dentro dela, ou ainda o grupo conjugal e as relações de parentesco (Carloto, 2005, p. 03). A desconstrução do objeto família é assim imprescindível de modo que a releitura crítica possível através do gênero nos permite questionar um modelo tradicional de família (único, estático, harmônico, privado e autônomo), para chegarmos à aceitação de que há uma diversidade de modelos de família e estilos de vida que confrontam a idéia conservadora de “crise na família” ou “fim da família” (Goldani, 1993, p.68). Importante insistir, tal como Macedo (2007, p.152) que “essas questões que as análises marcadas pela perspectiva do gênero permitem empreender vão obrigar a falar não em família, mas em famílias, estruturas reais por trás de um modelo de família.

Como apontamos no capítulo anterior, a emergência do gênero como categoria de análise tem contribuído bastante com os estudos que buscam uma maior compreensão da questão da chefia familiar feminina, e inclusive no sentido de procurar soluções para os problemas encontrados pelas mulheres chefes de família. Os marcos teóricos de gênero serão assim, fundamentais para orientar a busca por estatísticas que desmascararam a invisibilidade da atividade econômica realizada por mulheres, mostrando o aumento numérico das famílias chefiadas por elas, além é claro de denunciar a violência doméstica, assédio sexual, etc.

Entre as novas possibilidades trazidas pela utilização do gênero está a ampliação da visibilidade de um conjunto de assimetrias, mas, por outro lado, tem apontado também para transformações no interior das famílias. Assim entre as rupturas e permanências apontadas nestes estudos estão aquelas que se referem à divisão sexual do trabalho de produção e

reprodução (Castro; Guimarães, 1997); a divisão de poderes e processo de tomada de decisão pelos membros da família; as possibilidades de exercício da sexualidade e de controle das trajetórias reprodutivas assim como a ocorrência de violência intra-familiar (GOLDANI, 2000).

O próprio amadurecimento das discussões que envolvem as teorizações acerca do gênero tem propiciado olhares cada vez mais atentos às complexidades que envolvem a questão da chefia feminina no âmbito da família. A percepção de que as relações de gênero só podem ser realmente compreendidas na prática quando analisadas através da compreensão de outras categorias que também estruturam a vida dos sujeitos – raça, classe e mais recentemente o reconhecimento da importância da geração – ofereceu a possibilidade de se pensar a chefia familiar feminina através de novos ângulos e trazendo a luz outros elementos até então pouco discutidos.

Dessa forma, atentando para as transformações da família tanto como instituição social quanto como locus privilegiado das relações de geração e também de gênero, Motta (2007, p.114) vai ressaltar como o aumento da longevidade traz também um importantíssimo elemento na nova realidade das famílias: a presença de um número cada vez maior de gerações coexistindo por mais tempo, o que permite uma experiência nova na realidade familiar diferente da ocorrida em qualquer outra época da história e assim, tornando mais complexos e variados os arranjos familiares. Além disso, um novo fenômeno emerge: a manutenção ou retomada da direção/autoridade do idoso na família - geralmente uma mulher idosa – resultado dos impactos tanto das transformações da família na dimensão estrutural da sociedade, quanto desta dimensão sobre as organizações familiares.

A situação de provedor é cada vez mais comum entre as mulheres idosas, assumindo elas, crescentemente, a chefia da família, em geral como viúvas e descasadas, enquanto mantêm a tradicional rede de relações (...) a mulher como tecelã da rede de relações sociais. (MOTTA, 2007, p. 118).

Este fenômeno da retomada e mesmo da manutenção da autoridade de pessoas idosas na família, sobretudo da mulher que goza de uma maior longevidade em relação aos homens, é paradigmática da necessidade de pensarmos não só as categorias de gênero, geração, ou mesmo raça articuladas como, sobretudo situá-las dentro de uma análise que dê conta das mudanças estruturais e conjunturais da sociedade, que nos permite perceber, por exemplo, mudanças significativas na família impactadas também, embora não exclusivamente, por questões como o crescimento do desemprego entre jovens e a conseqüente emergência da renda do idoso/a como fonte de sobrevivência da família.

Como afirma Camarano e Pasinato (2002, p.1) os próprios sistemas previdenciários

foram formulados com base em contratos de gênero num contexto onde o homem era o provedor e as mulheres e crianças seus dependentes. Mas, uma série de transformações ocorridas desde a segunda metade do século XX – com a maior participação das mulheres no mercado de trabalho, sua paulatina mudança de posição de dependente a membro cada vez mais ativo economicamente e o conseqüente crescimento de sua participação no sistema previdenciário – tem permitido à mulher idosa o papel principal na rede de apoio da família, não só do ponto de vista afetivo ou das relações, mas também economicamente. Assim, mudanças na legislação da Seguridade Social trazem benefícios não só para as idosas individualmente, mas também para suas famílias (Ibidem).

Estudando os impactos das questões previdenciárias entre as mulheres idosas, as autoras vão trazer elementos interessantes acerca da realidade das famílias chefiadas por mulheres idosas. Segundo as autoras, a partir de dados do Censo 2000, as famílias chefiadas por idosas são menores devido ao menor número de filhos aí residindo, entretanto, contam com um maior número de “outros parentes” (que podem ser netos, já que a idade média destes “outros parentes” é baixa), o que estaria expressando a maior proporção de famílias extensas entre as famílias chefiadas por idosas. Dessa forma, as autoras vão ressaltar também que ao contrário do esperado, as famílias brasileiras com idosos estão deixando de ser caracterizadas como “ninhos vazios” já que a proporção de filhos adultos morando com mães idosas tem crescido nos últimos anos.

No tocante às condições de vida destas famílias chefiadas por mulheres idosas, as autoras trazem um dado interessante e bastante pertinente no que se refere aos resultados encontrados em nossa pesquisa com as mulheres do Subúrbio de Salvador: é o fato de que além de receberem os filhos adultos ou até mesmo netos, há evidências de que as mulheres idosas têm contribuído para que estes freqüentem mais a escola.

Mas além de pensar a chefia feminina a partir das dimensões de gênero e de geração, o enriquecimento da análise deve-se também à percepção do eixo das diferenças étnico-raciais, já que as condições de vida das mulheres chefes de família idosas ou jovens são também afetadas por esses diferenciais. Até mesmo para pensar a questão do envelhecimento, a dimensão de gênero analisada isoladamente não dá conta de toda a realidade já que, se é inegável que a idade traz vulnerabilidades, o momento que estas se iniciam assim como a sua intensidade destas são diferenciadas não só por gênero, mas também por raça, classe, grupo social, por exemplo. (CAMARANO, 2004, p.6).

No tocante a caracterização de famílias de idosos, pesquisas recentes têm demonstrado

resultados interessantes, alguns novos e outros já esperados. Se por um lado já é consenso a constatação de que a mulher idosa brasileira está vivendo mais, e até mesmo gozando de melhores condições de vida que em outras épocas seja devido à ampliação da cobertura previdenciária ou ao maior acesso aos serviços de saúde e do crescimento da tecnologia médica, é importante ressaltar também que as mesmas pesquisas têm apontado a cor (entre outros fatores) como uma variável que afeta desde o estado conjugal das mulheres idosas - as mais elevadas proporções de mulheres viúvas e casadas são encontradas entre as mulheres idosas brancas e as de mulheres separadas e solteiras são encontradas entre as mulheres idosas pretas (Ibidem) – às próprias condições de vida das mulheres e suas famílias.<sup>9</sup>

Barreto e Santos (2006, p.554) analisam também, segundo a variável cor, a persistência das desigualdades entre mulheres chefe de família, tanto negras quanto brancas, nesse caso, na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Segundo os autores, apenas recentemente a divulgação dos dados oficiais passou a dar visibilidade às desigualdades raciais e de gênero que se configuravam na questão da chefia familiar feminina. Utilizando dados da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) entre 2000 e 2005, esta pesquisa vai apontar para os diferenciais significativos na escolaridade, no acesso ao mercado de trabalho, e rendimento quando são comparadas famílias chefiadas por mulheres pretas, pardas e brancas. Segundo a pesquisa, há uma tendência generalizada de continuação da escolaridade no universo das mulheres chefes de família da RMS, embora o patamar a partir do qual esta continuidade se estabelece mostra claras diferenciações por cor/raça: 77% das mulheres chefes de família brancas estavam cursando o nível universitário, contra 49,9% das chefes pardas e apenas 16% das chefes de família pretas.

Em geral, os estudos sobre chefia familiar feminina vão, dessa forma, apontar para a necessidade de análises que busquem estudar o fenômeno na sua complexidade, ou seja, desmistificando cada vez mais intensamente a aparente homogeneidade tanto na caracterização da chefia familiar feminina, quanto nas explicações sobre o crescimento numérico deste tipo de arranjo familiar.

Mendes (2002; 2005) em suas pesquisas acerca das mulheres chefes de família nas áreas de ZEIS<sup>10</sup> de Recife-PE, retoma uma série de questões importantes, em se tratando da chefia familiar em contexto urbano e popular. Para a autora, o crescimento da presença feminina na

---

<sup>9</sup> Camarano (2004) afirma que entre as famílias de idosas (chefiadas por mulheres idosas) em qualquer indicador de renda (renda do chefe, rendimento médio familiar per capita, proporção de pobres e indigentes) aponta-se para o fato de que são as famílias com mulheres pretas e pardas as que apresentam as piores condições de vida.

<sup>10</sup> Zonas Especiais de Interesse Social – Áreas definidas pelo Estado como Zonas de Vulnerabilidades Sociais.



esfera do trabalho traz, entre suas conseqüências, a mulher como “mantedora” da família, como uma situação cada vez mais constante, mas não isenta de paradoxos. A pergunta então seria: a participação da mulher no mercado de trabalho e a chefia domiciliar estaria, assim, diretamente relacionada à emancipação feminina? Esta indagação de Mendes se torna uma pergunta chave quando nos propomos a discutir a relação entre chefia familiar feminina e as relações de gênero, pois deixa em evidência como relações de poder se chocam e entrecruzam promovendo realidades distintas em contextos distintos. Mendes vai afirmar, então, que a relação entre trabalho e emancipação feminina parece muito mais convergente nas camadas médias que nas populares, uma vez que nas últimas é a luta pela sobrevivência que é o motivador principal do ingresso no mercado de trabalho.

O fato de estarem na condição de provedoras econômicas da família leva, a priori, a se pensar nessas mulheres como portadoras de poder e autonomia no contexto familiar. Tal pressuposto tem como base fundante o próprio feminismo, originário das camadas médias, cujo propósito inicial era tornar as mulheres visíveis e tirá-las da sua condição de subordinação, sendo o trabalho o carro chefe dessa emancipação. (MENDES, 2005, p. 13)

Hoje em dia os próprios estudos feministas reconhecem que não só a categoria “mulher” é heterogênea, quanto é muito mais difícil falar em emancipação feminina a partir do único critério do trabalho. Assim, a autora aponta algumas inquietações ao trabalhar com um assunto tão complexo quanto é a própria chefia familiar feminina: a diversidade de situações que perpassa essa categoria “chefia feminina” como, por exemplo, as dimensões não só de gênero, mas de classe, raça/etnia, idade, geração, além de que o próprio entendimento do termo “chefia feminina” em oposição à “chefia masculina” desconsidera a diversidade de modelos familiares que atualmente compõem a sociedade (casais homossexuais monoparentais femininos ou masculinos e solteiros, por exemplo).

Utilizando a tipologia que estabelece três situações de caracterização de chefia familiar feminina – a primeira definida pela ausência do parceiro sem necessariamente acontecer a manutenção feminina, uma segunda definida pela ausência masculina e manutenção feminina e por fim a terceira definida pela manutenção feminina sem que haja, necessariamente ausência masculina – Mendes (2002, p.4) vai encontrar em sua amostra<sup>11</sup> 67,86% das mulheres entrevistadas se enquadrando no terceiro tipo de chefia, ao contrário do que é comumente apresentado como resultado em outras pesquisas. No que tange à renda das mulheres entrevistadas pela autora esta provinha principalmente da ajuda de custo fornecida pelo programa de regularização das ZEIS (já que as mulheres entrevistadas nesse trabalho

---

<sup>11</sup> Pesquisa realizada com as líderes comunitárias das ZEIS de Recife.

eram representantes comunitárias nesse programa) por esta razão acabavam por manter os seus domicílios. Associava-se a isso a ocupação incerta de seus maridos. Segundo a autora a situação estática dos companheiros em geral as deixava constrangidas diante do público em geral. (Mendes, 2002, p.05)

Segundo a autora, nessa pesquisa, a dificuldade de perceber o tipo de chefia que se conformava (manutenção feminina e presença masculina) no que diz respeito às relações de gênero é proveniente, entre outras coisas, do peso da tradição que acabava encobrendo a alteração dos papéis e do poder de decisão no domicílio, de forma que a própria mulher muitas vezes colaborava para esta “ocultação da real situação de mudança” procurando meios de não criar constrangimento para o parceiro em virtude da inversão de papéis. (Ibidem, p. 06). Estas mulheres, em virtude da própria atuação na dimensão política, proveniente de sua atuação como líderes comunitárias, se apresentassem mais reivindicativas e informadas de seus direitos do que na amostra de sua segunda pesquisa (Mendes, 2005, p.101) também no contexto das ZEIS, mas que englobava as mulheres chefes de família em geral.

Também Macedo (1999, 125), em sua dissertação sobre chefia feminina em Salvador, aponta importantes aspectos da chefia feminina num contexto de pobreza. Um desses elementos se refere à questão da “ausência masculina” e a questão da autoridade no domicílio onde a mulher é chefe. Segundo a autora, ao discutir os resultados da pesquisa, algumas mulheres apontam a questão da ausência masculina como um problema tanto em relação à educação cotidiana dos filhos, quanto ao “exercício da autoridade sobre o grupo, principalmente sobre os filhos do sexo masculino” (Ibidem, p. 135). Ausência parecida, entretanto, é apontada também em domicílios onde a chefe possui companheiro, neste caso, mais relacionada à ausência de partilha nas atividades domésticas, na preocupação com os filhos etc.

Merece especial atenção, enfim um outro elemento que Macedo (1999, p.46) ressalta e que é de fundamental importância para este trabalho: a necessidade de estar atenta à questão do momento no curso de vida das famílias na experiência da chefia familiar, uma vez que a depender disto a noção de “chefe de família” nos remeterá a uma diversidade de posições, lugares e papéis complementares na organização do grupo familiar e que se entrecruzam e demarcam relações de parentesco, gênero e geração.

A pesquisa de Macedo sinaliza ainda que apesar da chefia ser feminina, na maioria dos grupos visitados permanece não só a divisão desigual do trabalho doméstico entre filhas e filhos, mas continua a reprodução dos padrões tradicionais de divisão sexual do trabalho no interior do grupo doméstico.

Outros trabalhos, apesar de não se referirem exclusivamente à questão da chefia familiar feminina, são exemplos interessantes da contribuição dos estudos que procuram analisar de modo articulado as questões de gênero, raça, classe e geração e inclusive indiretamente também contribuem para uma compreensão mais ampliada da heterogeneidade dos novos arranjos familiares que têm a mulher como chefe. (Guimarães, 2005, p.57). É o caso, por exemplo, de Piscitelli (1996, p.21) que, em trabalho sobre a articulação de gênero e “raça” em textos da mídia brasileira no tocante ao turismo sexual, também engloba a categoria “raça” como uma das marcas, entre tantas outras, através das quais se estabelecem distribuições diferenciadas de poder. Tanto neste trabalho, quanto em todos aqueles que procuram dar conta de temas que atravessam categorias como gênero e raça (e outras), a importância é não só perceber a multiplicidade de diferenciações que marcam social/corporalmente os grupos, mas compreender a forma como se articulam. Assim, as reflexões sobre a natureza das categorias de gênero e de raça nos colocam de frente a este elemento: a questão de como as relações de gênero, raça e classe social não só se interceptam como se articulam em diferentes pontos e maneiras, o que leva Bairros (1995, p.461) a dizer que uma mulher negra trabalhadora não é simplesmente triplamente oprimida ou mais oprimida que uma mulher branca naquela mesma classe social, mas que experimenta a opressão a partir de um lugar diverso.

### 3.2 CHEFIA FEMININA E DESIGUALDADE SOCIAL – O PERIGO DO VIÉS DETERMINISTA

Em geral, quando se procura pensar a questão da chefia feminina a partir da dimensão de classe, tende-se a cair na armadilha de associar chefia feminina e pobreza como se representassem uma equivalência. De fato, por algumas décadas, as pesquisas realizadas e a própria literatura sobre o tema confirmavam a relação. Entretanto, como enfatizamos antes, e concordando com uma série de autores que trabalham o tema na atualidade (Macedo, 2007; Woortmann, 2002) a chefia feminina tem se tornado um fenômeno cada vez mais heterogêneo, tanto no que diz respeito à sua caracterização por cor/raça e geração quanto por classe social, de forma que se anteriormente era natural pensar a chefia familiar feminina como característica de arranjo familiar entre os pobres, o seu crescimento nas camadas médias da sociedade, e porque não dizer também entre as camadas brancas, tem propiciado mais contribuição ao debate e às críticas ao discurso que ganhou força com os estudos sobre a “feminização da pobreza” e que geralmente levam a idéia de impotência das mulheres chefes de família em gerir seus lares.

A feminização da pobreza, entendida como um fenômeno no qual as mulheres vêm, ao longo das últimas décadas, se tornando mais pobres do que os homens é um conceito que se popularizou a partir do estudo realizado pela estadunidense Diane Pearce em 1978 que atribuiu o aumento do número de famílias pobres chefiadas por mulher ao fenômeno da feminização da pobreza. (NOVELLINO, 2005, p.1).

Assim, os estudos que se seguiram ao de Pearce (1978) nas décadas de 80 e 90 até os anos 2000, em geral também consideravam a chefia feminina de domicílio como indicador de pobreza. A intenção era demonstrar que os domicílios chefiados por mulher eram mais pobres e mais vulneráveis, sendo esta vulnerabilidade, consequência de uma série de características inerentes às mulheres, e às formas pelas quais conseguiam se inserir no mercado de trabalho.

Nesta seção procuraremos refletir sobre a importância de pensar o eixo da classe social na discussão acerca da chefia feminina, apontando para os riscos de generalização que reforçam o estereótipo de vulnerabilidade das famílias chefiadas por mulheres - que cresceram com os estudos sobre feminização da pobreza - ainda que não se negue as dificuldades que perpassam essa realidade. Realmente não se pode negar que no bojo destes estudos cresceram a visibilidade e a atenção, sobretudo no que diz respeito às políticas públicas, em relação às famílias chefiadas por mulheres. Entretanto, há que se notar que paralelo a essa visibilidade tomou grande força os estereótipos que não só vitimizam as mulheres pobres chefes de famílias, como acabam por considerar o arranjo familiar que tem a mulher como chefe, como aquele indesejável quando se espera melhores condições de vida para os membros da família. Era como se, ao fazer uma associação entre chefia feminina e pobreza, se constatasse que o crescimento desses domicílios fosse sinônimo de quebra de valores e desorganização familiar (MACEDO, 2007, p. 162).

A noção de feminização da pobreza de fato se baseia em dados objetivos já que há uma efetiva desvantagem das mulheres em relação aos homens no tocante tanto a questões relacionadas à carga do trabalho, nível de remuneração, escolaridade. Sendo que *muitas das explicações* que sustentam a noção de feminização da pobreza vão exatamente articular a dita vulnerabilidade dos domicílios com chefia feminina à ausência da figura do esposo/pai, que segundo a ideologia de gênero dominante, seria aquele dotado dos atributos necessários à condução da família tanto pelo maior e mais fácil acesso ao mercado de trabalho, quanto do ponto de vista do ambiente doméstico (Ibidem, p.164). Por isso, este tipo de argumentação tende a reforçar a idéia de que as mulheres são menos capazes que os homens de manter os domicílios.

O que esta argumentação deixa de fora é que, como afirma Castro (2001, p.92), as

mulheres chefes geralmente foram esposas, assim, empobreceram não porque se tornaram chefes ou perderam um provedor, mas geralmente porque foram esposas antes não tendo dessa forma as mesmas oportunidades dos homens casados ou que vivem sós (ou mesmo das mulheres que vivem sós) de investir na carreira e socializar-se com as regras do mercado. Até mesmo o movimento feminista, como afirma Macedo (2007, p.165), tece uma crítica à perspectiva da feminização da pobreza sugerindo que falemos ao invés disso em “pauperização das mulheres”.

Além da questão posta acerca das oportunidades perdidas, ou nem sequer oferecidas às mulheres que se tornam chefes de família, há outro elemento geralmente deixado de fora pelos estudos sobre feminização da pobreza e que diz respeito à diversidade de contextos onde a chefia familiar feminina se estabelece, de forma que mesmo em lares onde a renda é baixa, as formas de alocação dos recursos, as distribuições de responsabilidades entre os membros e mesmo os estabelecimentos de prioridades, podem *sugerir* condições de vida melhores em lares chefiados por mulheres. (CAMARANO, 2004; CARLOTO, 2005).

Assim, buscamos compreender, nessa pesquisa, a questão da chefia familiar feminina, não a partir de estereótipos, ou da tese subjacente de que a chefia familiar feminina implica em piores condições de vida para as famílias em jogo. A questão proposta neste trabalho é refletir o exercício da chefia familiar pela mulher negra a partir da compreensão de que fatores como gênero, raça, classe e geração estão se articulando constantemente e produzindo para as chefes e suas famílias situações diversas, que podem sim ser situações de precariedade e dificuldade, mas que as mulheres são também sujeitos ativos dessa relação e diante dessa articulação de fatores constroem também estratégias de superação.

## **4 DISCUTINDO A TRAJETÓRIA ESCOLAR E OCUPACIONAL DAS MULHERES**

A discussão que procuramos fazer neste capítulo tem como base os relatos das mulheres acerca de sua trajetória escolar, assim como seus trabalhos e empregos antes, durante e depois de assumir a responsabilidade pelo domicílio. Para isso, é imprescindível trazer a tona algumas questões que envolvem a discussão acerca do gênero, raça e trabalho no Brasil.

Não é novidade o grande abismo que separa os rendimentos da população negra e não negra e assim como também entre homens e mulheres as diferenças salariais são em geral muito grandes. As pesquisas sobre relações de trabalho, assim como aquelas mais voltadas às dinâmicas do mercado de trabalho quando preocupadas com o estudo, cada vez mais necessário, da relação com os marcadores de raça e gênero, vão nos apontar assimetrias e desigualdades profundas neste campo. A propósito de seu estudo acerca peso dos atributos de sexo e cor no mercado de trabalho brasileiro entre 1989 e 1999, Biderman e Guimarães (2004, 178) vão afirmar que se para o conjunto da força de trabalho o principal fator que explica o hiato salarial para as mulheres brancas decorre da discriminação no mercado, e para os homens negros seja a defasagem dos padrões de escolaridade, para as mulheres negras o hiato salarial constatado seria proveniente de ambos os fatores.

É bem verdade também que se hoje há um vasto número de estudos que procuram dar conta das assimetrias de gênero no mercado de trabalho, muito se deve aos estudos feministas no campo, principalmente, da sociologia do trabalho. Mas é importante ressaltar que foi, sobretudo, a militância feminista negra que elevou a discussão também para o patamar da articulação entre gênero, raça e trabalho, procurando problematizar as situações que envolviam e envolvem a mulher negra nesse universo tão marcadamente assimétrico.

É nessa sociedade marcada por assimetrias e desigualdades profundas que vamos encontrar uma gama de situações que envolvem a mulher negra no mercado de trabalho. Situações, em geral, marcadas pela busca de superação de uma série de desafios que começam desde cedo com a dificuldade de acesso e permanência na escola, a entrada precoce no mercado de trabalho precário e/ou informal - em geral na área de serviços domésticos - quando não raro (inclusive em casos relatados por algumas das entrevistadas) de exploração do trabalho infantil. De fato, ao analisarmos as trajetórias escolares e ocupacionais das mulheres, estaremos diante de situações de desigualdades que só vão ser plenamente compreensíveis através da intersecção de eixos de assimetria como classe, raça, gênero e

mesmo geração.

Como afirma Macedo (2008, p.145), numa sociedade como a brasileira cujo passado é marcado pelo código escravagista, o racismo e a exclusão continuam a deixar suas marcas, enraizados que estão nas estruturas sociais o que, reconfigurado pelas dimensões de gênero, por exemplo, vão criar diferentes possibilidades de escolarização, acesso ao mercado de trabalho, nupcialidade, escolhas afetivas e até mesmo diferenças significativas nas expectativas de vida entre homens e mulheres, negras/os e não negras/os.

Antes de mergulharmos nas trajetórias, procuraremos construir um perfil geral das entrevistadas, para que num segundo momento possamos continuar a discussão com base nas trajetórias escolares e ocupacionais das mulheres entrevistadas.

Como foi dito ainda no primeiro capítulo, a seleção das mulheres que participaram da pesquisa aconteceu a partir de dois bairros do Subúrbio Ferroviário de Salvador: Rio Sena e Plataforma. Como um dos critérios de acesso às entrevistadas era a indicação de outras mulheres antes entrevistadas, formando de certa forma uma rede, esses limites geográficos ficaram por vezes imprecisos, afinal, uma mulher geralmente indicava outra não só moradora de sua rua, mas também que freqüentava a mesma igreja, ou que havia conhecido em algum projeto social, ou ONG, de forma que englobamos mulheres de Rio Sena, Plataforma e suas *adjacências*.

O total de entrevistadas foi assim estabelecido: 16 da região que compreendia Rio Sena e proximidades, e 16 da região que compreendia Plataforma e adjacências, somando um total de 32 entrevistas que foram precedidas de um questionário básico, preliminar, utilizado na próxima seção para caracterizar o perfil geral dessas mulheres.

#### 4.1 PERFIL GERAL: QUEM SÃO AS ENTREVISTADAS?

Para caracterizar as mulheres que participaram da pesquisa, procuraremos construir o seu perfil a partir de alguns eixos: faixa etária, número de filhos, conjugalidade, momento no curso de vida da família, escolaridade, renda e ocupação.

Confirmando o que outros estudos já observaram em relação à maior freqüência de mulheres maduras chefes de família, a maior parte das nossas entrevistadas encontra-se na faixa de adultas maduras, de 40 a 59 anos de idade, faixa que abriga 19 das 32 entrevistadas. São em geral (embora não totalmente) mulheres que já têm filhos jovens ou adultos, sendo que uma parte destas mulheres abriga em seus domicílios netos menores de 15 anos.

As chefes de família jovens entrevistadas, com idade de 20 a 39 anos, somam apenas cinco das 32 entrevistadas. Apesar de buscar abranger todas as faixas etárias de modo mais equilibrado possível, sugerimos que a dificuldade de encontrar mais mulheres chefes nessa faixa etária, se deve justamente ao critério por nós utilizado, no que se refere à *chefia da família e do domicílio*. Assim, era muito mais freqüente encontrar mulheres chefes de família jovens em casas onde a chefia era atribuída à outra pessoa, do ponto de vista tanto financeiro quanto do poder decisório. Geralmente essas pessoas eram mães ou pais, ou outros parentes.

Na faixa etária correspondente à das idosas, a partir de 60 anos a 84 anos, encontramos 8 mulheres das 32 que totalizavam a seleção. Parte dessas mulheres eram viúvas, ou separadas. Nessa faixa de idade não encontramos nenhuma mulher convivendo com companheiro, situação encontrada apenas entre as mulheres das duas primeiras faixas etárias.

O tamanho da família é um fator importante para termos a dimensão da carga de dependência e, no que diz respeito ao número de filhos, a variação é bastante relevante, encontrando-se quatro das mulheres com até um filho. Entre essas a idade variava de 26 a 56 anos. Na faixa de 2 a 3 filhos, correspondente ao tamanho médio da família brasileira, encontramos 12 mulheres, situadas em diferentes faixas etárias, de 20 a 84 anos de idade, mas com uma concentração maior nas mulheres até 50 anos. Interessante notar que também na faixa de 4 a 6 filhos encontramos o mesmo número de mulheres, cujas idades variavam entre 26 e 62 anos de idade. As maiores famílias, de 7 a 12 filhos correspondem a quatro mulheres, de idade variando entre 43 e 74 anos<sup>12</sup>.

A situação em relação à conjugalidade nos aponta para um dado já evidenciado por outras pesquisas sobre chefia familiar feminina. Embora a maioria de mulheres chefes de família sejam aquelas que não convivem com cônjuge ou companheiro, encontramos um número relevante de situações em que as mulheres se identificam como chefes de família e têm companheiro. Como afirmam algumas autoras, a ideologia de gênero ainda persistente tende a obscurecer estas situações, embora transformações na própria família e no âmbito das representações sociais estejam permitindo que as mulheres se assumam enquanto chefes apesar da convivência conjugal, o que corresponde a sete das entrevistadas dessa pesquisa, sendo que duas destas estavam vivendo uma segunda união.

Mas a maior parte das mulheres, como sinalizam os dados provenientes de pesquisas qualitativas e quantitativas, continua a situar-se entre as que não convivem com companheiro

---

<sup>12</sup> Importante salientar que estes dados são sobre o número de filhos tidos pelas mulheres ao longo de sua trajetória, e fizeram parte do grupo doméstico, não significando, sobretudo no caso das mais velhas, que ainda residam no mesmo domicílio atualmente.



(25 mulheres), sendo que destas apenas três nunca conviveram. As viúvas, duas das quais viviam uma segunda união no momento da pesquisa, totalizavam 6 entrevistadas.

Os níveis de escolaridade das entrevistadas acompanham os dados mais gerais sobre chefia familiar feminina em contexto de pobreza. Das 32 entrevistadas, 20 não completaram o ensino fundamental, e das 12 restantes apenas seis chegaram a concluir o ensino médio, duas das quais possuem formação técnica. Apenas uma das mulheres entrevistadas chegou a cursar e concluir o nível superior, exatamente aquela que em sua entrevista afirma ter colocado como projeto de vida abdicar da maternidade, e dedicar-se à sua carreira apesar de dois casamentos.

A distribuição por renda e ocupação evidencia algumas das dificuldades encontradas pela maioria das entrevistadas, semelhante a muitas mulheres chefes de família pobres que vivem com baixos rendimentos e estão inseridas em ocupações precárias e desvalorizadas socialmente. Destacamos, inicialmente, aquelas que recebem pensão do marido (viúvas legalmente) e as aposentadas que somam oito casos, quatro em cada uma das situações. Entre as que afirmaram possuir um emprego fixo encontramos cinco mulheres, sendo que destas uma era empregada doméstica há mais de 10 anos, na mesma residência. As mulheres inseridas em atividades informais totalizaram 16 casos, sendo que oito destas tiravam seu sustento exclusivamente dessas atividades, enquanto as outras oito contavam com a ajuda de programas do governo (principalmente o Bolsa Família<sup>13</sup>) ou de ONG's para manter o sustento da família. Outras três mulheres afirmaram ter outras fontes de renda, uma vez que sem emprego, nem trabalho remunerado, auferiam seus rendimentos de pensão do pai, de ajuda de parentes, e de renda de aluguel de imóvel respectivamente.

Diante da exposição deste perfil de ocupação em que estavam inseridas as mulheres no momento da pesquisa, aprofundaremos nas próximas seções deste capítulo a discussão com base na sua trajetória em relação ao trabalho.

No critério metodológico, a renda total do domicílio foi calculada a partir da soma dos rendimentos declarados pela entrevistada como sendo oriundos dela, e/ou de algum outro membro quando este contribuía nas despesas. Assim, a renda total do domicílio era inferior a um Salário Mínimo em 14 dos domicílios visitados, variava de 1 a 2 salários em 15 dos domicílios e superava 2 salários mínimos em apenas 3 domicílios.

Como se pode entrever, ainda que mantidas constantes como cor/raça e a região da

---

<sup>13</sup> Programa de transferência de renda direcionado a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Este programa foi implementado em 2003 durante o primeiro mandato do Presidente Lula, centralizando inúmeros programas de distribuição de renda criados principalmente no governo anterior, entre eles: Bolsa Escola, Cartão Alimentação, Auxílio Gás e Bolsa Alimentação.

cidade, há uma pluralidade de realidades que atravessam as trajetórias dessas mulheres e com o decorrer da discussão nos permitirá conhecer um pouco mais da experiência concreta das mulheres negras chefes de família residentes em bairros urbanos e periféricos.

A análise do perfil apresentado, assim como das entrevistas realizadas, nos permite falar na existência de dois principais eixos que estruturam as trajetórias das mulheres que assumem a responsabilidade pela casa e pela família: a dimensão da posse da casa e a relação com o trabalho. A discussão acerca da trajetória de busca e/ou permanência no trabalho que as mulheres entrevistadas partilham conosco nos permitem aprofundar o que já era um tanto esperado acerca da relação com o trabalho, considerando-o como um dos principais eixos que estruturam não só as trajetórias das mulheres chefes, como sua própria identificação como alguém que “precisa levar a casa”, precisa assumir a família, tanto do ponto de vista do cuidado, como substancialmente, do ponto de vista material.

#### 4.2 PRETERIDAS NO TRABALHO? TRAJETÓRIAS DAS MULHERES NEGRAS CHEFES DE FAMÍLIA NA ESCOLA E NO MERCADO DE TRABALHO

Como o próprio título deste item sugere, a escuta e análise das trajetórias das mulheres entrevistadas no que diz respeito à vida escolar, ao acesso e permanência na educação formal, assim como as várias histórias de idas e vindas no mercado de trabalho com raras e esparsas oportunidades de formalização vão nos sugerir quando não uma discriminação explícita - dada a sutileza dos mecanismos de discriminação no Brasil - uma real preterição destas mulheres no mercado de trabalho formal, em que entram em jogo, na singularidade das trajetórias, regularidades que apontam para questões que afetam fortemente o grupo que assim pode ser caracterizado: mulheres negras, chefes de família, moradoras de bairros periféricos.

Como afirma Guimarães (2004), a dinâmica do mercado de trabalho atual tem se tornado cada vez mais complexa, a precisão em distinguir ocupados/as, desempregados/as e inativos/as é algo cada vez mais difícil de alcançar. Como diz a autora,

[...] nossos desempregados/as, agora, trabalham mais que sempre; nossos/as ocupados/as têm biografias temperadas pelo risco permanente do desemprego; e nossos/as inativos, longe de portarem, gloriosos, os seus pijamas, findo um longo ciclo de vida ocupacional, esgrimem formas e relações de trabalho cada vez mais exóticas em face do que pensáramos como típico de uma sociedade capitalista. (GUIMARÃES, 2004, p.145).

Realmente a distinção entre trabalho remunerado e emprego é nítida na realidade de boa parte da população brasileira. Nas entrevistas, por exemplo, em um primeiro momento quem me dizia desempregada, ao relatar sua história e trajetória, mostrava que trabalho era

exatamente o que não faltava em sua rotina: trabalhos eventuais de acompanhante, faxina, manicura particular, vendedora de produtos de revista, e outras. Só o desenrolar dos encontros e conversas permitiram ter uma visão mais ampliada do que realmente estava por trás da frase “estou desempregada faz alguns anos”.

Para tornar mais compreensível as questões que emergem da narrativa das mulheres acerca de suas trajetórias, vamos organizá-las por faixa etária da mulher entrevistada, uma vez que a própria dinâmica de acesso à escolaridade, assim como outros elementos apresentados, vão ter extrema relação com uma determinada geração de mulheres que partilham algumas situações comuns.

#### **4.2.1 Escola e trabalho entre as mulheres maduras**

Escolhemos começar a análise pelo grupo mais representado entre as entrevistadas: aquelas que têm entre 40 e 59 anos de idade. Como ressaltamos antes, neste grupo estão 19 das 32 entrevistadas, talvez por isso seja dos três o grupo mais diversificado, sobretudo no que diz respeito à trajetória escolar e ocupacional das mulheres.

No conjunto das entrevistadas, apenas seis terminaram o Ensino Médio, e estão nesse grupo, assim como a única que cursou e completou o curso superior. Mas neste mesmo grupo encontramos outras doze que não chegaram sequer a concluir o ensino fundamental, de forma que uma gama de fatores estará ampliando ou restringindo o leque de oportunidades dessas mulheres.

Um dos elementos que chamam a atenção neste grupo de mulheres é a questão da migração. Pelo menos seis delas não nasceram em Salvador, mas em cidades do interior da Bahia, ou de outro Estado e acompanhando esta situação vê-se a dificuldade de inserção na escola na idade convencional, ou mesmo a questão de que a carreira escolar nem sequer fazia parte do projeto familiar de origem, tendo-se em vista as más condições de vida que obrigavam crianças a trabalharem muito cedo para completar a renda familiar:

*“Eu não estudei muito não, fui criada no interior de Gandu... falar a verdade, meu pai não botava as filhas mulher dele pra estudar não, só os homens. A gente mulher trabalhava só na roça, na colheita de cacau, café... ir pra roça catar mandioca, fazer farinha, sabe? Então eu não tive tempo de estudar, não vou mentir, vim estudar um pouquinho quando eu vi pra cá pra Salvador, foi que eu entrei que naquele tempo tinha o MOBREAL... aí com 16, 17 [anos] peguei família, aí foi pior ainda.”*

**(D. Iraildes, 49 anos, Ensino fundamental incompleto, desempregada).**

Como a fala de D. Iraildes nos mostra, outras questões além do trabalho precoce dificultavam a inserção de algumas mulheres na vida escolar desde a infância: representações acerca dos papéis de gênero em muitos casos restringiam às mulheres o acesso à escola. Mas essa fala aponta ainda para outra questão presente em muitas outras falas, a saber, a interrupção dos estudos em virtude da gravidez inesperada, ou de uma conseqüente união conjugal:

*“Quando eu vim pra Salvador, eu ainda me matriculei pra estudar, mas foi na época que eu ganhei marido, eu saí de lá casada, veio a gravidez, eu não sabia o que era remédio, evitar, sabia nada... as meninas hoje sabe, né? Nem falava nessas coisas de comprometido, evitar... aí um ano depois de casada ganhei neném, aí pronto... (...) não voltei mais pro estudo, agora, tem dois anos três que eu voltei... já ta todo mundo casado, os meninos... aí eu me matriculei na escola e voltei, fazer uma terapia, né não? Pra a mente voltar.”*

**(D. Maria R. 49 anos, ensino fundamental em curso).**

Entre as mulheres que não deram prosseguimento aos estudos há também, é claro, aquelas que num contexto de não valorização do ensino formal, acabaram abandonando a escola mesmo com algumas oportunidades de estudo. Para essas o arrependimento e a percepção do quanto tem custado este abandono vieram com o tempo, mas o retorno aos estudos, a busca por recuperar o tempo perdido, ainda que as motivações sejam diversas, é um elemento relevante nessa faixa etária. O caso de D. Maria, cuja fala é reproduzida acima, é bem sinalizador do que acontece com várias outras entrevistadas, que já não necessariamente envolvidas na criação dos filhos, já crescidos, encontram o tempo para se dedicar ao estudo que não encontraram quando os filhos eram pequenos já que a estas era imputado o trabalho de criar os filhos, papel deixado às mulheres quase que exclusivamente.

É interessante ressaltar algumas especificidades desse grupo etário que ajudam a compreender a relação com o trabalho e com a própria dimensão do exercício da chefia da casa. Uma delas é que, em geral, essa faixa etária concentra mulheres que já têm filhos crescidos, adultos com ou sem filhos, ou no máximo adolescentes. Cabe apenas duas exceções que são o caso de Tânia, 56 anos e aposentada pela Polícia Civil, que apesar de dois casamentos desfeitos optou por não ter filhos, e hoje mora sozinha, ao lado de sua sobrinha para quem cedeu parte da sua casa, fazendo para esta o chamado “puxadinho”; e Rosa, 43 anos, auxiliar de escritório, que apesar de nenhuma união conjugal, teve seu primeiro filho a apenas quatro anos, sendo assim única mãe com filho pequeno nesta faixa etária.

É assim que vamos encontrar entre estas mulheres também aquelas que ainda anseiam

continuar os estudos e retomar seus projetos de vida, inclusive cursar uma faculdade, já que com os filhos crescidos, como ressaltamos antes, encontram agora o tempo que fora perdido, como é o caso de Eraldir, 45 anos, atendente de nutrição em um hospital:

*“Ah, minha filha, meu sonho era fazer faculdade, como até hoje não desisti do meu sonho não, sabe? Agora minhas filhas tão grandes assim e tudo, eu espero continuar trabalhando e até mesmo fazer uma faculdade ainda. Ainda penso porque meu sonho foi fazer o segundo grau e vim pra aqui pra Salvador pra continuar meus estudos. Trabalhar e continuar meus estudos, mas aí veio família aí parou tudo, né? Aí frustrou meus sonhos, mas eu continuo sonhando.”*

*(Eraldir, 45 anos, ensino médio concluído).*

Na verdade, das dezenove mulheres entre 40 a 59 anos, pelo menos sete fazem parte da situação mencionada acima, já que com os filhos crescidos e estando elas mais maduras decidiram voltar a estudar, seja para dar de novo os primeiros passos, aprender e aperfeiçoar a escrita e a leitura, seja para, no caso daquelas que haviam concluído pelo menos o Ensino Médio, se especializar em alguma formação técnica. D. Nilza, 50 anos, por exemplo, estava na 6ª série quando casou, e então parou de estudar. Voltou a estudar depois que os filhos nasceram e assim conseguiu concluir o magistério. Entretanto, durante o casamento o marido dificultava sua continuidade nos estudos, “implicava” e criava obstáculos a seu retorno aos estudos, segundo ela, o seu desejo de entrar na área de saúde só foi possível depois da separação, quando fez o curso técnico de enfermagem e, posteriormente, começou a trabalhar na área.

Ao relacionarmos a trajetória escolar e a trajetória ocupacional das mulheres podemos perceber que, tal como afirmam outros estudos sobre a dinâmica do trabalho, a pouca escolarização destas mulheres reduz de forma drástica possibilidades que segundo estes mesmos estudos já são restritas, dadas as questões referentes à discriminação racial no mercado de trabalho mesmo entre as mulheres mais escolarizadas.

Dessa forma, para grande parte das mulheres aqui citadas, a trajetória ocupacional é marcada por trabalhos precários e pela informalidade, ou mesmos pela inserção ocupacional em trabalhos de baixo status, no caso daquelas que têm escolaridade de nível médio. Na ocasião das entrevistas, das dezenove mulheres dessa faixa etária, apenas três estavam empregadas com carteira de trabalho assinada: auxiliar de enfermagem da SAMU (Nilza, 50 anos), auxiliar de escritório na Fundação D. Avelar (Rosa, 43 anos), atendente de nutrição no Hospital Espanhol (Eraldir, 45 anos), todas três com escolaridade de nível médio e uma delas também com ensino técnico concluído. Outras três mulheres estavam numa situação

ocupacional que poderíamos considerar menos instável que as demais: uma empregada doméstica com carteira assinada [mas encostada pelo INSS] (Iramildes, 50 anos, ensino fundamental incompleto), uma aposentada pela Polícia Civil (Tânia, 56 anos, nível superior), uma prestadora de serviço para ONG [trabalho com cooperativa de jovens] (Rosângela, 41 anos, Ensino Médio concluído).

Outras três mulheres – duas delas cujo ensino fundamental não fora concluído, e uma delas com o ensino médio finalizado - não possuíam emprego formal e auferiam renda respectivamente de imóvel alugado, ajuda dos filhos já adultos, mas que não moram em sua casa, e a última tinha a renda da casa proveniente do trabalho de sua filha, ou seja, se considerava chefe de família junto com sua filha já que, se por um lado ela era a dona da casa, era a filha que há alguns anos a mantinha.

O que diferencia das demais entrevistadas é a inserção em ocupações informais como, diaristas, acompanhantes de idosos (sem vínculo trabalhista), vendedoras de produtos de revista, lavadora de ganho, sendo que destes trabalhos, aliados a ajudas de programa do governo como o Bolsa Família e apoio de ONG's, sustentavam as suas famílias.

No que se refere à trajetória de trabalho, algumas das questões que emergem de suas falas merecem atenção neste capítulo. A primeira diz respeito ao fato de que boa parte destas já trabalhava desde muito cedo, de forma que mesmo no período em que conviviam com companheiro, muitas delas não deixaram de lado o trabalho, sendo este mais que uma ajuda financeira, mas também símbolo de autonomia ainda dentro de uma união conjugal. Tânia, 56 anos, que cursou o nível superior completo, conta: “Mas eu sempre assumi, mesmo casada, sempre mantive a minha casa, porque sempre eu ganhei melhor que meus ex-maridos, certo? Então eu sempre tive essa independência”. Também Mirian, 45 anos, conta que foi o fato de já ser acostumada a trabalhar, e inclusive ter comprado a briga de não deixar de “correr atrás mesmo tendo um marido trabalhador” que lhe permitiu conduzir bem a sua vida com o recente adoecimento e falecimento do marido. Relembrando o conselho que deu à filha (prestes a casar) ela conta:

*“Aí eu disse a ela, já pensou o que seria de mim, se não fosse acostumada a trabalhar? Que eu brigava com ele quando eu ia trabalhar! “Você não vai, você não vai...” “Mas eu gosto...” Não me vejo lavando prato, limpando casa, lavando roupa, fazendo comida e pronto, ficar o resto do dia na frente da televisão, sem nada pra fazer, não me vejo assim. Não sou acostumada a isso. Então o que facilitou mais um pouquinho esse pesadelo e eu poder tirar de letra, por que se não eu estava frita, ferrada, estava mesmo... Se dependesse, pelo gosto dele de não deixar eu trabalhar eu tava ferrada.”*

*(Mirian, 45 anos, Fundamental incompleto. Acompanhante de idosos.)*

Neste grupo existem também aquelas que se sentiram impelidas a trabalhar fora quando a separação conjugal se concretizava ou estava em vias de acontecer. É o caso de Maria R., que quando o marido começou a dar sinais de traição, e de que tinha outra família, não voltando pra casa por vários dias, começou então a vender pastéis, pães, sonho e salgados para suprir a necessidade financeira que começava a se estabelecer. Segundo ela, seu marido sumia por vários dias e quando voltava já não trazia dinheiro pra casa. A renda oriunda da venda de doces e outros quitutes na praia de Itacaranha (praia muito freqüentada pelos moradores e localizada no Subúrbio Ferroviário de Salvador) possibilitava a Maria dar conta das despesas da casa:

*“Eu fazia tão bem, coisa que o pessoal depois deu pra encomendar. Pra eu colocar no bar, acredita? Aí tinha um rapaz que eu entregava ali, tinha outro... e pagavam no fim de semana... eu sei que foi com isso que eu consegui manter a casa e não precisava mais dele mesmo ele ainda (dentro de casa). Quando chegava o dia de receber dinheiro ele não tinha mais nada, já devia agiota, já tava todo enrolado.”*

**(Maria, 59 anos, Fundamental incompleto).**

E arremata pouco depois:

*“Ser mãe e pai ao mesmo tempo é difícil, né não? Pra quem tem um trabalho é difícil, imagine pra quem não tem? Vivendo de aventura?”*

**(Idem)**

“Vivendo de aventura” é de fato a situação que experimentam muitas das mulheres chefes de família não só em Salvador. Como ressalta Mendes (2008, p.15), a informalidade, precariedade de condições de trabalho e baixos salários são, em geral, a situação de boa parte das chefes de família no Brasil. O trabalho entre as mulheres chefes de família é, assim, uma das dimensões de sua ambígua condição: é por um lado símbolo de *empoderamento*, maior independência e autonomia e por outro lado é também espaço privilegiado de desigualdades raciais, sociais e de gênero.

Outro elemento, entretanto, que perpassa *quase* todo este grupo no que se refere às trajetórias individuais em relação à ocupação é a inserção através do emprego doméstico, sendo este a forma de inserção presente na trajetória de mais da metade das 19 mulheres desta seção, de forma que algumas questões devem ser postas sobre esse tipo de trabalho muitas vezes naturalizado no discurso das próprias mulheres e, às vezes, da sociedade em geral como “trabalho de mulher”. É o que diz Sônia, lavadeira de 40 anos: Pra mulher é sempre mais fácil, né? Porque pra mulher se não tiver emprego, tem sempre uma faxina, uma coisa, e homem não vai fazer isso...”.

Como lembra Ávila (2007) a dimensão de classe é imprescindível para dar conta da situação da mulher na relação trabalho doméstico / trabalho assalariado: se por um lado, para todas as classes o trabalho doméstico sempre foi uma responsabilidade das mulheres, há que se levar em conta a desigualdade histórica no modo em que essa relação é enfrentada, de forma que:

As soluções para o enfrentamento dos problemas cotidianos que se colocam para os deslocamentos entre as esferas do trabalho remunerado e produtivo e a do trabalho doméstico e reprodutivo, são “resolvidos” de acordo com a inserção de classe. (ÁVILA, 2007, p. 132).

Como afirma Motta (1992, p.32), a divisão sexual e social do trabalho vai atribuir à mulher os afazeres domésticos, no sentido mais amplo embora seja à mulher de classe trabalhadora que o papel de trabalhadora doméstica assalariada venha se consolidar. Na Região Metropolitana de Salvador, segundo o DIEESE (2006), do total de ocupados e ocupadas no emprego doméstico, 93% eram mulheres, chamando a atenção também para o fato de que em Salvador, a taxa de participação da mulher negra no emprego doméstico supera em três vezes a da mulher branca. Essa realidade, que não se restringe ao mercado de trabalho soteropolitano, vai evidenciar que o trabalho doméstico ainda se configura como um problema para as mulheres, e mais ainda: como uma dimensão fundamental para compreender as desigualdades estruturais de gênero associadas à questão de raça e classe.

Um exemplo é o caso de Sônia, que no primeiro contato comigo trabalhava na limpeza e manutenção de uma casa de Candomblé, mas já estava sem emprego no momento da entrevista. Assim como outras mulheres entrevistadas sua trajetória ocupacional é marcada pela inserção no emprego doméstico:

*“Sempre trabalhei de doméstica, fazia tudo, cozinava, eu sou cozinheira, cozinheiro forno e fogão. Tinha umas que era só pra cozinhar, outras era só pra arrumar a casa. Já trabalhei em salão, fazendo unha, né?”*

*(Sônia, 40 anos, Ensino Fundamental incompleto).*

Outro exemplo semelhante é o de Ana, que mesmo tendo conseguido concluir o Ensino Médio, tem sua trajetória ocupacional iniciada e continuada através da inserção no emprego doméstico:

*“Primeiro, eu comecei a trabalhar como é que foi, em casa de família, com idade de 14 anos, minha mãe queria que eu me vestisse que nem uma velha e eu não queria, não é que eu queria ficar assim meia despida, não. Mas que nem as jovens... aí o que é que acontece eu comecei a trabalhar em casa de família, aí depois, já faz um tempo eu cheguei a trabalhar de carteira assinada, entendeu? E aí... foi bom, não vou dizer que foi uma coisa que eu tive do que reclamar, não ... que foi em casa de família foi, mas*



*naquela época era uma situação seguinte: a pessoa que trabalhava numa casa de família pra dormir recebia mais de que um salário, então era uma coisa que era lucro, entendeu? Mas hoje em dia você não vê mais isso, a pessoa tá dormindo e se puderem pagar menos de que um salário...”*

*(Ana, 40 anos, Ensino Médio Completo).*

Também com sua trajetória ocupacional marcada pelo emprego doméstico, Iramildes transita entre outros serviços que de certa forma guardam a mencionada divisão sexual do trabalho.

*“Como meu primeiro trabalho foi em casa de família era babá, o segundo trabalho que foi na empresa de serviços gerais essa empresa nem existe mais, aí fui trabalhar no pólo petroquímico pela empresa naquele tempo era encostado hoje é terceirizado, numa empresa terceirizada, depois trabalhei na Ebal durante nove anos quando eu saí da Ebal fiquei trabalhando em casa mesmo, como vendedora fazendo uns bicos em casa e pagando o meu INSS depois eu fui trabalhar no abatedouro trabalhei nesse abatedouro oito anos mais ou menos quando saí desse abatedouro trabalhei mais dois anos em casa de família e o último em uma casa de família que estava trabalhando aí me encostei, que é agora. [todos esses em casa de família foram de carteira assinada?] Não, o primeiro foi sem, o segundo foi sem, agora o último foi com carteira assinada que por sinal está lá até hoje que ele não deu baixa, ainda estou encostada, mas qualquer hora que o INSS colocar para fora eu tenho que estar lá.”*

*(Iramildes, 50 anos, Ensino fundamental incompleto).*

Um mercado de trabalho segregado por gênero e raça como é o brasileiro, a baixa escolarização da maior parte das mulheres negras, que em si já é um elemento estruturalmente influenciado pela dimensão racial, vai se juntar ao que podemos chamar, de acordo com Crenshaw (2002, p.179) de discriminação interseccional ou composta: são preteridas dos empregos considerados femininos quando estes se caracterizam pelo atendimento ao público por sua identificação racial, como várias das entrevistadas contam em relação à emprego, sobretudo de vendedoras em loja etc.; ao passo também que são excluídas de empregos socialmente definidos como masculinos, por serem mulheres; assim, para boa parte dessas mulheres que entre outras coisas, precisam sustentar suas famílias, resta a inserção através do trabalho doméstico, registrado ou não.

Respondendo a uma diminuição dos postos de trabalho que em outros momentos apresentavam dinamismo na economia, se assistirá ao crescimento do emprego doméstico (Nobre, 2004), mas, como enfatiza Motta (1992), o peso do trabalho doméstico na população feminina economicamente ativa (PEA) não é nem de longe acompanhado pelo seu reconhecimento social. De forma que é necessário lembrar que se o trabalho doméstico já guarda em si duas dimensões de análise importantes: a da desigualdade de gênero, uma vez

que a divisão sexual e social do trabalho acaba imputando às mulheres o trabalho de reprodução (hierarquizado como secundário) em que os serviços domésticos se inserem; e de classe, já se coloca uma divisão social bem nítida entre aquele que contrata o serviço (o patrão /a patroa) e aquela que oferece a mão de obra (a empregada doméstica), outro eixo de subordinação também vai fazer parte, e influenciar de forma profunda nas relações que se estabelecem no emprego doméstico: o eixo das desigualdades raciais.

Dessa forma, vamos encontrar uma realidade complexa em termos das relações estabelecidas no âmbito do trabalho doméstico, que apontam para ambigüidades profundas. Boa parte das mulheres ocupadas, ou que já estiveram ocupadas como trabalhadoras domésticas ao serem indagadas sobre situações de tensão, ou mesmo discriminatórias dentro do ambiente de trabalho, costumam dizer que as relações eram “normais”, não havia grandes problemas, mas no decorrer da conversa, em geral acabam comentando uma ou várias situações em que se evidenciavam discriminações e tensões explícitas, como é o caso de Sônia: “Inclusive eu trabalhei aqui no mercadinho, essa senhora até ela morreu, ela mandou eu fazer um negócio aí me chamou de negra burra. Saí do trabalho...”, até mesmo casos de suspeita de roubo, violência verbal, são parte da realidade vivida pelas mulheres, que contam, às vezes emocionadas, quantas humilhações tiveram que suportar para ter condições de criar seus filhos.

O emprego doméstico assume, para as mulheres, uma condição dúbia: é por um lado uma forma de se inserir num mercado de trabalho, ainda que precariamente, e garantir o sustento material das famílias, sobretudo diante da crise no emprego que esta geração de mulheres experimenta, ao lado do restante da população. Mas é também, por outro lado, um trabalho que, em geral, não oferece nenhuma perspectiva de crescimento profissional, e financeiro, além de criar relações recheadas de tensões, dado o caráter peculiar do trabalho doméstico – relação trabalhista que entrelaça uma série de aspectos emocionais, afetivos e de poder.

Com um mercado de trabalho que discrimina por tantos fatores, as mulheres dessa faixa etária sentem na pele também as restrições de cor/raça, quando contam as dificuldades de conseguirem trabalho em lojas, ou em cargos que envolvam atendimento ao público mesmo com o Ensino Médio, além de chegar aos 40 anos, como mostram os dados, sem um emprego de carteira assinada, condição cada vez mais difícil de ser alcançada quanto mais a idade aumenta. Como apontam os dados divulgados pelo DIEESE (2005) ainda que a participação das mulheres negras na força de trabalho seja mais intensa que das mulheres não-negras a qualidade de sua inserção no mercado de trabalho é nitidamente desvantajosa.

#### 4.2.2 Histórias que começaram muito antes

Ao analisarmos as trajetórias escolares e de trabalho das mulheres mais velhas (oito das trinta e duas entrevistadas) destaca-se as experiências escolares desse grupo que apontam em geral para uma grande dificuldade no acesso à escola, principalmente porque boa parte delas, oriundas do interior do estado, encontraram as dificuldades no acesso à escola já conhecidas para as cidades pequenas, sobretudo até a década de 1940. A dificuldade no acesso à escola no início da trajetória individual - comum na época para as mulheres em geral, não apenas às negras - as pressões por inserção no mercado de trabalho ainda que informal, vão criando uma série de obstáculos às melhores condições de trabalho.

Como conta D. Albertina, de 84 anos, a dificuldade para estudar era uma realidade recorrente para as pessoas de sua idade. Em seu caso, morando no interior e com mais oito irmãos, os pais faziam rodízio para os filhos estudarem sem que deixassem de ajudar no trabalho. Assim ela aprendeu a ler, estudou apenas até a quarta série e, como conta ainda, só dois de seus irmãos puderam avançar um pouco mais nos estudos. Além disso, cada um era encaminhado pelos pais a aprender uma profissão: aos homens, profissões como marceneiro e às mulheres, como foi seu caso, a profissão de costureira, com a qual se valeu apesar da baixa escolaridade.

Outras, mesmo oriundas do interior do estado, até começaram a estudar cedo, ainda na infância, mas por trabalharem como empregadas domésticas desde quase a adolescência, não conseguiram concluir os estudos. Essa não é uma situação experimentada exclusivamente pelas mulheres dessa faixa etária, mas é bastante emblemático, por exemplo, o caso de D. Marilene, empregada doméstica de 62 anos. Ela conta que depois de aprender as “primeiras letras” foi pra Itabuna interrompendo os estudos e, depois de trabalhar lá algum tempo, voltou a estudar, mas nunca conseguia prosseguir. A interrupção nos estudos no tempo que estava em Itabuna se deu pelas constantes viagens que os patrões faziam e como ela cuidava das crianças (e assim acumulava atividades de babá e outros serviços domésticos) abandonava sempre as aulas antes de o ano letivo terminar. Só recentemente voltou a estudar, já separada do marido e com os filhos crescidos.

Entre as oito mulheres dessa faixa etária, apenas uma não só conseguiu completar o ensino fundamental, como quase terminou o ensino médio. A História de D. Crispina, 61 anos, e também oriunda do interior, é bastante interessante: ela conta que começou a freqüentar a escola cedo, aos sete anos, mas no interior a rotatividade de professoras impediu

que ela passasse da terceira série porque a última professora que saiu não foi substituída. Quando surgiu outra escola era muito longe, então a mãe colocou os filhos mais novos e como D. Crispina já sabia ler, a mãe deu preferência aos outros, e nessa época ela já trabalhava na roça e a professora dos irmãos vendo os esforços dela a incentivou que terminasse o primeiro grau pelo rádio. O curioso é que, mesmo antes de concluir o primeiro grau, ela já ensinava as crianças menores a ler e por intermédio da prefeitura local, uma vez que não havia professora na localidade, se tornou “regente leiga”, fazendo inclusive um curso para poder ensinar crianças menores na escola que foi então reaberta. Assumiu a função de “regente leiga” por 8 anos, mas como recebia apenas 60% do salário, decidiu que podia sonhar um pouco mais alto, saiu do interior e decidiu mudar-se pra Salvador para concluir ao menos o Ensino Médio. Quase o fez. No caso dela, as dificuldades de se manter sozinha, trabalhar e estudar é que foram a razão da interrupção dos estudos. O seu relato demonstra essa situação:

*“Eu cheguei aqui era casa trabalho, trabalho casa. Retomei os estudos, queria terminar o segundo grau. Como eu era comerciária, então eu trabalhava pelo dia e me matriculei pra estudar à noite só que eu morava em Paripe, trabalhava no Comércio (...) Eu saía do trabalho ia pra Paripe e morava em Periperi, era uma contramão danada, saía do colégio tarde da noite (...) ficou aquela ida e volta, aí eu tranquei. Nem terminei o ano, parei pra ver se melhorava... tinha que trabalhar, chegar em casa do trabalho, preparar almoço, naquela época não tinha água encanada nas casas, ainda tinha que carregar água, tinha que comprar água, uma lata de água era cinco centavos, tinha que sair pra comprar água e carregar água na cabeça pra tomar banho, fazer as coisas, fazer comida, preparar a marmitta pra o dia seguinte, sair cedo pra ir trabalhar... mas Deus me ajudou que eu consegui ficar nesse trabalho até me aposentar.”*

**(D. Crispina, 61 anos, aposentada).**

As trajetórias escolares, assim, influenciaram sobremaneira no leque de possibilidades aberto (ou não aberto) para as mulheres no que diz respeito à trajetória de inserção no mercado de trabalho. Como constatam pesquisas sobre a situação do trabalho no Brasil, os mecanismos discriminatórios operam muitas vezes de modo sutil ocultado por fatores aparentemente objetivos, em que questões já antigas continuam a fazer parte da realidade da população negra: maior taxa de desemprego, trabalhos de menor status e remuneração, tornando evidente como o acúmulo de dificuldades e desigualdades culmina em inserções ocupacionais cada vez mais precárias para a maioria da população negra (DIEESE, 2001). O caso de D. Crispina, mencionada acima, é singular, já que do grupo das mulheres chefes mais velhas é praticamente a única que teve uma trajetória estável no que diz respeito ao trabalho. As demais entrevistadas demonstraram que a busca por trabalho, e a luta pela manutenção

deste assemelhava-se mais a uma visão de um equilibrista na corda bamba que um lago calmo e sereno. Algumas questões acerca das trajetórias ocupacionais das mulheres mais velhas devem ser ressaltadas. Talvez a primeira dessas questões, que salta aos olhos ao ouvirmos seus relatos, diz respeito ao fato de que apesar do trabalho remunerado fazer parte da experiência das mulheres desde muito cedo – em muitos casos, desde a infância – para boa parte delas a união conjugal significou um parêntese no trabalho remunerado que, em geral, só volta a fazer parte da sua trajetória com a ruptura desta união.

*“Quando eu saí da roça eu fui pra Itabuna e fiquei morando com o pessoal da fazenda que a gente fomos criados aí fiquei trabalhando pra essa família. Dessa família as filhas casaram a gente veio pra Salvador, aí fiquei muito tempo morando com essas meninas aí me casei (...) sempre trabalhando com eles aí formei minha família. (...) Aí não trabalhei mais. Meus filhos cresceram e eu só voltei a trabalhar depois dessa separação.”*

*(Marilene, 62 anos. Empregada doméstica - 12 anos neste emprego).*

Mendes (2008), ainda que considere a inserção no trabalho entre as mulheres chefes de família elemento de autonomia e *empoderamento*, acredita na possibilidade de que o ingresso no trabalho esteja relacionado às condições de pobreza e sobrevivência familiar. (Mendes, 2008, p.42). Assim vamos encontrar em nossa pesquisa situações desse tipo, sobretudo entre as mais idosas e as mais jovens, que em geral ingressam (ou reingressam) no mercado de trabalho, motivadas principalmente pelo imperativo de sustentar materialmente suas famílias diante de uma ruptura conjugal ou de uma gravidez sem que o companheiro assumisse a paternidade. Entre as mulheres mais maduras (de 40 a 59 anos), como ressaltamos antes, o trabalho além de fazer parte da trajetória mesmo antes do exercício efetivo da chefia familiar, foi em geral, símbolo da possibilidade de que (ao lado da posse de uma casa) pudessem dar conta de uma ruptura conjugal, muitas vezes decidida por elas.

Além disso, outra questão desponta: das mulheres mais velhas que pararam de trabalhar diante da união, esta interrupção se deu em geral por que seus maridos/companheiros as impediam de trabalhar. Este elemento é interessante porque, mais recorrente nas mulheres dessa faixa etária que nas demais, nos remete à questão de que para as mais velhas a ideologia familiar que conferia ao homem o papel de único provedor era ainda mais arraigada, dificultando para muitas dessas mulheres a independência que percebemos um pouco mais acessível ao grupo anterior e veremos no seguinte. Algumas delas falam explicitamente que não trabalhavam durante o casamento, pois não era do agrado do marido, como conta D. Bernadete, viúva de 73 anos, dizendo que “ele sempre dizia que ia resolver tudo”. Há os casos

ainda, em que a criação de obstáculos emergia até nos casos em que as mulheres pretendiam trabalhar em casa. Com 76 anos, também viúva, D. Iraildes conta que interrompeu seu trabalho de reforço escolar para crianças para evitar maiores confusões com seu marido, agora falecido:

*“Aqui eu dei banca seis anos... de manhã e de tarde, de 76 a 82... depois ele disse que não que a casa tava pequena... uma confusão aí eu disse que não, não quero confusão comigo não.”*

**(D. Iraildes, 76 anos, viúva.)**

Embora não acontecesse em todos os casos, vamos encontrar também a situação de que mesmo trabalhando, em geral, esse trabalho feminino era visto pelos companheiros/maridos, e até mesmo pelas próprias mulheres, apenas como um complemento de renda, já que com uma renda fixa maior, ao marido era conferido o papel de mantedor, enquanto a renda feminina era vista apenas a partir de um papel secundário.

*“Sempre ajudei o marido quando ele estava vivo, eu costurava. Tinha armazém eu ajudava ele. Mesmo depois que ele faleceu eu lutava vendendo guaraná, vendendo cerveja, vendendo queimado na feira... eu vendo ainda, vendo guaraná só não para tomar aqui, meus temperinhos porque senão não dava... Tem os remédios para pressão, uso remédio para osteoporose e uso também é... Para problema na vista (...) tudo isso com ajuda do pouco que o ganho porque senão não dava.”*

**(D. Albertina, 84 anos, viúva.)**

Apesar do que foi dito, vamos encontrar nas mulheres mais velhas uma trajetória marcada por lutas difíceis para manter a família, seja com a viuvez, seja com a ruptura da união conjugal. Maria Celeste, 60 anos, viúva, vive da ajuda de organizações sócio-religiosas e renda proveniente do programa Bolsa Família. Ela conta que para alimentar os filhos quando pequenos já vendeu geladinho, e até saiu para coletar alimentos rejeitados em supermercados. Quando não estava empregada trabalhava como ambulante nos carnavais. Comenta que não recebe pensão do marido, pois quando ele morreu estava desempregado, e então ela precisou segurar as pontas e só não se desesperou porque já estava acostumada a trabalhar. Conta que desde jovem sempre correu atrás de trabalho, já trabalhou numa fábrica de azulejos, em Pirajá, em farmácia, supermercado, em casa de família, tomou conta de idosos, mas desabafa:

*“[...]para mulher as coisas eram difíceis naquele tempo, pensavam que mulher tinha que ficar dentro de casa, cuidando dos filhos, o marido não queria que eu trabalhasse,*

*mas quando vi a dificuldade, fui assim mesmo”.*

*(Maria Celeste, 60 anos)*

Deve-se notar que, também neste grupo de mulheres o trabalho doméstico e a informalidade acabam por ser os grandes captadores de mão de obra: metade dos casos é também de mulheres que se inseriram por um tempo, ou sempre, no trabalho doméstico para sustentar a família. Assim, temos configurado o ponto de chegada das trajetórias das mulheres mais velhas: parte delas vive de pensão, oriunda da viuvez (4), uma é aposentada, uma delas é ainda empregada doméstica (12 anos) e as outras duas não tendo trabalho fixo, acabam sobrevivendo na instabilidade - uma sobrevive da ajuda de filhos adultos que já não moram com elas, e outra de trabalhos esporádicos como venda de artesanatos e ajuda de projetos sócio-religiosos (uma comunidade espírita que doa ocasionalmente cesta básica e o Quilombo Kioiô, que realiza cursos e também oferece cestas básicas ocasionalmente).

#### **4.2.3 Escolas e trabalho entre os mais jovens**

As mulheres chefes de família mais jovens se encontram entre 20 a 39 anos de idade e constituem o menor grupo, com apenas cinco mulheres, cuja representatividade é em parte explicável, já que, em geral as mulheres chefes de família jovens, não são necessariamente chefes da casa, uma vez que moram, comumente, com pais ou parentes, sendo a estes referida a responsabilidade da casa tanto pelos membros quanto pelos próprios pais, sendo mais difícil encontrar mulheres jovens chefes de família assumindo também a chefia da casa, como é o caso das cinco citadas. Ainda assim, encontramos neste grupo um caso de chefia partilhada entre duas irmãs (embora eu tenha conseguido entrevistar apenas uma delas), que moram numa casa cedida pela mãe, acompanhadas de suas respectivas famílias - filhos e, em determinado momento, os dois companheiros.

A trajetória escolar dessas cinco mulheres, ao contrário do que poderia se supor se tratando de mulheres mais jovens, não foi até aqui marcada pelo acesso a um patamar mais alto de escolaridade. Nenhuma das cinco, até o momento da entrevista, tinha chegado a concluir o ensino fundamental, embora duas delas estivessem estudando e duas outras nutrindo a possibilidade de voltar à escola.

Para algumas, a interrupção dos estudos se deu muito cedo, ainda na infância, quando diante da necessidade posta pela família de enfrentar o trabalho, as condições necessárias para o desenvolvimento na escola foram gradativamente suprimidas. É o caso de Altamira, 37 anos

que não fora criada pelos seus pais biológicos, e atribui a isso parte das dificuldades que encontrou. Altamira, que no período da entrevista estava estudando, conta que só conseguiu estudar até a quinta série, e apesar de gostar muito de estudar, a dificuldade de conciliar trabalho e estudo e as consecutivas mudanças de local de trabalho, acabaram afastando-a das salas de aula.

*“Sempre fui muito inteligente (...) eu nem estudava pra passar. Meu estudo era assim: eu tava lavando os pratos na casa dos brancos, botava o papel ali, dava uma olhada nele todo, aí eu pegava um pedaço de papel cobria a resposta e fazia a pergunta e respondia pela cabeça, que eu já tinha lido (...) às vezes até fazia teste relâmpago lá, e eu só tirava dez, as meninas diziam Mira bagunça, brinca, num estuda e só tira dez.”*

**(Altamira, 37 anos, catadora de material reciclável).**

Assim como ela, também Márcia, de 33 anos teve a parca oportunidade de estudo interrompida pelo imperativo do trabalho precoce:

*“Eu vim estudar tarde, porque eu tive uma infância terrível. Eu culpo minha mãe e no mesmo tempo não culpo. Por que não culpo? Porque ela não tinha condições de criar a gente. Eu vivia na casa de meu tio, mas meu tio não tinha aquela função, porque hoje... oi, vou contar uma história assim: meu menino veio ter registro com sete anos, então não ia deixar meu filho até sete anos sem estudar; com quatro anos de idade botei meu filho na escola, sem documento nenhum, fui lá conversei com a diretora, ela disse que não podia, chorei, ali sabe? Deus abençoou e ela abriu a porta, ela disse: olhe Márcia, ele vai ficar estudando, pra não ficar analfabeto e nem na rua subindo e descendo. Meu filho estudou até seis anos sem documento, quando ele fez sete anos aí o pai falou pra mim: ói, vou dar um presente a Mateus. Quer dizer, já era obrigação dele mesmo, né? Mas ele disse que era um presente, eu calei minha boca e aceitei, né? Ele foi e registrou o menino, aí sim, a partir desse momento que eu botei meu filho na escola como cidadão, eu achava que meu tio deveria fazer o mesmo comigo, e eu tinha registro, tinha tudo, qual é dele? Me levou pra morar com ele: não minha comadre, me dê o registro de Márcia que eu vou matricular ela na escola. Não. Fiquei até doze anos sem estudar. Nunca fui na escola, quando eu fui pra escola já foi nessa idade aí, com doze anos, com quatorze anos eu tive que sair, tive que trabalhar porque eu não tinha quem me desse pra me vestir, nem me calçar, então tive que ir pra a casa dos brancos cedo. Então aprendi bem pouquíssimo, leio bem arrastado, não sou analfabeta de tudo, porque graças a Deus sei assinar meu nome, e assino bonito, viu? Mas esse ano, em nome do Senhor Jesus Cristo, eu vou voltar a estudar.”*

**(Márcia, 33 anos, diarista).**

Além do trabalho precoce, a maternidade, precoce ou não, vai contribuir para a interrupção da vida escolar das outras três jovens chefes de família, marcando, inclusive, no caso delas, a própria entrada no mundo do trabalho. Mirela, hoje com 20 anos e três filhos, engravidou aos 14 anos, quando interrompeu os estudos que já estavam atrasados. Hoje, ao



tentar voltar aos estudos esbarra-se com a dificuldade de não ter quem cuide dos filhos, apesar de morar com um companheiro, pai de seus filhos:

*“Parei porque engravidei da minha filha, eu cochilava muito na sala de aula e parei, até hoje me arrependo né? Poderia ter continuado indo. Por exemplo, esse ano mesmo tava querendo voltar a estudar, mas como eu não vou ter quem fique com eles de noite. Porque ele [o marido] fica em casa durante a noite, mas não olha, não vai querer olhar, então não vou poder porque não tenho quem fique com eles à noite, mas foi muito bom o tempo que eu estudei eu tenho vontade de voltar a estudar novamente.”*

**(Mirela, 20 anos, lava roupa de ganho, produz e vende lanche para encomenda e vende produtos de beleza).**

Assim como havíamos comentado antes, a despeito da baixa escolaridade entre as mulheres maduras, aqui também os efeitos da defasagem na carreira escolar, associado aos outros fatores que dificultam a inserção da mulher negra no mercado de trabalho acabam criando um cenário complicado para as mulheres chefes de família: neste grupo, de maneira mais generalizada, a *informalidade e o trabalho doméstico* serão os únicos campos de atuação referidos pelas mulheres nas entrevistas.

Se por um lado há uma dificuldade de inserção de pessoas com mais de 40 anos no mercado de trabalho, dificuldade mencionada por algumas das mulheres da seção anterior que procuravam emprego, esta dificuldade ainda é ampliada no caso das mulheres dessa seção que, em geral, bastante jovens (três delas não passam de 26 anos), encontram, a priori, duas grandes restrições no mercado de trabalho formal: a dificuldade do primeiro emprego para jovens e a baixa qualificação que ainda agrava a questão, num universo *restritivo e discriminatório* como ainda é o mercado de trabalho brasileiro.

O que percebemos, entretanto, com as falas das mulheres, é que as dificuldades embora existam, e se coloquem a todo tempo diante dos olhos, não as impedem que disponham de todas as armas que possuem para dar conta de “levar a vida”, a vida delas e a vida de seus filhos (às vezes até de um companheiro ou marido). Tanto entre as mais jovens quanto entre as mulheres dos outros grupos etários, vamos encontrar um discurso marcado pelo desejo de contar as dificuldades que já encontraram, em geral, não para parecerem pessoas que carecem, mas para se mostrarem como pessoas que merecem condições dignas diante da maneira pela qual procuram, através do trabalho - precário ou não - dar sentido às suas vidas e às vidas pelas quais em algum momento de sua trajetória, ela se responsabilizou.

#### 4.2.4 Nas avenidas das intersecções

Crenshaw (2002, p.182) alerta-nos para o perigo de tratar certas desigualdades e assimetrias a partir de um único eixo de opressão, sob o risco de uma análise enviesada e que não permite sequer o enfrentamento do problema. Numa realidade como a brasileira, em que as chefes de família em questão estão inseridas numa rede de desigualdades que entrelaçam diversas dimensões de opressão, a análise interseccional é mais que necessária, embora inegavelmente difícil de ser empreendida já que traz consigo a complexidade da articulação de diversas desigualdades.

Não nos esqueçamos que ser considerada, ou considerar-se chefe de família em diferentes momentos do curso de vida, assim como fazendo parte de gerações diferente, assumem significados distintos. O contexto em que se inseriam, por exemplo, as mulheres com mais de 60 anos apresentadas nesse capítulo, oriundas do interior e sem uma rede de apoio consistente na cidade, criaram obstáculos e possibilidades distintas daquelas chefes de família que, estando na cidade há várias gerações, contam com uma rede de apoio familiar para trabalharem (as mães ou alguma mulher da família que cuida dos filhos), e até mesmo para conseguirem trabalho, como conta Rosa, de 43 anos, que conseguiu seu atual emprego, de carteira de trabalho assinada, a partir de uma tia que lhe indicou para a seleção da vaga, diferentemente de Vera, 52 anos, que vindo do interior, sem parentes na capital, conta que ao engravidar de um de seus filhos, foi induzida pelo companheiro a abortar e, não o fazendo, precisou, sozinha buscar meios de sustentar a si e aos filhos.

Como vimos até aqui, as trajetórias das mulheres chefes de família entrevistadas, sobretudo do ponto de vista da inserção na educação formal e no mercado de trabalho nos mostram que apenas a dimensão de classe não explica a situação ocupacional de inserção precária no mercado de trabalho a que estão sujeitas essas mulheres. Da mesma forma, não apenas a dimensão racial explica a defasagem escolar da maior parte das mulheres aqui consideradas, ou mesmo as trajetórias marcadas pelo trabalho doméstico e outros de baixo status. Apenas a articulação destas duas dimensões – classe e raça – à discussão mais ampla em que o gênero (enquanto categoria) e as próprias ideologias de gênero são também criadores de uma série de desvantagens que vão, desde o cuidado e a responsabilidade com os filhos, considerados, no âmbito das representações, como elemento quase exclusivamente feminino vão criando uma gama de situações que dificultam (embora não impeçam) a emergência dessas mulheres - chefes de família, negras, moradoras de bairro urbano e marginalizado – a melhores condições de vida.

## **5 CURSOS DE VIDA DIFERENCIADOS: DILEMAS E ESTRATÉGIAS DAS MULHERES E SUAS FAMÍLIAS**

Não é nenhuma novidade afirmar que o objeto de estudo “chefia familiar feminina” guarda consigo uma diversidade enorme de situações, assim como a própria concretude que habita no termo família, uma vez que a variedade de arranjos e padrões de comportamento no que diz respeito às estruturas familiares é hoje muito grande. (Motta, 2007). Neste trabalho, ainda que tenhamos delimitado uma região sócio-espacial específica e mesmo feito um corte racial também específico, nos deparamos com uma série de facetas dessa heterogeneidade que vão se manifestar a partir de vários eixos, alguns dos quais procuramos ressaltar nessa pesquisa. As diferentes trajetórias ocupacionais e escolares, como apresentamos no capítulo anterior, vão marcar uma gama de desafios e possibilidades às mulheres chefes de família. Neste capítulo, a análise do exercício da chiefa familiar será feita a partir de elementos dos cursos de vida diferenciados, que vão ser outro ponto de diferenciação das possibilidades abertas e dos desafios impostos às mulheres e suas famílias.

Junto com momento do curso de vida em que as mulheres assumiram a responsabilidade pela casa e pela família, diferentes questões emergirão que se entrelaçam significativamente com os já mencionados eixos de subordinação (gênero, raça, geração) não só no âmbito familiar, como também no âmbito externo do mundo do trabalho e das diversas redes de sociabilidade. Além disso, pensar os cursos diferenciados das famílias e das mulheres é lembrar também, que as famílias são um dos espaços mais privilegiados da convivência e realização de relações entre gêneros e gerações o que permite novas dinâmicas e formas de experiências no espaço familiar. (Ibidem, p.115).

### **5.1 DIFERENTES PONTOS DE PARTIDA**

Ao serem convidadas a contar o momento de sua vida em que passaram a assumir a responsabilidade pela casa e pela família, as mulheres vão narrar situações que em si são bem particulares, mas que representam traços socialmente comuns, de modo que podemos de certa forma agrupar em pelo menos dois diferentes “pontos de partida”: a situação em que elas revelam que só passaram, de fato a assumir a responsabilidade sobre a casa e família com a ausência do marido (por morte ou separação) e aquelas que, de alguma forma, sempre assumiram a maior parte da responsabilidade sobre a casa e família estando com

companheiro/cônjuge ou não.

As razões pelas quais as mulheres passaram a exercer o que estamos chamando de chefia da família são bastante sugestivas para compreendermos esse objeto de estudo tão multifacetado. Como vamos detalhar e discutir neste capítulo, a separação ou viuvez não é a única via para a assunção da chefia familiar por uma mulher. Entre as mulheres que participaram da pesquisa vamos encontrar, de forma bastante relevante, casos em que com ou sem companheiro as responsabilidades da família e da casa (declaradamente e de fato) eram já exercidas pela mulher.

Assim, qual a intenção de discutirmos os diferentes pontos de partida no exercício da chefia familiar pelas mulheres entrevistadas? Primeiramente, pontuar que os diferentes motivos e razões que levam a mulher a ser chefe de família vão criar, juntamente com todos os outros elementos que já temos discutido aqui, dinâmicas diferenciadas no exercício desta chefia. Além disso, discutir os diferentes pontos de partida, cruzados com elementos geracionais vão nos mostrar também mudanças e permanências na dinâmica do exercício da chefia feminina entre as mulheres negras e trabalhadoras que estamos estudando.

Para iniciar essa discussão, vamos tentar caracterizar e trazer as principais questões que emergem da primeira situação: daquelas mulheres que passaram a assumir a chefia da casa e da família diante da ausência parcial ou definitiva do companheiro/cônjuge. Do total de mulheres entrevistadas esta situação foi compartilhada por um pouco mais da metade delas. Esse tipo de chefia, que é geralmente assinalada como a mais comum, vai englobar uma série de significados diferentes de ser chefe de família que vão se relacionar intimamente com a idade dos filhos no momento da separação ou viuvez, a idade das mulheres, a trajetória destas em relação ao mercado de trabalho, com a possibilidade de acionamento de uma rede de suporte que engloba desde a ajuda de parentes, a ONG's, até o próprio Estado, e mesmo a questão de se a ausência do companheiro/cônjuge, neste caso motivadora da assunção da mulher a posição de chefe de família, se deu de forma súbita ou gradativa.

É dessa forma que ao analisarmos os casos das mulheres que se separaram ou ficaram viúvas com filhos pequenos (e assim assumiram a chefia familiar), vamos nos deparar com uma série de questões que começam, sobretudo pela dimensão do trabalho. Como dissemos antes, a trajetória de inserção no mercado de trabalho (formalizado ou não) vai ser um fator imprescindível para pensar tanto a questão da autonomia da mulher na família (independente da posição que ocupa dentro desta), quanto para pensar as próprias condições de vida enfrentadas pelas famílias a partir do momento em que esta mulher assume a responsabilidade pela casa e família inteiramente.

*[Sobre o momento que passou a assumir a responsabilidade sozinha] “Foi muito ruim. Sem trabalhar. Criar quatro menino sem trabalhar é difícil, aí fui dando graças Deus que eu fui correndo atrás de aprender a colocar uns cabelos ali, fazer umas tranças aqui, enrolado de dois, fazer penteado normal, com fibra, com mega hair, hoje em dia dá pra manter meus filhos tudo tranqüilo, graças a Deus. Mas mesmo assim eu vou ver se boto ele na justiça.”*

**(Joseli, 26 anos)**

*“Ele me deixou eu não tinha trabalho, achei um rapaz na Fazenda Grande que me deu um quartinho e sala pra eu morar até eu resolver um trabalho, a vida... eu comecei a trabalhar aí vim pra aqui botei quatro pau, fui em Periperi fiz uma cabana com aquele plástico preto, botei os menino dentro, pequenos. Trabalhando... aqui tudo era mato... só tinha os vizinhos na frente... aí eu disse: Meu Deus! Eu vou trabalhar, (...) Já fui pra a feira, vendi, fui pra a Praça da Sé, vendi picolé, era na casa das brancas... o que aparecesse... fui pro bar de uma comadre minha... e os meninos crescendo. Iam pro colégio, vendia picolé, era na Barroquinha, era miudeza, e lá vai, lá vai, hoje tão casados, tão na casa deles.”*

**(Ana, 74 anos)**

D. Ana, cujo trecho de entrevista é reproduzido acima, já tinha uma trajetória de trabalho que, durante o casamento, se interrompera temporariamente. Seu caso exemplifica a situação de outras mulheres que não tendo condições de inserção no trabalho qualificado (a baixa escolaridade, aliada aos obstáculos impostos às mulheres negras no que diz respeito à inserção no mercado trabalho formal) encontram no trabalho informal e precário o meio de subsistência para si e suas famílias.

Outra questão emergirá nos casos de mulheres chefes de família com filhos ainda crianças é a preocupação com a educação formal dos filhos. Obviamente não é que esta preocupação não faça parte das famílias de chefia masculina, ou mesmo que as mulheres, mães, independente de serem chefes ou não, não se preocupem com essa questão, mas neste caso acentua-se o discurso da responsabilidade feminina sobre a família, como se o sucesso ou fracasso futuro das crianças dependesse única e exclusivamente delas. Ademais a chefia feminina em famílias com crianças em idade escolar traz a tona, em geral, pelo menos duas questões: a conciliação entre trabalho e cuidado com as crianças e com a casa, sendo a mulher neste primeiro caso, a única adulta da casa; e a questão da ajuda de parentes (quando há), e mesmo da necessidade de creches – fator que se já é escasso hoje, ainda mais o era para as mulheres que necessitaram deste recurso em décadas pretéritas:

*“Porque minha filha se você souber o que é no mundo criar filho sem pai, fiquei viúva nova, fiquei com seis filhos, quatro de menor, só dois de maior, passei por isso tudo, como tô dizendo a você, essa privação toda eu passei, mas lutei e conseguia criar, né? Foi duro, mas consegui, aos troncos e barrancos, sofrendo, eles ajudando também de alguma maneira, colocando todos no colégio pra estudar... não se formaram, não tiveram tempo de se formar, porque a dificuldade era muita, se eu saía pra trabalhar, tinha que levar.”*

*(Maria Celeste, 60)*

No caso seguinte, a entrevistada Maria de Lurdes também destaca as dificuldades com o cuidado com os filhos ressaltando o fato de serem quase todos do sexo masculino:

*“É muito sofrimento e muita responsabilidade, porque os filhos é mais homem. Só uma mulher [uma filha apenas], mais homem, então pra mim era muita responsabilidade que o pai não assumia nada, não dava nada. Um caderno que o filho precisasse ele não dava, então dali pra cá, eu só era e sou feliz porque meus filhos, graças a Deus, nunca deram pra nada errado. Nunca me levou ao desespero, mas eu vim sofrendo esses tempo todo, vivendo, e trabalhando. Era... até carvão eu sei fazer, aprendi fazer carvão, aprendi... ia pro mato catar lenha pra vender pros outros, até pra cozinhar, que não tinha dinheiro pra comprar um boião de gás, então era uma vida que só mesmo Deus que me deu força até hoje pra segurar, porque a pior coisa que tem é uma mãe sustentar uma casa sem um pai pra assumir e sem falar que as crianças vão crescendo e num vê uma voz de homem dentro de casa pra eles respeitar mais...”*

*(Maria de Lurdes, 61 anos).*

Já no caso das famílias em que as mulheres passam a assumir a responsabilidade sozinha quando os filhos já estão adolescentes, a preocupação com a educação é também acrescida da preocupação com a sexualidade (no caso das meninas) e da violência e drogas (no caso dos meninos). No discurso das mulheres que passaram a ocupar a posição de única responsável pela família com filhos do sexo masculino nessa fase era nítida a preocupação com as companhias dos filhos, os riscos a que estavam submetidos em relação ao uso de drogas, a entrada no mundo do crime e a própria violência a que estariam sujeitos. No caso de adolescentes do sexo masculino as mães em geral ressaltavam o quanto temiam - e as que vivem este momento temem - principalmente por causa do histórico dos bairros e o estigma de “lugar marginal” que os envolve.

As filhas adolescentes, entretanto, eram alvo de outras preocupações por parte das mães: a iniciação sexual e a gravidez não planejada seriam as principais fontes de cuidado. O que ficava bastante claro no discurso da maior parte das mulheres era a identificação de gênero e o temor de que as filhas chegassem a passar pela mesma ordem de problemas pelos quais passaram. Essa preocupação é associada ao fato de que o “fracasso na condução dos filhos”

fosse lida como causada pela ausência de um homem na casa. Como fala D. Ana, ao se referir ao lado bom de ter a responsabilidade que tem sobre a família e a casa:

*“O lado bom é que no final tem aquela pontinha assim de dever cumprido. É como eu digo e repito, as meninas graças a Deus são criadas sem o pai o único homem que tem aqui dentro de casa é Deus, mas graças a Deus eu não sou avó, entendeu?”.*

**(D. Ana, 40 anos)**

A ajuda dos filhos na manutenção da casa é um outro elemento presente, sobretudo na narrativa das mulheres que hoje já têm filhos adultos mas começaram a exercer o papel de chefe de família quando seus filhos eram adolescentes. A ajuda financeira nesses casos começou desde cedo, o que inclusive é apontado por elas como causa da interrupção nos estudos de alguns destes. Apesar disso, muitas dessas mulheres que hoje têm seus filhos jovens ainda projetam a expectativa de continuidade dos seus estudos procurando evitar que neles se repita a realidade de uma baixa escolaridade e dificuldades no mercado de trabalho. D. Dejanira, 55 anos, ao falar de suas expectativas, traz à tona seus desejos acerca do futuro de seus filhos já adultos:

*“Espero ver meus filhos formados, que eu tenho que ver meus filhos formados, pra poder eu viver mais feliz, com um salário digno, com uma condição de vida melhor, podendo dar pra meus netos bons estudos...”.*

**(D. Dejanira, 55 anos)**

Ela conta ainda que está se organizando para terminar uma outra casa para alugar e pagar parte da faculdade para a filha, que mora já numa casa separada, logo abaixo da casa da mãe, separou-se do esposo há alguns anos e tem um filho de nove anos de idade.

Entre as mulheres que passaram a ser chefes de família com filhos adultos, em certo aspecto, os casos parecem menos turbulentos, uma vez que, com os filhos adultos, as preocupações que detalhamos acima já não estavam mais presentes, já não havia necessidade de conciliação entre trabalho remunerado e cuidado com crianças, pelo menos não por parte das mulheres que entrevistamos: era, em geral, o caso das viúvas mais idosas. Nesses casos a chefia feminina é apoiada até certo ponto pelos filhos, ainda que já não morem na casa, configurando uma situação de ajuda mútua bastante intensa, já que algumas dessas mulheres idosas cuidavam dos seus netos durante o dia, principalmente os filhos de suas filhas, havendo uma constante preocupação e cuidado da parte dos filhos adultos com as idosas, ainda que respeitando sua autonomia no ambiente doméstico e na rede familiar.

O caso de D. Iraildes, de 76 anos é um exemplo disso: em sua casa moram ela e sua filha recém separada, juntamente com um filho de quatro anos. Estando desempregada atualmente, esta filha ajuda nos cuidados com a mãe, enquanto esta cuida de seu filho nos momentos de busca por emprego, ou mesmo nos trabalhos temporários. Mas a rede desta família não termina por aí. Como muitas das outras famílias que entrevistamos, apesar da mulher chefe de família idosa morar sozinha, ou com algum/a filho/a, os outros, em geral, moram por perto. No caso de D. Iraildes, um filho mora na casa de cima com sua esposa e filhos e outra, que inclusive foi entrevistada neste trabalho, mora ao lado com seu filho pequeno. Assim, durante o dia, D. Iraildes cuida dos netos enquanto as filhas trabalham e estas estão sempre por perto ajudando e colaborando na gerência dos assuntos da casa e extradomésticos.

*“Assumir foi difícil porque eu não tinha o costume, de dizer: vou fazer, e tudo, mas eu já tô me acostumando, já tô mais ou menos tomando a base das coisas... e minha filha segue todo ritmo que eu digo, ainda mais agora sozinha... eu falo mais alto, mas combinando a opinião dela e da filha que mora ao lado... unido é melhor, né?”*

***(Iraildes, 76 anos, viúva há pouco mais de um ano).***

Entretanto, como dissemos no início deste capítulo, os casos em que as mulheres se tornaram chefes de família por separação ou viuvez, embora sejam a maioria dos casos, não o são com tanta diferença numérica: se dezoito das trinta e duas entrevistadas contam que se tornaram chefes de família por esta razão, as quatorze restantes afirmam que independente de companheiro ou cônjuge, sempre assumiram suas famílias tanto do ponto de vista material, quanto do cuidado com os filhos e casa. Entre essas mulheres estarão aquelas que já conviveram ou convivem com companheiro ou cônjuge e aquelas que nunca tiveram experiência de convivência.

Se em outras circunstâncias o trabalho já era um eixo fundamental em torno do qual se encontrava a possibilidade de autonomia da mulher na família, neste grupo o trabalho é mais que um símbolo de autonomia, é uma possibilidade concreta de exercício desta. Nestas situações onde a mulher se considera e é considerada pelos demais membros como chefe da casa, tendo ou não um companheiro, a questão do trabalho e da manutenção financeira da casa será de fundamental importância na sua própria identidade de chefe de família.

A essa altura é importante que coloquemos em evidência quais as características gerais desse grupo de mulheres que ao longo de sua trajetória familiar sempre se consideraram chefe da casa: uma parte delas, como dissemos, mora com seu(s) filhos(s) crianças ou adolescentes,



ou mesmo outros membros da família e nunca tiveram companheiro. Outra parte hoje mora com companheiro e filhos embora tenha assumido a chefia da casa e da família mesmo antes de ter um companheiro. Como lembra Motta (2007), as famílias tem exibido cada vez mais intensamente novas configurações onde entram em jogo tanto as mudanças sociais quanto as próprias dinâmicas e vivências internas e é no bojo dessas novas configurações e mudanças que arranjos domésticos unipessoais, por exemplo, vão se tornar, junto com outra série de arranjos, cada vez mais numerosos. É o caso, por exemplo, de uma mulher que hoje mora sozinha, mesmo tendo sido casada legalmente duas vezes. Tânia, 56 anos, conta que em ambos os relacionamentos se considerava a chefe da casa já que era responsável por quase todas as despesas da casa.

O caso aparentemente singular de Tânia merece algum momento de nossa atenção. Hoje aposentada, ela é o contraponto das outras mulheres entrevistadas, sob diversos aspectos, embora não sob todos. Enquanto no caso da maior parte das entrevistadas a maternidade vai ser um dos grandes marcos de formação da família, no caso dela este elemento não chegou a fazer parte de seu horizonte de expectativas, tendo em vista o que priorizava:

*“Aos vinte seis anos de idade eu me casei. Mas eu nunca tive pretensões de ter filho, não era o sonho da minha vida, ter filho, porque sempre fui determinada no sentido de trabalhar, ser muito independente. A minha preocupação era não ter quem criasse os meus filhos. E a minha preocupação também, muito, era eu não ter recursos pra criar um filho da maneira que eu fui criada, certo? Tive preocupação com questão financeira, educação. Então, não tive como opção, nem como sonho ter filho. Fiz meu controle da natalidade, antes de me casar um mês. E quando me casei já estava usando anticoncepcional, continuei trabalhando.”*

**(Tânia, 56 anos)**

A sua trajetória será assim, marcada por grande autonomia que inclusive transparece na própria escolha da profissão: policial. Como narra, a sua independência aliada ao seu desejo de crescimento profissional trouxe uma série de conflitos em seu primeiro casamento, as incompatibilidades de expectativas ficaram evidentes e as tensões começaram a emergir:

*“[...]dois anos depois eu já estava na polícia. Trabalhei cinco anos, foi quando a polícia feminina foi extinta (...) as pessoas foram incorporadas na polícia civil, outras pra PM, mas eu fui pra civil, continuei meu trabalho... tive uma certa dificuldade com meu casamento, porque meu marido era do interior, não era da capital como eu sou, não acompanhou o meu crescimento, não acompanhou o meu desenvolvimento. Eu fazia faculdade, eu trabalhava durante o dia, dava plantão, etecétera, a noite eu fazia faculdade. Nos meus plantões eu sempre procurava um horário que adequasse à minha faculdade,*

*certo? E nossos... de uma maneira ou de outra nos encontrávamos mais à noite, e isso começou um desgaste no casamento, e certo ponto, não vou mentir, eu às vezes paro e penso que um pouquinho foi minha culpa, eu fui muito mais macho do que mulher, mas me sinto feliz com isso porque se ele fosse uma pessoa... eu não sei esperar pra escolher, talvez... e talvez fosse o meu destino esse mesmo...”*

**(Idem)**

Sua fala demonstra por um lado a ênfase na autonomia conferida pelo trabalho e pela sua postura no relacionamento, assim como em relação a suas ambições profissionais, ao passo que expressões como “eu fui muito mais macho que mulher” indica também a manutenção das representações de gênero, representações estas que sua postura acabava por subverter.

*“Quando eu vi que o casamento não ia dar certo, eu dei continuidade ao meu trabalho e etcétera, e aí, tentei ver se conseguia salvar o casamento, certo? Mas não foi possível, aí me divorciei. Dei entrada no meu divórcio, me divorciei. É... seis anos depois voltei a me casar, levei oito anos de um casamento maravilhoso, realmente, porque meu ex-marido era um escritor, até certo ponto, de renome, só tem que, ele tinha por opção, por ser... já esse era diferente! Ele era muito, como é que se diz? Ele gostava muito de tocar, de recitar poesia, ele fazia parte do grupo ‘Os poetas da praça’, e ele viajava pra Brasília... e aí pronto. O meu tempo não dava pra acompanhá-lo... Mas a gente viveu momentos maravilhosos, maravilhosos mesmo, mas chegou ao ponto de ele ter outro relacionamento, e eu não aceito. E aí eu preferi sentar com ele, e a gente conversar o que nós tínhamos...”*

**(Idem)**

Durante o tempo em que viveu sua segunda união, Tânia, que já se inseria desde cedo em movimentos de bairro, havia decidido ingressar de modo mais intenso na política, de modo que chegou inclusive a ser vereadora de Lauro de Freitas. É interessante notar que em seu caso, a sua carreira lhe conferiu a possibilidade de certa ascensão social: saiu de Rio Sena, chegou a morar em Lauro de Freitas com uma estrutura de vida mais confortável, entretanto, foi justamente em virtude desta segunda união conjugal que a queda nos padrões de vida foi levada a termo propiciando o seu retorno a Rio Sena:

*[..]. eu consegui uma licença prêmio na polícia, concorri à vereança, à vereadora em Lauro de Freitas, fui vereadora por duas legislaturas em Lauro de Freitas, e aí, conseguimos assim, montar uma estrutura de vida muito maravilhosa, mas ele com todo, é... vai e vem dele, começou a destruir algumas coisas minhas, começou a desviar dinheiro, porque nós tínhamos conta conjunta e tudo... e aí a gente começou a isso levar ao desgaste. Ele gostava muito de farra, ele saía, levava dois três dias fora, até o ponto que ele chegou e ele deu um baculejo na minha conta bancária. Quando eu pensei que ele estava, posso dizer, em casa, ele já tinha feito, como nossa conta era conjunta, ele foi no banco e me deu o maior golpe da parada. Levou meu dinheiro todo*

*que estava no banco. Eu já não era mais vereadora, tava no término de minha candidatura. E na época, ser vereadora em Lauro de Freitas não era... e nisso eu tinha comprado essa casa, aí eu imediatamente pedi o divórcio de novo e consegui vender tudo que eu tinha em Lauro, estabilizei a minha vida, porque eu tava, no caso, encostada, terminei o meu mandato em Lauro, vim pra aqui, o que eu tinha de recursos financeiros eu trouxe pra aqui pra dar continuidade à minha manutenção, e... estou aqui hoje... consegui minha aposentadoria na polícia, dei continuidade ao meu trabalho social aqui, e estou hoje aqui (...).*

**(Idem)**

O que é interessante também ressaltar, é que embora com uma trajetória bastante diferenciada das demais mulheres entrevistadas, alguns elementos não são tão singulares assim: a independência comentada por D. Tânia, fundada, sobretudo no trabalho e na autonomia que este lhe conferia, é um elemento comum a outras mulheres dessa pesquisa, principalmente entre aquelas que ao longo de sua trajetória sempre se identificaram como chefe de família.

A maior parte das mulheres com menos idade, mais especificamente mulheres de 20 a 61 anos, encontram-se nesse grupo, embora metade delas estejam na faixa de 40 a 49 anos. Também neste grupo a rede de ajuda mútua entre parentes é um elemento importante, talvez ainda mais evidente nos seus discursos que nos discursos anteriores. A ajuda de parentes e familiares aparece, assim, em pelo menos três situações: na ajuda financeira (alimentação, manutenção da casa), na aquisição da casa, ou no cuidado (seja de crianças e/ou da própria mulher chefe de família quando idosa). Entre essas três situações, as duas últimas são as mais citadas, e tidas pelas mulheres como as ajudas mais significativas. A posse da casa, conforme discutiremos mais adiante, é um fator fundamental para o exercício da chefia pelas mulheres entrevistadas, não só as desse grupo como as demais. Como sinalizamos no início da pesquisa, o trabalho e a casa são os principais elementos em torno dos quais se configura a identificação da mulher enquanto chefe da casa, tanto do ponto de vista da própria mulher quanto dos membros da família.

A ajuda de parentes e familiares no que diz respeito ao cuidado, assim como para o grupo anterior, será de extrema relevância para as mulheres chefes de família mais jovens, que tendo filhos pequenos geralmente contam com suas mães ou irmãs que “tomam conta” dos filhos para que estas possam trabalhar. Neste ponto cabe uma discussão importante acerca do papel do Estado no quesito chefia familiar feminina em contexto de pobreza: a ausência de uma rede de suporte eficiente, como por exemplo, creches, escolas públicas para crianças abaixo de sete anos de idade são algumas das reivindicações em relação a isso. Na verdade a ausência destes elementos faz com que a responsabilidade com o cuidado com as crianças seja

apenas transferido para outras mulheres na família ou da rede de parentesco, enquanto as chefes de família precisam trabalhar.

Durante nossa pesquisa, encontramos no bairro de Rio Sena uma creche comunitária ligada a Igreja Católica que oferece o serviço mediante a colaboração das mães e dos pais (na verdade mais das mães que dos pais, ajuda que só acontece eventualmente) como voluntários alguns dias do mês, num esquema de escala e revezamento. A creche, segundo algumas das mães entrevistadas, embora deixe a desejar em alguns aspectos (só funciona pela manhã, por exemplo), se configura para muitas das mulheres que trabalham (e não só as chefes de família) como uma possibilidade concreta de não interromperem sua vida ocupacional em decorrência da maternidade. Entretanto, existem limitações de vagas e de horário que acabam por deixar visível a necessidade de uma iniciativa concreta do Estado, executando o papel que a ele é conferido. Nesse aspecto, o debate sobre o papel do Estado não se limita à questão da insuficiência de creches, já que uma parcela das mulheres, embora não seja a maioria das entrevistadas, conta com o auxílio, por exemplo, do Programa Bolsa Família para manutenção das suas famílias.

A dimensão do cuidado e ajuda de parentes, além da preocupação com os filhos vai envolver também as/os idosas/os da família, inclusive quando essa idosa é uma chefe de família como foi o caso de D. Iraildes, citado anteriormente: viúva recente, contava com o cuidado e atenção dos filhos que moravam em volta. Mas vamos encontrar também as situações em que as mulheres chefes de família se encontram numa situação intermediária de cuidado com filhos, netos e mãe idosa. D. Iramildes, por exemplo, se divide entre os cuidados com a mãe de 74 anos (que já não anda, e está de cama há algum tempo) e as demandas trazidas pela filha que já tem família e outra com quem ainda mora. Como afirma Motta (2007, p.129) estas necessidades de relações de apoio intergeracional acabam mais uma vez onerando as mulheres, já que são elas as socialmente cobradas em atuações que se refiram ao cuidado, ou nas atitudes consideradas “maternais”.

Ademais, não podemos esquecer que também para este grupo de mulheres que sempre se identificaram como chefes da família e da casa, a atenção à educação dos filhos é também uma prioridade. É elemento inclusive de realização pessoal, segundo seus discursos. Interessante notar também que se para as mulheres que haviam experimentado um momento dos seus cursos de vida como cônjuges de uma família chefiada por um homem, o temor pelo fracasso na educação dos filhos era uma constante, nos casos das mulheres deste grupo, apesar dos mesmos receios (as drogas, violência e mesmo a gravidez precoce) estes já não se associam, em seus discursos a uma possível comparação com a chefia masculina, já que

refletem problemas mais gerais da sociedade.

## 5.2 E HOJE? ANALISANDO UM RETRATO FALADO

Se no tópico anterior analisamos os diferentes pontos de partida no exercício da chefia familiar, a proposta a partir daqui é discutir o momento atual, elementos do cotidiano das mulheres chefes de família a partir das questões levantadas nas entrevistas, especialmente os que envolvem a divisão do trabalho doméstico nas famílias que são chefiadas por elas.

Um dos tópicos do roteiro de entrevista utilizado nessa pesquisa procurava saber das mulheres quais as características e o que fazia parte de seu dia-a-dia. A questão é entender alguns dos principais desafios enfrentados cotidianamente por elas e quais as estratégias e soluções elaboradas durante o exercício da chefia, observando a diversidade de momentos do curso de vida das mulheres e suas famílias. Intitulamos esse tópico de retrato falado, brincando com as palavras, mas tentando expressar que essa análise se pautará menos numa observação sistemática, que não foi possível de ser feita (até porque não havia sido colocada como objetivo da pesquisa a priori), mas sim nas entrevistas, nos discursos, naquilo que as mulheres contaram/revelaram sobre seu cotidiano.

A descrição do dia-a-dia das mulheres vai ser reveladora de uma série de questões que envolvem a chefia familiar feminina em geral e, especificamente, aquela exercida em contexto de pobreza, em bairros que, inclusive, evidenciam uma série de problemas estruturais e carência de serviços fundamentais. O que se nota, entretanto, é que apesar da dureza a que estão submetidas as mulheres entrevistadas, engana-se quem pensa que seus discursos acerca do cotidiano será tomado por lamentações. A situação de chefe de família, com cônjuge e, sobretudo sem ele, é sempre narrada como uma vitória, em meio a tanta luta. As palavras “guerreira” e “vencedora” para caracterizar sua situação e sua trajetória apareceram um sem número de vezes em mais da metade das entrevistas realizadas.

Uma questão que merece nossa atenção nas entrevistas que realizamos é ressaltada por Motta (2007) em suas pesquisas sobre o papel do idoso nas famílias. Como discute, o aumento da longevidade dos idosos traz à tona não só a problematização do processo do envelhecimento como a emergência de novas luzes sobre o idoso e a idosa na família. Entre as entrevistadas mais velhas, sobretudo as que já estão aposentadas ou recebem pensão por viuvez, vamos encontrar tais mulheres chefes de família - tanto as que convivem com filhos e netos quanto aquelas que habitam um núcleo doméstico separado destes - como um

sustentáculo imprescindível e importante para a rede familiar, formada pelos núcleos que a envolvem e as suas famílias, filhos, filhas e netos. Alguns exemplos são bem significativos desta situação. D. Maria de Lurdes, 61 anos, conta que recentemente conseguiu o direito a receber a pensão por viuvez ainda que separada fisicamente do marido há muitos anos antes deste falecer. Ao lado da melhoria nas suas condições de vida, ela acabou se tornando elemento chave também para a sustentação de seus filhos e netos em situações de crise ou desemprego.

*“Eu era casada, mas meu marido separou de mim e eu criei meus filhos sozinha. Hoje já tenho um casado, o outro também é casado que vive com uma menina aqui embaixo, tem cinco filhos. E tem Branco que tem um filho só. E Nildo tem dois... mas fica num caso que quando não táo trabalhando então a despesa, ta entendeno, cai sobre mim. É porque eu não vou deixar meus filho ir pedir aos outros, tem que pedir a mim, né? E também no momento que fiquei viúva, comecei a receber essa pensão, quando chega naquele dia tem que ta ali apertadinho, mas dá pra passar, porque eu não tinha nada dentro de casa comecei a comprar as coisas agora, com esse dinheirinho, devagarinho, melhor do que antes que não tinha nada”.*

**(Maria de Lurdes 61 anos)**

Assim, em contexto de escassez de emprego e crise financeira, que afetam sobremaneira os jovens, as mulheres mais idosas, aposentadas ou pensionistas acabam significando a possibilidade de uma sustentação temporária e às vezes até permanente da família como um todo. Mas essa situação não se restringe às aposentadas, as mulheres mais velhas, que em outros momentos viveram uma série de adversidades para sustentar os filhos e adquirir imóveis, ainda que na época a partir de ocupações irregulares (as chamadas invasões) hoje, ainda que não recebam pensão ou aposentadoria, gozam de uma situação razoavelmente estável em relação a seus próprios filhos, de forma que também nessas situações, são elas quem abrigam em suas casas o filho sozinho, ou com sua família, depois de uma demissão, fornecendo-lhes ajuda proveniente da renda de casa alugada.

Assim, como já observava Motta (2007, p. 118) a mulher idosa elevada à condição de provedora e assumindo cada vez mais a posição de chefe de família terá um papel importantíssimo não só na sustentação material do grupo doméstico como também continuará a deter seu status de mantedora da rede de relações familiares, ou como a autora chama, “tecelã da rede de relações sociais”. Em verdade as mulheres chefes família, avós, ainda que não necessariamente idosas, mas principalmente estas, terão um outro papel importantíssimo: o de tomar conta dos netos enquanto suas filhas trabalham, atribuição que na quase totalidade dos casos cabe a uma mulher da família quando não há creches disponíveis.

Nesse sentido, um outro ponto a ser levantado na análise do cotidiano recontado pelas

mulheres diz respeito ao acúmulo de trabalho. Ora, sabemos que como chefes de família, na maior parte das vezes única adulta responsável pelo sustento material da casa, o fato de não ter emprego fixo não significa nem de longe ausência de trabalho. O acúmulo deste acontece em geral com as mulheres até 59 anos, já que informalmente ou não, a maior parte delas está inserida em algum trabalho remunerado e ainda precisam dar conta do cuidado com a casa e com os filhos ou netos. Daiane, 26 anos, que convive com um companheiro atualmente desempregado, sustenta a casa com o seu trabalho de manicura e cuida de um sobrinho para aumentar a renda e conta que todas essas responsabilidades acumuladas e tantos afazeres acabam por quase levá-la esquecer de si mesmo.

*“Ah, minha filha, quando eu boto o pé no chão, já é fazendo as coisas dentro de casa já. Aqui em casa tem dias que eu tô estressada, porque se a gente não tomar fôlego a gente não lembra até da gente mesmo. É lavando, cozinhando, cuidando de filho, cuidando de marido.”*

**(Daiane, 26 anos)**

Assim, as observações feitas pelas mulheres sobre a divisão sexual do trabalho doméstico levantam uma série de questões nas quais podemos notar muitas permanências e poucas mudanças no sentido de uma participação satisfatória e mais intensa dos membros masculinos da casa. A título de exemplo, Altamira, 37 anos, conta que o seu dia-a-dia costuma ser marcado pelo acúmulo de tarefas. Os horários marcados pela coleta de material reciclável que se constitui na quase exclusiva fonte de renda da casa ficam normalmente para fim do dia, já que acaba sendo condicionado pela necessidade de dar conta dos afazeres domésticos apesar do companheiro que convive com ela. Tem uma filha pequena (6 anos) e uma enteada que quando está em casa, segundo Altamira, ajuda bastante, e até mesmo a filha pequena ajuda no que pode. Segundo ela o companheiro ajuda *às vezes* quando não está com a úlcera atacada. “Quando não tem ninguém eu me acabo sozinha mesmo”, eu pergunto: e isso acontece muito? “E como!”

Esta situação parece comum a outras mulheres que convivem com cônjuge ou companheiro, e apenas uma delas revela ser muito ajudada nos afazeres domésticos e no cuidado com os filhos enquanto trabalha. É o caso de Luíza, 43 anos, que mora com quatro dos sete filhos. Luzia conta que seu companheiro vive a maior parte do tempo desempregado, segundo ela, por causa de uma deficiência no braço. Apesar de também não ter um emprego fixo, é ela quem sustenta a casa financeiramente:

*“Quando tem um trabalho, eu trabalho e ele fica aqui com as crianças, **ele fica no meu lugar**, nesse ponto eu não tenho o que reclamar dele não, viu? Ele ajuda muito. Eu vou trabalhar, tem vez até que eu durmo, fico dormindo uma noite, duas noites, até três noites. (...) quando eu não tô trabalhando eu fico aqui, dando assistência a eles, mas quando eu tô trabalhando, eles só me vê mesmo à noite, ou então quando eu vou pra dormir, ele fica aqui, mas como eu tenho um filho de onze anos que me dá muito trabalho, aí eu fico preocupada também com isso, me preocupa muito dele se misturar com quem não presta (...)”*

*(Luíza, 43 anos)*

Assim, mesmo no discurso de Luíza, podemos notar que a ajuda do companheiro no cuidado das crianças e da casa é ainda visto como uma atribuição feminina e o homem apenas fica “no seu lugar” provisória e temporariamente. A ideologia de gênero que orienta as atribuições dos papéis sexuais continua forte mesmos nas famílias onde a dinâmica da divisão dos papéis começa a se diferenciar. Desse modo, as entrevistas indicam que é muito parca a participação do homem da divisão dos afazeres domésticos, ainda que as famílias sejam chefiadas por mulheres, sobretudo quando existe um homem na posição de cônjuge. A maior participação masculina, ainda que bem pequena em relação às mulheres, acontece quando este está na posição de filho. Apesar de não ser a maioria dos casos, algumas mulheres vão enfatizar a participação e a colaboração intensa de seus filhos, não só em trabalhos considerados “masculinos”, como limpar o quintal, jogar o lixo fora, fazer reparos na casa, mas também em outras atividades associadas à mulher, como lavar roupa, pratos e cozinhar. Como exemplo, Jucélia, 46 anos, comenta a respeito de seu filho de dezessete anos com quem mora: “Ah, ele faz tudo, lava roupa, lava a casa, quando eu quero fazer eu faço, quando eu não quero, ele faz... [ele] cozinha, tá estudando, tomou curso na Microlins, é da Igreja Batista”. Essa situação, entretanto, fica restrita às famílias onde o filho é o único morador da casa além da mãe, chefe de família: a colaboração nos afazeres domésticos, assim se torna quase um imperativo.

Dessa forma, no quesito divisão dos afazeres domésticos, ainda que a família seja chefiada por mulheres, a desigualdade de gênero nas atribuições das tarefas permanece intensamente. Nas famílias com filhos e filhas, por mais que a mãe use de sua autoridade para tentar equalizar a divisão do trabalho, a tendência é mesmo deste tipo de trabalho continuar a recair sobre as filhas, noras, irmãs, ou seja, sobre as mulheres da casa. Paradoxalmente, nas famílias onde só há mulheres, ou naquelas em que a presença masculina se restringe a um filho adolescente ou jovem, algumas mulheres acabam expressando num tom quase confessional que “nessas horas um homem faz falta dentro de casa”, entre risos ou com ar bastante sério, ressentem-se em geral da ausência masculina nas questões relacionadas à



manutenção estrutural da casa.

*“Que tem uns serviços que a mulher não tem condições de fazer sozinha. É uma construção: se ela tem um parceiro, se torna mais fácil, ele vai ali, já pega o bloco, é o cimento, o pedreiro quando vê um homem na frente da construção ele toma mais responsabilidade, quando ele vê que é só mulher, ele começa, às vezes a... vem hoje, amanhã não vem, quando ele vê um homem se sente mais intimidado, nesse lado eu sinto mais um pouquinho de falta, entendeu?”*

*(Dejanira, 55 anos)*

O acúmulo de trabalho é, aliás, um tema bastante recorrente nos estudos sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho e, sobretudo quando esta mulher ocupa a posição de chefe de família. Em geral os estudos sobre desigualdade de gênero e as relações de trabalho vão dedicar parte de sua atenção para a questão do trabalho doméstico não remunerado e o conseqüente reforço que este tem significado nessas desigualdades de gênero. Como afirma Borges (2007, p.198), a sobrecarga de trabalho doméstico atinge as mulheres independente da posição que ocupem na família, ou seja, sempre mais horas que os homens, mas podemos notar que para as mulheres chefes de família esse divisão desigual acaba sendo ainda mais nociva diante da quantidade de demandas que são chamadas a dar conta cotidianamente.

Ávila (2007, p.133) traz a questão da dupla jornada de trabalho da mulher de modo bastante interessante. Retomando a discussão marxista acerca da separação entre trabalho produtivo e reprodutivo, a autora vai lembrar que nesse aspecto o tempo que “conta” é aquele destinado à produção da mercadoria, de modo que o tempo que sobra dessas atividades produtivas para a classe trabalhadora, é o tempo destinado ao lazer, ao cuidado consigo, em suma, a reconstituição da força de trabalho. Mas qual seria então o tempo destinado aos cuidados com os membros da família que não tem condições de cuidar de si (crianças, doentes, pessoas debilitadas)? Segundo a autora, esse tempo não contabilizado e obscurecido na dinâmica da divisão social do trabalho, é retirado da vida das mulheres como parte das atribuições femininas. A dupla jornada se processa exatamente quando, para a maioria das mulheres trabalhadoras, o tempo que “sobra” da sua inserção formal ou informal no mercado de trabalho é aquele destinado aos cuidados com as tarefas domésticas.

À dupla jornada de trabalho se somaram outras preocupações que aparecem recorrentemente no discurso das mulheres entrevistadas ao falarem de seu dia-a-dia. Uma dessas é a preocupação com a questão financeira. Se para as pensionistas e aposentadas que de certa forma tem uma renda fixa e uma segurança maior a preocupação com essa dimensão

já é intensa, mais ainda o é para aquelas que trabalham e temem o desemprego ou mesmo aquelas que sem renda fixa, como chamou a atenção D. Dejanira, “vivem de aventura”, procurando dia após dia dar conta das demandas de alimento, despesas etc.

*“Correria! Correndo atrás, porque como eu já disse, eu não tenho emprego fixo, não recebo bolsa família, não recebo pensão, como minha avó diz: pé que não anda, não tropeça. Eu tenho que ta pra lá e pra cá tropeçando, pra conseguir alguma coisa.”*

**(Joseli, 26 anos – trabalha com penteados afro).**

Mas, como dissemos a dimensão financeira não é a única preocupação com a qual as mulheres precisam lidar cotidianamente. Durante as entrevistas, até mais recorrentemente que esta questão outra era sempre enfatizada, de forma que podemos percebê-la quase como eixo estruturante dos discursos sobre ser mulher chefe de família: a maternagem. Os filhos crianças ou adolescentes ou já adultos aparecem quase sempre como o norteador dos sentidos que as mulheres vão dar ao seu exercício como chefe de família. Ao ser perguntada pelo lado bom e ruim de exercer a responsabilidade que tinha pela sua casa e pela sua família, Márcia, 33 anos é taxativa antes de explicar: “o lado bom é meus filho, sabe? E o lado ruim é o desemprego”. Desempregada há alguns anos e vivendo de trabalhos temporários (faxina, manicura, etc.), Márcia diz que se não fossem os filhos e o fato de saber que tem por quem lutar (seu filho caçula tem 10 anos) ela já teria “cometido uma loucura”.

Mas os filhos aparecem nos discursos das mulheres também como símbolos de êxito, naquilo que, em geral elas vão considerar sua principal função como chefe de família: criar os filhos e fazê-los homens e/ou mulheres trabalhadores e não ter permitido que se envolvessem com o crime, drogas e outros.

*“Meus filhos todos trabalham, são oito: sete homens e uma mulher. Me casei jovem, meu esposo foi embora, quando ele apareceu eu pedi o desquite a ele, ele deu o desquite, nós se desquitamos, e fiquei com meus filhos, fui trabalhar, na casa das brancas, como eu digo, e me desenvolvi no trabalho mesmo. Criei! Tem dois na faculdade, Daniel e Sérgio, e graças a Deus os outros trabalham. E tô aqui, né?”*

**(Ana, 74 anos)**

Essa representação social sobre o que venha a ser uma mãe eficiente, está obviamente vinculada a toda uma ideologia de gênero dominante que atribui à mulher o papel fundamental na socialização das crianças e dos filhos, especialmente, de forma que a elas seriam atribuídos o sucesso ou o fracasso nessa socialização. Clarin Kleim (2007, p.341) num

trabalho acerca da mulher e família no programa Bolsa Escola, procura problematizar o papel do Estado, na verdade através das propagandas de Governo acerca do Bolsa Escola, e a produção de um discurso sobre a maternidade, o “ser mãe”, dialogando com a teoria mais ampla de gênero e as suas representações. Uma das questões levantadas pela autora diz respeito aos possíveis efeitos do discurso oficial da propaganda do programa, que ao garantir o benefício às mulheres associando a estas as funções de cuidado com a saúde e fiscalização da educação, entre outros, acabaria por produzir e reforçar a idéia de que tais cuidados devem ser feitos pelas mulheres e não por homens, contribuindo para uma permanência dessas práticas e representações.

Apesar da crítica, devemos também abrir espaço para a observação que o Programa, hoje denominado Bolsa Família por aglutinar uma série de outros benefícios, ao ser destinado principalmente à gerência da mulher, ao lado de reforçar práticas e representações desiguais de gênero, pode também, a exemplo do que acontece em algumas famílias entrevistadas nessa pesquisa, contribuir para alguma margem de autonomia financeira da família, quando esta carece de recursos básicos diante do desemprego e da informalidade que atinge uma boa parte das mulheres entrevistadas.

Mas se estamos falando do dia-a-dia, do cotidiano destas mulheres, um elemento que não deve ficar à margem é, ao lado da dimensão material, a dimensão subjetiva, que se refere à sua inserção em grupos religiosos (ou não) e à preocupação com a diversão, sozinha ou em família. A nossa intenção em captar, ainda que de modo largo essa dimensão, é traduzida de modo extremamente simples e compreensível, por Márcia, umas das entrevistadas: mesmo com as maiores adversidades com que se depara, procura encontrar algum espaço para passear com os filhos, ela fala:

*“No dia que eu tenho dinheiro: vamo se divertir, no outro dia fica com dente na parede, mas também a vida não é só comida, se pensar só em comida a gente não veve (risos).”*

*(Márcia, 33 anos)*

De fato, pensar as condições de vida e também a qualidade de vida das famílias detendo o olhar exclusivamente para as condições de reprodução material pode acabar fazendo com que o olhar se torne enviesado e, no caso das famílias chefiadas por mulheres, caíamos na tentação de focar apenas as restrições econômicas a que estão submetidas.

Em relação ao primeiro aspecto mencionado acima, a participação de algumas das mulheres entrevistadas em atividades religiosas e comunitárias é um elemento que também

chama a nossa atenção. Embora não sejam maioria, é importante notar a significativa participação das mulheres nessas esferas, que de certa forma, representam uma maior visibilidade do papel das mulheres enquanto agentes sociais em seus contextos. Do ponto de vista da identificação religiosa, das trinta e duas entrevistadas dezessete afirmaram participar de alguma religião: oito se identificaram como católicas, das quais cinco eram engajadas em grupos, e três delas assumiam alguma função de liderança. Outras seis mulheres se identificaram como evangélicas e Testemunha de Jeová, sendo que dessas, quatro participavam das atividades assiduamente, uma delas tendo função de liderança. Identificadas com participantes do Candomblé encontramos mais três mulheres sendo que duas delas eram Ekedes enquanto uma participava das atividades e já havia sido iniciada, mas afirmou não ter uma função específica.

Mas a participação das mulheres entrevistadas em redes de sociabilidade em geral, não se encerra na inserção religiosa. Como ressaltamos no capítulo 1, ao falarmos de nossa chegada ao campo e as vias de acessibilidade às entrevistadas, as indicações se deram por meio de contato com associações de moradores, igrejas, templo de candomblé e mesmo projetos e organizações locais como ONG's e creches comunitárias. Dessa forma, encontrar mulheres chefes de família participando desses contextos era de certa forma esperado, embora não fosse uma exigência da pesquisa. Ainda assim, a relevante e intensa participação das mulheres nesse contexto revela uma condição feminina em geral, e das chefes de família em particular, moradoras de bairros populares, como agentes de mudança e também de pressão.

Em algumas páginas anteriores reproduzimos um fragmento da entrevista com Tânia, moradora do bairro de Rio Sena e engajada em movimento de bairro e associação de moradores. Mas ela não é o único exemplo: Mirian, 45 anos, além de participar ativamente da sua comunidade religiosa (uma comunidade católica localizada em Rio Sena) participa também intensamente das atividades da associação de moradores localizada no mesmo bairro, numa região denominada Volta Redonda. Há também o exemplo de Rosângela, 41 anos, moradora da região de Plataforma. Além de seu envolvimento com o movimento negro de base, também participa de uma ONG que realiza projetos sociais de incentivo ao trabalho de cooperativas com jovens da região. O projeto PlataForma, além de ser para ela um espaço de atuação política e militante é também a sua fonte de renda, já a ajuda de custo que recebe pela dedicação quase integral ao projeto é responsável pelo sustento de sua família.

Mas como sugeria a frase de uma das entrevistadas que reproduzimos linhas antes, a diversão, o lazer é uma outra dimensão importante para analisarmos as experiências de chefia familiar. Embora sempre visto como necessário, o espaço para o lazer e para a diversão era

quase sempre, num primeiro momento, condicionado pelas dificuldades financeiras e de tempo, já que envolvida com uma série de responsabilidades e preocupações, quase sempre afirmam encontrar seus momentos de lazer e diversão nas atividades comunitárias ou religiosas que realizam, no caso das que participam dessas esferas. Foi o caso de Tânia quando lhe perguntei sobre como costumava se divertir:

*“Tenho muito pouco tempo pra isso (...) mas me divirto com minha comunidade, fiz aqui no Cruzeiro, levamos três anos fazendo porque a violência cresceu que foi um terror, então nós, uma vez sentei mais Gordo e aí perguntei o que nós poderíamos fazer pra que diminuísse a violência aqui, e surgiu o Cruzeiro Pede Paz, aonde eu fui à Polícia Civil, à Polícia Militar, a todo mundo, e aí nós fizemos três anos do Cruzeiro Pede Paz. A nossa festa começava sábado de tardinha, terminava domingo meia noite e não tinha uma briga, que eu era a delegada, eu era policial, porque os policiais vinham, mas tudo era comigo, eu era a conselheira, fiscal, vigia, eu coordenava tudo (...).”*

**(Tânia, 56 anos)**

De modo semelhante, Dona Iraildes, 74 anos, envolvida nas atividades da Igreja Católica local, ao ser perguntada sobre seus momentos de distração e diversão afirma:

*“Quando tenho oportunidade saio, faço um passeio, agora mesmo, ontem fez oito dias que eu voltei da ilha, passei dois dias lá na ilha, em Mar Grande, e sempre quando tem assim, passeio, alguma coisa, porque sempre a igreja faz movimento. Vou pra novena, às vezes quando o grupo forma um passeio eu vou, nunca fico assim parada”.*

**(Iraildes, 74 anos)**

Em verdade, para as mulheres idosas entrevistadas, essas redes de sociabilidade como os grupos religiosos, as atividades de artesanato como as coordenadas pelo Quilombo Kioiô, representavam para elas um espaço de vivência e partilha de experiências comuns. Além disso, com a energia que em geral dispunham, era também uma alternativa ao excesso de cuidado dos familiares. Como comenta Motta (2007, p.124) os idosos e principalmente as idosas intensificam ou mesmo começam a criar agora novas redes de relações também fora do ambiente familiar, experiências e sociabilidades intrageracionais que, segundo a autora, refletem positivamente não só sobre as/os idosas/os mas também sobre suas famílias, como de fato a narrativa das mulheres permite entrever.

## **6 MULHERES SÓS E ACOMPANHADAS: DISCUTINDO A QUESTÃO DA CONVIVÊNCIA CONJUGAL E NO EXERCÍCIO DA CHEFIA FEMININA**

Toda discussão acerca da chefia familiar feminina, por muito tempo centrou-se exclusivamente nos casos em que a mulher era identificada como tal, por ser a única adulta no núcleo doméstico, e dessa forma, era como se a chefia familiar feminina só pudesse ser possível por causa da ausência masculina, ou da impossibilidade do homem exercer esse papel. Hoje em dia alguns estudos sobre o assunto têm se preocupado com a emergência de famílias chefiadas por mulheres que convivem com um companheiro ou cônjuge. Esta configuração ainda é numericamente pequena dentro do universo das famílias chefiadas por mulheres, mas ainda assim é significativa.

Quais as implicações da presença de um esposo ou companheiro dentro do grupo familiar quando a chefia é feminina? Quais os critérios que as mulheres usaram para se identificar como chefe de família ao conviverem ou não com companheiro/cônjuge? Em que medida se aproximam ou se afastam dos critérios utilizados por nós ao definirmos o recorte metodológico da pesquisa? Estas são algumas das perguntas que procuraremos responder neste capítulo, mas não só sobre elas nos deteremos, afinal de contas entrar no terreno da convivência conjugal exige também que levemos em conta elementos da trajetória familiar e individual das mulheres - iniciativa quanto à separação, expectativas quanto a uma nova união conjugal, casos de violência doméstica, entre outros - que trazem à tona uma série de questões que articulam de formas diferenciadas os eixos de raça, classe, gênero e geração.

### **6.1 “ANTES SÓ QUE MAL ACOMPANHADA” - AS MULHERES SEM COMPANHEIRO/CÔNJUGE**

É interessante começar a discussão sobre convivência conjugal entre as mulheres negras chefes de família justamente por aquelas que no momento da pesquisa se encontravam sem companheiro por duas questões: a primeira é que a maior parte delas já experimentou a convivência conjugal, e por estarem agora numa situação diversa, acabam trazendo a tona em seus discursos olhares diversos no que diz respeito a como avaliam, já fora da situação, a experiência da convivência. Segundo que, tanto aquelas que nunca viveram alguma união, quanto àquelas que já a experimentaram revelam em suas falas uma série de questões,

próximas ao que Pacheco (2008, p.301) chamou em sua tese dos “significados de solidão” entre as mulheres negras de Salvador, no sentido de entender de que forma as mulheres resignificam na prática a “solidão” (tomada aqui tal como a autora como uma categoria do discurso das entrevistadas e problematizada, inclusive, na fala delas) mostrando que muitas vezes esta é um signo de libertação e não de submissão. Estaríamos, assim, diante da “solidão” como uma categoria ambígua e circulante como mostrarão diversas falas das mulheres que entrevistamos.

Entre vinte e cinco mulheres que não viviam em uma união conjugal no período das entrevistas apenas três nunca haviam convivido. Outras seis conviveram com companheiro ou esposo até estes falecerem, e depois não voltaram a ter outra união conjugal. Quatro delas chegaram a experimentar duas uniões conjugais e outras doze após se separarem, até então, não mais conviveram com companheiro.

Começaremos a discutir a questão deste grupo de mulheres a partir da questão de quem tomou a decisão pela separação, no caso das dezesseis cujo motivo da separação não foi a viuvez. Essa questão é bastante interessante pra desmitificar a idéia de “abandonada” que perseguiu por muito tempo a imagem das mulheres negras chefes de família, sobretudo se pobres. Em nossa pesquisa, nove das dezesseis citadas tomaram a iniciativa da separação, fato que neste caso não pode ser negligenciado em nossa análise, inclusive se ressaltarmos que fora essas dezesseis algumas outras, embora não tenham tomado a decisão explícita pela separação, de certa forma optaram por ela, já que ao serem postas diante de escolhas, preferiram não submeter-se a certos caprichos de seus companheiros, que na verdade, mais que caprichos eram tentativas de exercício de poder sobre elas. É o caso de Vera, 52 anos, natural de Sergipe, teve seu primeiro filho com 16 anos. Conta que desde cedo teve que trabalhar, nunca morou com os pais de seus filhos. Quando engravidou de um de seus filhos, o pai da criança deu-lhe dinheiro para ela abortar, mas ela decidiu usar este dinheiro pra começar a construir um “barraco” em um terreno em São Bartolomeu, no início da ocupação daquele local, que de fato é a casa onde mora até hoje. Ela arremata que embora nunca tenha convivido com os pais de seus filhos, conviveu dezesseis anos com outra pessoa:

*“Não vou mentir, morei 16 anos com um cidadão, mas ou bem eu dou a meus filhos, ou bem eu dou a homem. Não, não existe isso na face da Terra... Quando o cadastro veio pra aqui que eu fui cadastrar a minha casa (CONDER) a raiva dele foi porque eu não peguei a identidade dele pra botar no cadastro da minha casa. Aí eu disse: Não! Jamais eu vou pegar a sua identidade e vou botar você no meu cadastro desde quando você veve comigo, você não botou uma pedra aqui com o seu dinheiro (...) por que eu vou botar? Por quê? Aqui é de meus filhos. Em vida minha e em morte de meus filhos, você*

*não entra em nada. Com isso aí ele se retou, se retou e acabou caindo fora sabe? (...) Uma pessoa que eu convivi 16 anos, não tive filho nem nada, vivia me dando mais prejuízo que lucro...”*

**(Vera, 52 anos)**

O que estamos lendo com a recorrência desse fato? Entre outras questões uma dimensão que se evidencia com esse dado é que ao lado das permanências das desigualdades de gênero nas relações familiares, estão se processando nesse mesmo espaço mudanças significativas. A posse da casa, e o trabalho, como ressaltamos desde o começo, vão significar na prática cotidiana das mulheres importantes elementos de empoderamento e transformações (além de conseqüentes tensões) no terreno das relações familiares e de gênero.

No caso das mulheres que tomaram a decisão da separação, em geral, os principais motivos que desencadearam essa decisão, segundo as mesmas, foram: infidelidade do marido; ausência de ajuda e companheirismo, tanto na manutenção da casa como na criação dos filhos; alcoolismo; violência física e psicológica contra as mulheres. Como afirma Mendes (2005, p.137), diante da fragilidade do homem como provedor da família, da perda gradativa da autoridade e respeito moral, as tensões e conflitos vão ficando cada vez mais insustentáveis. Entre nossas entrevistadas, o fato de muitas delas já estarem, ainda que precariamente, inseridas no mercado de trabalho acaba, sendo um outro fator que colabora para a tomada de decisão pela separação, embora não seja um fator determinante.

*“Fui eu mesma que pedi (a separação), eu já tava mesmo no limite, a gente só fazia brigar, eu mesmo só fazia brigar, já não suportava mais. Sabe como é homem com mulher na rua, né? O problema foi esse, né? Da minha separação. Sabe o que é o homem sair no sábado ou na sexta e retornar na segunda? É muito difícil, né não? Aí só me falavam tinha mulher não sei aonde, no Curuzu, quando foi um dia arrumou mulher aqui perto, aí que foi o fim mesmo. Chegava aqui, comia, tomava banho e voltava pra casa da mulher, oito hora, nove hora da noite, só fazia jantar, panhar a camisa e ia embora... eu sempre sabia... aí quando foi um dia eu fui no depósito, encontrei ele mais ela, ah, meu Deus! Ela disse: é vem sua esposa ali... Minha filha, parece que o chão abriu, eu fiquei uma louca, eu perdi a cabeça... Eu sabia, tudo... mas o pior da coisa é quando a gente vê. (...) Depois ele veio pra casa com cinismo, eu disse: Vá embora! ... Foi a melhor coisa”.*

**(Maria Ribeiro, 59 anos, conviveu 15 anos)**

*“Olhe... Porque a questão é a seguinte, eu praticamente sempre tive aquela responsabilidade sobre a casa, mesmo com a presença do pai das meninas. Que ele sempre foi assim: trabalhar? Trabalha, mas nunca teve responsabilidade, aí trabalhava a semana toda, aí ia receber o dinheiro, digamos, sexta-feira, ele sumia, vinha aparecer domingo, ou então recebia sábado, vinha me aparecer na segunda. Sem um conto. Aí na época meu pai era vivo, meu pai me ajudava, verdade seja dita, mas...mas aí eu parei e pensei (...) Aí eu inverti as coisas, eu ia pra casa de minha mãe, com as meninas, eu ia*



*sexta-feira e voltava segunda, quando ele viu que ele tava só mesmo, aí ele pegou... também eu saia final de semana, né? Que eu não ia dar o gosto a ele de sair de dentro de casa com três filhas mulher. Eu sei que depois ele pegou foi embora e aí era ruim com ele agora ta bom sem ele. Oxe! Agora é que ta ótimo, graças a Deus!”*

**(Ana, 40 anos – já trabalhava antes da separação)**

A intolerância por parte das mulheres no que diz respeito a relacionamentos recheados de traições, ou ainda a relações afetivas insatisfatórias e mesmo a convicção de que o papel do marido na casa já não compensava, do ponto de vista financeiro também, já vinham sido encontradas em outros estudos acerca das mulheres negras, não necessariamente sobre a chefia familiar feminina como é o caso do estudo de Pacheco (2008). A autora, ao analisar as trajetórias sociais de mulheres negras ativistas e não ativistas em Salvador, procura compreender como os marcadores de gênero, raça e classe operam nessas trajetórias e nas escolhas afetivas das entrevistadas por ela selecionadas. Neste estudo Pacheco também ressalta que o poder de decisão acerca da separação conjugal não se restringia aos homens, de forma que, em particular, no caso das não ativistas, as mulheres

[...] re-elaboraram novos modelos de relações de gênero e de afetividade a partir da construção da feminilidade fora da norma vigente e, ao mesmo tempo colocam em questionamento a paternidade/masculinidade de seus parceiros negros e pobres. (PACHECO, 2008, p.296).

Em geral, a separação é lida pelas mulheres entrevistadas, não como uma situação de desespero e desamparo, pelo menos, não em longo prazo. A uma situação inicial de “não saber o que fazer”, sobretudo no caso das mulheres que não trabalhavam antes da separação, vão se seguir a percepção de liberdade e de independência que não gozavam durante o casamento, e muitas vezes nem mesmo antes dele, já que algumas das entrevistadas relatam que a educação repressora dos pais e/ou mães já fazia parte de suas trajetórias.

O que vamos notar com as entrevistas é que a redefinição da postura das mulheres enquanto responsável pela família e mesmo enquanto mulher, assim como mudanças nas suas perspectivas e expectativas afetivas vão ser elementos relevantes não apenas entre aquelas que tomaram a decisão pela separação conjugal, mas também entre algumas das que ficaram viúvas.

*“Ele foi embora, eu também não corri atrás. Fiz o que pude, aí coloquei na escola (as filhas), entrei pra igreja, e comecei a freqüentar a igreja, também não quis mais saber dessa vida de homem, não. Apareceu uns paqueras aí, mas depois eu disse, é melhor deixar como está. Eu tinha medo, com duas filhas mulher, botar um homem dentro de casa? Primeiro que não se acha uma pessoa confiável, né?”*

**(Crispina, 61 anos)**

No caso que segue, a viuvez foi seguida de uma nova relação afetiva informal, mas a possibilidade de convivência conjugal é totalmente afastada pela entrevistada, que já não se permite abrir mão da liberdade que agora goza:

*“Hoje ta fazendo um ano e seis meses que ele faleceu. Então, e aí me acostumei, né, com a vida de viúva. Quer dizer, viúva entre aspas, porque viúva eu nunca me senti. Eu sou uma pessoa realista, eu nunca me senti uma viúva, quer dizer, viúva pelo papel , oficialmente, mas eu mesma, no meu projeto de vida eu nunca me senti uma viúva porque a parti do momento que o médico disse que ele não seria mais marido, não seria mais homem, não iria mais corresponder com o outro lado, da parte de casado ... o medico disse, foi até um médico muito bom, viu? Ele disse logo, ele fez, “olhe, vou lhe explicar porque você ta moderna, ta novinha ainda e tal , caso ... você vai cuidar dele agora como se fosse um filho, um irmão, porque é a única coisa que você vai fazer por ele agora ...” aí eu, nas minhas idas e vindas, arranjei um namorado aí, xô ver, ele adoeceu em ... setembro, outubro novembro... comecei em janeiro, vai fazer anos agora, não, em fevereiro (...) com cinco mês dele doente aí apareceu esse namorado aí, que com esse namorado a gente briga, separa, vai, vem, a gente parece mais sei lá o que, nem sei dizer, então quer dizer, que quando ele faleceu eu já estava com essa pessoa.(...) de bom foi essa liberdade, qual eu nunca tinha visto na minha vida ... agora quando alguém fala em casar eu digo, o quê? Tu ta doida? Tava conversando com minha cunhada : ah , mas você não pensa em casar não? Eu não. Nem com meu irmão? Eu disse a lê, olhe, eu gosto de seu irmão, eu acho que nem do meu marido eu gostei tanto... mas pra casar não. Se casar vai estragar, a gente não briga, passa três dia, um mês , três mês ... quando a gente se vê parece que nunca se viu , é uma coisa boa , passa oito dias, quinze dias sem se vê , quando se vê é tão bom , ele lá e eu cá, é ótimo, nada de casamento, nada de complicação.”*

**(Mirian, 45 anos, conviveu 26 anos)**

De modo diverso, Maria Ribeiro preferiu não se envolver mais com homem algum, ponderando os riscos de inserir um “estranho” no ambiente doméstico onde também morava sua filha:

*“Depois nunca mais pensei de me envolver com homem, uma: eu pensava e penso que é assim, tenho minha filha dentro de casa, e meus dois filhos dentro de casa, me envolver com homem? Pai é uma coisa, e padrasto é outra, né? Minha filha não ter liberdade, ela toma o banho dela, bota a camisola dela, ta a vontade aqui deitada, né? E com homem estranho dentro de casa, como ela ia se sentir? Eu ia ter que viver ali dentro de casa, ali, você vai confiar em homem do jeito que a gente ta vendo hoje a realidade, né? E eu nessa idade ter que aturar, ter que suportar... já sofri tanto com o que eu casei jovem, moderninha, vou tornar a procurar outro problemão? Depois o homem não querer nem sair de dentro de casa e quem ter que sair era eu. Nem pensar.”*

**(Maria Ribeiro, 59 anos, viúva, conviveu 15 anos com seu marido)**

A separação e o “estar sozinha”, no sentido de opção pela não união conjugal, vão ser sinalizados pelas entrevistadas como uma situação bastante ambígua: por um lado sentem falta de um companheiro, de alguém que suprisse não só as carências financeiras da casa, mas

também dividisse os problemas, a educação dos filhos. Essa necessidade é de certa forma limitada pelo fato de que consideram muito difícil encontrar homens com essas características, como sinaliza D. Crispina, além do que, as mães de filhas mulheres temem por negar às filhas a liberdade e até a segurança colocando “um estranho” em suas casas. Por outro lado, o “estar só” vai ser signo também de liberdade e independência antes não experimentadas. As categorias de gênero e classe nos ajudam a compreender como essas dimensões de liberdade e independência vão ser tecidas nas trajetórias sociais das mulheres que procuraram “virar a mesa” das relações de gênero dentro de seus contextos e como, através do trabalho, a palavra *independência* vai ganhar um significado concreto. Tânia, 56 anos, viveu em dezoito anos duas uniões, como relatou num trecho que reproduzimos no capítulo anterior<sup>14</sup>, após narrar os percursos de duas uniões que não perduraram muito tempo, ela começa a refletir sobre o que teria causado o fim dos dois casamentos, e depois de comentar que sempre fora “o macho da casa” porque era sempre ela quem tomava a iniciativa pelas contas e pelas decisões e “não deixava” que os companheiros “cuidassem” dela, diz: “Talvez eu seja culpada por meus relacionamentos não terem dado certo, pela minha muito, muito independência...”.

Pacheco (2008, p.297) enfatiza, numa configuração como a apresentada no caso de Tânia, funcionária pública, com nível superior, como a mulher entra com o capital social e econômico mais elevado possibilitando tanto o maior empoderamento nas relações de gênero diante dos seus parceiros, como também gerando conflitos e desequilíbrio nas relações afetivas com estes.

No que diz respeito às condições econômicas após a separação, ao contrário do que estudos menos críticos acerca da feminização da pobreza vão enfatizar, a maior parte das mulheres melhoraram sua qualidade de vida e sinalizam melhorias nas condições de vida da família após a separação. Obviamente essa asserção deve ser exposta com as devidas referências: essa melhora se verifica sobretudo entre as mulheres que hoje estão mais maduras ou mesmo idosas e se separaram há mais de dez anos. Entre as mulheres mais jovens e nas narrativas das mulheres mais velhas sobre o momento da separação, como já discutimos no capítulo anterior, há uma trajetória marcada por uma série de desafios e superações.

Quanto a essa melhoria nas condições de vida de parte das famílias após a separação temos casos significativos entre as mulheres entrevistadas. É o exemplo de Maria Ribeiro, já citada em outra ocasião. Oriunda do interior do Estado, Maria Ribeiro - ainda casada

---

<sup>14</sup> Páginas 79 a 81

legalmente, mas separada (corpos) há muitos anos - conta que tinha que sustentar a família e a casa mesmo antes da saída do marido, já que ele tinha outra família e não “aparecia com dinheiro no fim do mês”. Pelo relato de D. Maria, a vida melhorou mesmo, quando o marido saiu de casa definitivamente. Os filhos, na época adolescentes estudaram, cresceram e contribuíram sobremaneira nessa melhoria juntamente com o trabalho de D. Maria. Antes e depois da saída do marido, a casa se transformou: ela conta que era simples e sem muita estrutura a casa que o marido deixou, o que contrasta com a visão que temos ao visitá-la hoje: dois andares, uma casa espaçosa e com acabamentos destacando-se das casas da vizinhança, além da aquisição de móveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos que também se diferenciam até mesmo de boa parte das outras casas que visitamos. Apesar do caso de Maria ser aqui destacado, no discurso de outras entrevistadas há uma melhoria geral nas condições de vida com a saída do companheiro. As transformações, em maior ou menor grau, acabaram sendo sinalizadas geralmente como positivas, já que os conflitos diminuíram, problemas com alcoolismo, desconfianças e até mesmo o ônus de ter em casa um companheiro que não ajudava nem financeiramente, nem satisfazia as necessidades afetivas das mulheres e da família, como destacam boa parte das entrevistadas.

Um quesito ainda importante de se destacar neste tópico acerca das mulheres que se encontravam sem companheiro no período da realização das entrevistas é a questão relativa à auto-identificação como “chefe da família”. Neste ponto algumas considerações delineadas no capítulo inicial deste trabalho merecem resgate. Na nossa metodologia de seleção de entrevistadas, a ausência de companheiro/cônjuge, com a mulher como a única provedora econômica da casa, constitui um primeiro tipo de chefia familiar, caso das mulheres analisadas neste grupo. Para nós entretanto, além da nossa classificação, é importante compreender a partir de que elementos se fundamenta em nível de representação e prática, o que norteia a identidade das mulheres enquanto chefe.

Entre as mulheres desse grupo, todas de alguma forma reiteraram seu papel fundamental na família, tanto do ponto de vista do poder decisório, quanto da manutenção econômica, mas nem sempre estes estavam exclusivamente apoiados sobre essas mulheres, já que configurações familiares diferentes e momentos diferentes do ciclo de vida da família configuram exercícios diferenciados da chefia feminina. Vamos encontrar, assim, entre aquelas que não convivem com companheiro, as seguintes situações:

- a) situação em que a mulher mora sozinha (embora faça parte de uma rede familiar maior que engloba filhos que moram muito próximos, ou sobrinha no caso de uma delas);
- b) família formada por mulher e filhos pequenos (com ou sem suporte familiar próximo)

da residência);

c) mulher até 59 anos e filhos adultos (com ou sem netos);

d) mulher idosa com filhos jovens e/ou adultos com ou sem netos;

e) e por fim, mulher com filhos adolescentes ou jovens adultos e um de seus pais idosos (ou os dois).

Começamos pela última configuração. As entrevistas das mulheres que moram com seus pais idosos ou um deles, mostram que apesar da chefia na casa ser atribuída à mulher entrevistada (em geral com idade entre 40 e 50 anos) por ela mesmo e até pelos outros membros da família, o exercício cotidiano da chefia familiar tanto no que diz respeito aos processos decisórios, quanto à manutenção econômica eram bastante negociados. A responsabilidade do domicílio, em geral apontada como da mulher entrevistada, se baseava, em seus discursos, no fato de que sendo os pais bastante idosos já haviam de certa forma delegado a estas as incumbências de resolução de problemas externos e mesmo internos sendo essas mulheres as principais responsáveis também pelo cuidado dos idosos da família, seja no caso de idoso com problemas de saúde graves, ou não. Como aponta Rosângela, 41 anos, mãe de filhos adultos e uma adolescente, o fato de morar na casa de seus pais idosos, faz com que “a última palavra” seja a dela, mas negocie sempre as decisões na casa, já que os pais mesmo idosos conservam bastante lucidez e autonomia.

*“Um pede auxílio ao outro, uma porque eu moro dentro da casa de meus pais, então não posso passar por cima deles, então qualquer coisa a gente procura saber deles, mas eles também não tomam nenhuma decisão sem perguntar nem a mim, nem a minha irmã, nem a meu irmão [os irmãos moram na casa de cima e ao lado], e no fundo no fundo a última resposta é a minha por eu ser a mais velha e porque eu sei resolver as coisas que os outros não conseguem resolver.”*

***(Rosângela, 41 anos, prestadora de serviço de uma ONG)***

Nas famílias em que a mulher idosa era identificada como a chefe, com a presença de filhos adultos, assim como no caso anterior, existe também uma forte marca da negociação nas resoluções de problemas assim como das tomadas de decisão. Já nas outras situações apresentadas – a) em que a mulher mora sozinha; b) família formada por mulher e filhos pequenos e; c) no caso da mulher até 59 anos e filhos adultos (com ou sem netos) – a autonomia das mulheres sobretudo nas tomadas de decisão fica bastante nítida em seus discursos. No caso daquelas que moram com filhos adultos ou jovens a negociação existe, mas a indiscutível autonomia apontada pelas mulheres superam-na, sobretudo quando há

divergências de opiniões. Como diz Mirian, 45 anos:

*“[...]então eu tava dizendo ontem lá em casa, olhe você vai casar você vai embora pra sua casa não tem mais o que eu contestar, o que eu faço, o que eu deixo de fazer aqui, Jean, querendo ou não a casa é minha, Arivaldo, tem que aceitar minha decisão.”*

*(Mirian, 45 anos)*

Outras mulheres em diferentes momentos do curso de vida também apontam para essa questão ao serem perguntadas se consideram-se chefes de família:

*“Me considero sim, muito. Meus filhos diz que eu sou guerreira. ‘A senhora é mãe e pai de nós’. Todos sete casou. E o casamento de meus filhos eu sempre dei o braço pra entrar na igreja. De todos.”*

*(Ana, 74 anos – hoje mora sozinha na casa de baixo e cedeu a de cima para a filha de 42 anos)*

*“Eu sou uma chefe de família. É tudo comigo mesmo, eu sou o homem, sou a mulher eu sou avó, sou tio, sou tudo.”*

*(Márcia, 33 anos, 3 filhos com menos de 14 anos)*

Uma outra questão, já problematizada na discussão sobre a chefia familiar feminina que deve ser resgatada, é a questão do termo “chefia familiar”. A esta altura é preciso ressaltar aqui que o nosso uso deste termo tem o objetivo de situar o objeto de estudo entre outros trabalhos que tratam de questões similares a nossa – responsabilidade feminina pelo domicílio, mulheres como provedoras da casa, empoderamento destas na família – de modo que o questionamento do termo e a carga que ele carrega são fatores importantes para serem discutidos. Como ressaltamos em outro momento, a palavra “chefe” traz consigo uma série de conotações e, associada à família, serviu por muito tempo para demarcar o campo de poder masculino sobre esta e seus membros. Apesar de hoje em dia, a divulgação e utilização ampla do termo pelas vias da propaganda de governo, políticas públicas e assistenciais terem provocado o efeito de um certo consenso no imaginário e representação social sobre o que venha a ser chefia familiar feminina, umas das mulheres, ao fim da entrevista, ao serem perguntadas se de fato se consideram chefes de família colocou em evidência algumas destas questões. A própria Mirian, citada acima, que mora atualmente com filhos e filhas adultas e um neto ressalta:

*“Ah... Não, a gente veve assim em harmonia não têm chefe, eu não sou uma chefe não quero ser chefe de nada não quero ser autoritária aliás eu não estou autoritária, a gente veve de um acordo, às vezes quando dá eu grito, pronto todo mundo já entendeu mas esse negócio de chefe não. Como eu digo a meus filhos vamo ser é amigo e colega*

*camarada tudo aqui dentro menos chefiar é uma coisa chata determinar as coisas...”*

*(Mirian, 45 anos, acompanhante de idosos)*

## 6.2 ALGUMAS QUESTÕES SOBRE A CHEFIA FEMININA COM PRESENÇA DE CÔNJUGE

Com este tipo de chefia familiar encontramos um total de sete mulheres dentre as nossas entrevistadas. Por se tratar de chefia feminina com a presença de um homem na condição de companheiro ou cônjuge torna-se um tipo de chefia feminina bastante instigador já que nesses casos as relações e tensões de gênero, assim como sutilezas das transformações no seio da família (enquanto representação e prática) se tornam mais evidentes.

É interessante notar, de início, que apenas uma das mulheres desse grupo estão vivendo a primeira união conjugal. Sendo assim, é importante começarmos justamente pela razão pela qual a primeira união findou, quem tomou a iniciativa pelo término da união e se já na relação anterior estas mulheres já eram provedoras econômicas de seus domicílios e o grau que detinham de influência nos processos decisórios de suas famílias.

Uma primeira situação que vamos encontrar neste grupo é o caso das mulheres que, embora não se considerassem chefes da família no relacionamento anterior, descrevem uma trajetória marcada pela atuação como provedora econômica (se não única, a principal, no início da relação, ou a partir de determinado ponto) já que descrevem a atuação de maridos ou companheiros que por desemprego constante, ou mesmo por manter outra família paralela, não correspondiam às necessidades financeiras da casa. O caso de Janete, 50 anos, ilustra essa situação. Conviveu 23 anos com seu primeiro marido tendo se casado aos 13. Janete descreve uma história de vida marcada pela opressão de gênero: oriunda do interior, veio para Salvador quando casou-se, era proibida de sair de casa, passou muito tempo subjugada pelo marido, sofreu agressões psicológicas e até mesmo físicas até que começou a trabalhar com dezesseis anos em casa de família e aos poucos conquistar, através do trabalho, a autonomia que lhe permitiu tomar a decisão pela separação.

*“[...] não deu para continuar o estudo por que eu casei e vim para cá, ele era um homem muito ciumento minha mãe disse: ela vai mas eu quero ela estudando só que quando chegou aqui foi tudo diferente, me reprimida porque tinha medo, porque minha mãe ensinou a gente assim homem quando fala a gente tem que abaixar a cabeça e eu com 13 anos, ainda era criança, aí pronto ele me colocou no cabresto e não saía e ia trabalhar e me deixava trancada dentro de casa e não tinha direito de sair nem na janela. Depois, porque os vizinhos começaram a falar e aí eu fui começando a abrir os*

*olhos. O primeiro filho e eu tive fiquei amarelonada porque não tomava sol de maneira nenhuma lavava dentro de casa jogava água pela janela para não sair na porta depois foi o que os meninos foram nascendo foi que comecei a me orientar, e da primeira vez que ele me deu um tapa aí eu reagi que eu não vou apanhar de um homem que não sei de que lugar saiu, meu pai nunca me bateu e eu tomei essa decisão.”*

**(Janete, 50 anos, vive uma segunda união – 18 anos)**

Após quatro anos separada do marido, já com os filhos mais velhos crescidos (o caçula estava com 12 anos), Janete iniciou uma segunda união. Nesta, já com uma postura diferente em relação à anterior no que diz respeito a sua autonomia e ao próprio relacionamento. Com quase 18 anos convivendo com o novo companheiro, Janete sinaliza que a relação já não está valendo tanto a pena. Com o companheiro constantemente desempregado e já não correspondendo afetivamente à altura de suas expectativas, Janete já avalia a possibilidade de uma nova ruptura. Como afirma Pacheco (2008) ao se referir a uma de suas entrevistadas, na economia das trocas afetivas o relacionamento atual já não compensa os esforços empreendidos pela mulher.

Um outro exemplo traz a tona questões interessantes acerca das assimetrias, assim como das rupturas que se processam na dinâmica de gênero nas famílias. Daiane, 26 anos, teve sua primeira filha aos treze e na ocasião foi morar com o namorado. Segundo ela, o fim do relacionamento teve como causa principal o fato de que seu companheiro não correspondia às suas expectativas afetivas e a subestimava quanto à possibilidade de ruptura do relacionamento.

*“Tinha até alguém responsável do meu lado, mas não tinha o que eu mais queria. Eu falo sempre pro meu atual marido, eu fui criada muito com amor, e eu acho que é por isso que eu gosto muito disso, sabe? Foi o que aconteceu comigo mais esse, ele veio me demonstrar que gostava de mim, quando a gente se separou, porque quando a gente tava junto, ele não demonstrava, como se ele achasse que eu nunca ia tomar essa atitude de me separar dele, como se ele achasse que ele fosse minha fortaleza, ou que eu fosse dependente a ele, sabe? Não financeiramente, porque ele sabe que eu sempre trabalhei, mas com isso... você deixa o dia-a-dia passar, você senta, você conversa, você diz: olhe fulano, é isso, é isso e é isso. Aí pensa que você nunca vai tomar essa atitude. Quando chegou um dia eu disse a ele que não dava mais, e não dava mesmo. Eu já estava dentro de minha casa mesmo. E acabou mesmo até hoje.”*

**(Daiane, 26 anos, trabalha como manicura)**

As experiências de relacionamentos anteriores, a autonomia proveniente do trabalho e mesmo a posse da casa, na maior parte dos casos neste grupo, permitiram as mulheres também nesse caso um redimensionamento de suas posturas diante de relações opressivas. Nestes casos, com a nova união conjugal, a “responsabilidade” pela casa e pela família, nas



falas das entrevistadas, acaba fazendo parte inclusive da sua auto-imagem como mulheres.

Como afirma Luíza, 43 anos:

*“Já tentei com dois e não deu certo, agora esse pai dos pequenos é o terceiro. É minha última tentativa, se não der certo... não quero não, vou tentar minha vida só. Eu tenho capacidade de levar minha vida só. Não dependo de homem pra sobreviver, então. Porque a mulher quando tem capacidade, tem que ter capacidade pra tudo, então, e eu tenho essa capacidade. Aqui, como você vê, eu não tenho a ajuda de ninguém. Tudo que eu tenho é com meus esforços, então eu me orgulho disso.”*

**(Luzia, 43 anos)**

Assim, podemos perceber como os eixos de classe e gênero, implícitos nos discursos das mulheres, estruturam a nova identidade que vai sendo gestada em suas trajetórias sociais. Ao perceber-se como sujeito capaz de “levar a vida só” as mulheres vão (re)descobrir a autonomia diante do relacionamento, e mesmo reconfigurar e refinar as suas exigências no que diz respeito a novos relacionamentos e escolhas afetivas.

Independente de ser a primeira experiência conjugal, ou não, a convivência com um companheiro, como já dissemos antes, imprime contornos diferenciados no exercício do papel da mulher enquanto chefe de família. Se o acúmulo de trabalho (remunerado e doméstico não remunerado) já é um fato recorrente entre as mulheres entrevistadas, no caso deste grupo de mulheres essa realidade torna-se ainda mais incômoda, porque evidencia as assimetrias de gênero dentro do ambiente doméstico.

Em nível das representações vigora, com maior ou menor força - dependendo de fatores como geração, por exemplo - a idéia de que um homem dentro de casa precisa estar trabalhando. A idéia de que a mulher seja a principal responsável pela manutenção econômica da casa, no discurso das mulheres, parece ser menos incômoda (às vezes até preferível) do que o fato do homem permanecer recorrentemente desempregado. Assim, a expectativa das mulheres é que ao menos as tarefas domésticas sejam compartilhadas com algum grau de equivalência, expectativa que por sinal pouco é atendida. Como ressalta Mirela, 20 anos:

*“[...]com tempo eu arranjei esse rapaz, a situação se ajeitou um pouquinho, mas com o tempo as crianças foram crescendo um pouquinho mais e desandou tudo, eu tenho que me virar para tudo sozinha e ainda com ele dentro de casa é assim uma carga pesada assim e além de tudo não é nem sustentar sozinho, é na criação também sozinha (...) Assim, falam [as pessoas] não é justo né? Você com marido dentro de casa, se virar sozinha? Porque por exemplo se não tá trabalhando num tá fazendo nada não custa fazer uma coisa dentro de casa lavar um prato lavar uma roupa tomar conta do filho, né? Até para a mulher fazer alguma coisa... As pessoas comentam.”*

**(Mirela, 20 anos, faz e vende lanches)**

Em decorrência dessas circunstâncias, quando o assunto é quem dá a última palavra, as mulheres acompanhadas que entrevistamos não titubeiam ao responder que sendo as proprietárias da casa (apenas uma mora na casa do companheiro, e a que mora de aluguel ela é quem paga), e sendo elas também que trabalham e mantêm a casa costumeiramente, não julgam legítimo que os seus companheiros “botem banca”, como expressa uma delas. Como a própria Mirela arremata quando perguntada sobre os momentos em que há divergência nas decisões ou conflitos e tensões:

*“Não tem dele dizer nada, ele pode até dizer mais o que ele diz não voga em nada, porque se sou eu pra tudo mesmo. É pra comida, para tudo, para roupa para os meninos. Ajuda que aqui na creche ele não tá fazendo nada, poderia ajudar né? Mas nem isso. Sou eu mesmo para tudo”.*

**(Idem)**

Dessa forma, no que diz respeito aos processos decisórios, além da manutenção econômica, as mulheres acompanhadas, diante do capital simbólico e material que conquistaram, acabam por deter também no cenário dos conflitos internos à família uma intensificação no processo de empoderamento que não pode ser negligenciada. Em apenas um caso a análise da entrevista e das observações de campo não sustentam essa ideia completamente. É o caso de D. Iraildes, 49 anos: vivendo uma segunda união, mora na casa de seu companheiro com um neto que cria. A manutenção econômica da casa fica em geral a cargo dela, com a renda proveniente de trabalhos esporádicos e da Bolsa Família que recebe. O companheiro, que, segundo a entrevistada sofre de alcoolismo e passa a maior parte do tempo desempregado, a agride verbal e psicologicamente com frequência. Quando perguntada por que ainda continua morando com esse homem, Iraildes afirma que vendeu sua casa para morar com ele, e não tem pra onde ir, já que anula a possibilidade de morar com suas filhas e seus genros. A situação de D. Iraildes será mencionada novamente, junto com outras no tópico sobre violência doméstica, mas aqui vale ressaltar como a questão da chefia feminina com convivência é também uma situação ambígua e contraditória, recheada de conflitos, limitações, mas também, abertas a novas possibilidades de autonomia da mulher e rupturas no que diz respeito às representações do papel tradicional das mulheres na família.

Além disso, ao debater a questão da conjugalidade e uniões afetivas das mulheres nessa pesquisa não podemos esquecer que não estamos falando de mulheres genéricas. “Sozinhas ou acompanhadas”, à situação de classe que nos referimos deve-se acrescentar e dar a devida importância ao fato de que são mulheres também inseridas na dimensão de raça. Interessante ressaltar aqui que nem todas as mulheres se auto-identificaram como negras, expressões como

pardas, mulatas, morena e cor de formiga, escurinha, são expressões que procuram dar conta das representações em torno do sistema racial brasileiro, pautado da gradação da cor como atenuador ou não das discriminações. Assim, sob várias expressões de cor, as mulheres aqui chamadas por nós sob o título de negras, experimentam com intensidades diferentes uma série de questões relativas à sua auto-imagem, auto-estima ao longo de suas trajetórias individuais.

*“Já senti o racismo... pela cor mesmo, por ser pobre, as pessoas lhe olha pela maneira que você se veste, pela maneira que você se apresenta nos lugares e eu vi muito isso... uma coisa que me marcou muito foi quando eu fui fazer, tinha inscrição pra você entrar na Marinha, então as meninas que estavam mais bem vestidas, as que tinham o cabelo liso, as que estavam mais, assim, vistosas em todos os sentidos eram mais consideradas, e a gente assim ficava pra trás. E essas coisas antigamente me influenciavam demais, porque eu realmente me sentia diminuída, e eu não conseguia externar, nem muito menos lidar com a situação. Uma outra coisa que aconteceu é que aqui na igreja tem muito esses cursos pelo Senai, e teve uma vez que teve o curso na Geografia e o curso também de eletricidade, e vinha um senhor que vinha dar o curso aqui, ele era de Plataforma (fim de linha) e no dia que ia fazer a festinha assim, do coisa, eu não fui, porque eu não tenho o cabelo liso, meu cabelo de coisa, e na vista de todo mundo eu tá de lenço, e aí eu via que tinha pessoas que me olhavam e diziam: essa daí deve ser a faxineira, quer dizer, hoje eu digo assim pelo olhar que as pessoas lançavam, não era todo mundo.”*

*(Rosa Virgínia, 43 anos)*

Como mostra o discurso de Rosa Virgínia, muitas vezes o marcador racial e de classe se embaralham na própria percepção da opressão. Em geral, assim como na fala de Rosa Virgínia, as percepções e expressões sobre a dimensão racial nas trajetórias sociais das mulheres vão se revelar em situações e observações acerca dos seus corpos, cabelos, como definidores de limites, de discriminações, mas não só isso, como possibilidades abertas a uma nova imagem de si que vai se processando ao longo das trajetórias.

Assim, como Rosa Virgínia ressalta em sua fala, um processo de baixa auto-estima pelo qual passou e procura superar relacionado com sua cor e seus traços negros, outras mulheres vão enfatizar justamente a afirmação de sua identidade enquanto negras, através do penteado, da cultura e da religião de matriz africana, a participação em blocos afro como Ilê Ayê e até mesmo, como afirmamos antes, através da participação em movimentos sociais.

### 6.3 A POSSE DA CASA COMO SÍMBOLO E INSTRUMENTO DE AUTONOMIA

Como chegamos a comentar anteriormente, ao lado do trabalho remunerado, a posse da casa pelas mulheres vai representar um papel de extrema importância na sua auto-identificação como chefe de família, assim como vão abrir, na prática cotidiana, um leque de

possibilidades para o exercício de autonomia, independência da mulher não só frente a um eventual companheiro, como também diante dos filhos e outros parentes.

Algumas considerações sobre a questão da moradia devem ser feitas antes que adentremos na discussão. Em primeiro lugar, como frisamos desde o início, os bairros em que trabalhamos fazem parte de uma área de Salvador, estigmatizada por diversos ângulos. Com uma população majoritariamente negra, cujo acesso aos serviços básicos é extremamente limitado, a questão da moradia acabou se configurando como um problema que se desenrola por muito tempo. Boa parte das casas do Subúrbio Ferroviário de Salvador foram originadas de ocupações irregulares, conhecidas em geral como “invasões”. Desse modo, boa parte das entrevistadas que detêm a posse da casa, sobretudo algumas das mais velhas, começaram a construção de sua moradia nas etapas iniciais das ocupações, algumas delas com o passar do tempo foram se transformando em áreas que agregaram maior quantidade de serviços disponíveis (asfaltamento, rede de esgoto, etc.) como é o caso da Rua Vila São Bento em Rio Sena, outras áreas entretanto continuam carentes de serviços básicos como é o caso por exemplo das casas que visitamos nos arredores do Parque São Bartolomeu, proximidades de Plataforma.

No período das entrevistas, a maior parte das mulheres detinham a posse da casa. Algumas por herança de mãe ou pai, outras cedidas por parentes, compradas durante o casamento (caso principalmente de parte das viúvas), compradas pelas próprias mulheres sozinhas ou ainda construídas por elas em terreno de “invasão”. Nos outros casos, como já nos referimos aqui, em quantidade bem menor, eram casas alugadas, do companheiro ou, ainda, dos pais idosos residentes nos domicílios.

O processo, entretanto que levou boa parte delas a possuir o imóvel não se deu, geralmente, de modo harmonioso. Como conta ainda D. Janete, citada anteriormente, quando se casou com o primeiro marido, nenhum dos dois tinha condições de comprar uma casa, viviam assim em casa de aluguel, ou de favor em casa dos parentes do marido. Mas, em determinado momento, já com vários filhos ela tomou a iniciativa de ocupar um terreno, como narra:

*“[...]Depois apareceu essa invasão aqui que hoje eu estou. Eu mesmo criei coragem e disse: eu vou lá meti a mão peguei um facão e vim aqui, primeiramente ele chegou, não gostou, mas depois ele viu que o terreno era lindo quando a casa estava quase toda pronta de taipa também ele vendeu para um colega sem eu nem saber que quando soube que ele tinha vendido ele foi trabalhar de noite, eu peguei minhas coisas com meu filho e vim para dentro da casa somente com as paredes e o telhado as portas me tinha uma táuba e aí eu dormi com meus filhos lá dentro quando ele chegou: aí já*

*vendi, e disse: daqui não saio, o e aí ele teve que devolver o dinheiro para o homem e hoje estou aqui nessa invasão. Mas que foi difícil foi, ele vendeu a de lá, comprou essa daqui eu virei concreto aqui na frente porque a maioria das pessoas que são antigas aqui sabe, fiz serragem foi bom que um aprendi a fazer serragem porque quando a gente se separou ele queria voltar e eu não queria ele pegou e me botou aqui e ficou em cima depois ele vendeu a de cima e eu fiquei com essa que é tanto que tem um documento que ela minha que eu posso vender a hora que eu quiser foi um sofrimento mas quase que eu fico sem essa que ele queria vender tudo mas só que eu não assinei o papel nenhum mas foi muito sofrimento para chegar até aqui e ele está assim começando a rachar e eu estou precisando de consertar mas cadê o dinheiro?”*

**(Janete, 50 anos)**

Casos como esse em que a mulher, ainda convivendo com o companheiro decide não só tomar a iniciativa de ocupar um terreno, como de fato se encarregar da construção da casa, de taipa ou de madeira não é incomum. No decorrer deste trabalho já mencionamos alguns casos, e outros foram narrados pelas mulheres, sobretudo, entre aquelas com mais de 50 anos.

Dessa forma, lembrando a discussão feita por Woortmann (1987, p. 68), a posse da casa por parte das mulheres, seja por herança, ocupação, ou outra forma, acaba não só por beneficiar as mulheres no jogo de relações dentro da família como, de forma mais ampla, vai alterar substancialmente a maneira como a reelaboração dos papéis sexuais entre os grupos domésticos se processa.

#### 6.4 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES - QUANDO GÊNERO, RAÇA E CLASSE SE ARTICULAM DE MODO CRUEL

A proposta nesse tópico não é fazer um exercício teórico sobre a questão da violência contra mulheres, engendrada no ambiente doméstico, mas antes analisar como, a partir das narrativas das mulheres entrevistadas, a violência se mostra como uma das faces mais terríveis da intersecção de diversos eixos de opressão como o de gênero, raça e classe. O que não quer dizer, obviamente, que tenha sua ocorrência vinculada a uma classe ou etnia específica. Aliás, como diversos estudos mostram, a violência contra a mulher apresenta uma frequência relevante também entre famílias de classe média. Apesar disso, procuramos considerar aqui, como num contexto de classe e sócio-econômico definido, a questão da violência de gênero dialoga com outros eixos de opressão, como é o caso do eixo de raça e mesmo de classe.

Em primeiro lugar, é preciso salientar que a visibilidade dos casos de violência doméstica contra a mulher, idosas/os e crianças, permitida pelo estímulo às denúncias e

principalmente a uma série de ininterruptas campanhas de movimentos sociais, sobretudo feministas e de proteção à criança, vão deixar em evidência também a desconstrução de um mito muito enraizado nas representações acerca da família: a idéia da casa e da própria família como espaço exclusivamente de proteção, abrigo e harmonia. Obviamente, paralela às relações de ajuda mútua e afeto, convive também a dimensão do conflito que, marcados por eixos de geração e gênero, principalmente, vão criar vulnerabilidades específicas para determinados membros da família. A violência doméstica será entendida assim, como as práticas e condutas ofensivas “realizadas nas relações de afetividade ou conjugalidade hierarquizadas entre os sexos, cujo objetivo é a submissão ou subjugação, impedindo ao outro o livre exercício da cidadania” sendo a violência doméstica contra mulheres uma expressão da violência de gênero (CAMPOS e CARVALHO, 2006, p. 413).

Em nosso caso, discutiremos especificamente a questão da violência cometida nas relações conjugais, citada por oito das entrevistadas, o que corresponde a 1/4 do total. Há que se dar atenção para o fato de que em nosso roteiro de entrevista não havia um tópico que questionasse especificamente a situação de violência doméstica. Havia sim uma motivação pra que as mulheres contassem sua trajetória na família, de forma que os episódios violentos foram narrados dentro da descrição das suas experiências conjugais.

Conversar sobre a violência a que foram vítimas nem sempre é um assunto fácil, de forma que entre as mulheres aqui citadas, algumas faziam questão de não aprofundar a conversa quando tocavam neste assunto, afirmando que certas coisas “não gostam nem de lembrar”. De fato, esse elemento deve ser levado em conta também para levantarmos a possibilidade de que algumas das outras mulheres possam ter passado por experiências de violência no âmbito conjugal e tenham preferido não comentar o assunto durante a entrevista. Outras mulheres, entretanto, ao narrarem os casos de violência que sofreram preferem contar com detalhes como se o momento da entrevista fosse mesmo um espaço de denúncia do agressor, denúncia esta que em nenhum dos casos citados chegou a ser formalizada.

Interessante notar, entre as nossas entrevistadas, que a maior parte dos casos de violência são narrados no passado, ou seja, em casos de união conjugal anterior. Apenas uma das mulheres, que inclusive citamos antes, afirma ainda sofrer agressão verbal e psicológica do companheiro. No caso dela, entretanto a versão que conta contrasta com as narrativas de pessoas da vizinhança, inclusive, outros homens e mulheres com quem eventualmente conversei, justamente enquanto procurava a sua casa. O fato é que durante a entrevista, D. Iraildes – 49 anos, atualmente com problemas graves de saúde – comenta que sofre muito com o atual companheiro, alcoólatra e que constantemente a agredia, inclusive sendo ele alvo

da vizinhança numa dada ocasião, quando ao agredi-la quase foi linchado pelos moradores. Quando perguntei que tipo de agressão sofria, ela me disse que ele “apenas” xingava, e a “tratava mal”, mas tentou explicar que ele não a agredia fisicamente, como se somente a agressão física se constituísse de fato, em violência.

Na mesma ocasião, ao entrevistar outras mulheres da proximidade, notei um comentário em relação ao companheiro agressor e a mulher, coisas do tipo “coitada, apanha que chega dá pena” ou ainda “ele nem respeita que ela está doente, ninguém aqui gosta dele”. Outra questão que fica clara é a dificuldade já discutida, tanto pela militância pelos direitos da mulher, quanto por especialistas da área, da vítima sair do círculo vicioso em que a violência doméstica se configura.

Como afirma Saffioti (2001, p.59) a crença altamente difundida entre as mulheres, de que o marido/companheiro agressor deixará algum dia de ser violento, acaba por permitir que a mulher lhes ofereça sucessivas “novas chances” dificultando a catarse, fazendo com que a escalada da violência prossiga. De fato, as mulheres que relataram casos de violência física contam que as brigas que começaram com agressões verbais, tapas, privação de comida, chegaram até mesmo a espancamentos, ameaças e tentativas de assassinato, até mesmo incêndio criminoso provocado, não só contra a mulher, como também de seus filhos, como narrou Sônia, 40 anos, que apesar disso não denunciou o então marido.

Essa dificuldade fica clara também nas outras narrativas sobre o fato. Além de não haver entre nossas entrevistadas nenhum caso de denúncia formal numa delegacia especializada, a própria decisão pela separação, quando tomada pela mulher (maior parte dos casos), demorou muitos anos. Anos em que a violência só fazia tomar contornos cada vez mais intensos. É o caso de D. Nilza, 50 anos. Segundo ela, o casamento já apontava sinais que não dava certo antes do fim do primeiro ano, ao longo dos anos pensou diversas vezes na separação que só foi definitivamente levada a cabo após 23 anos de convivência. No caso dela, embora não tenha havido uma denúncia de agressão em delegacia da mulher, no processo de separação legal as agressões sofridas do marido acabaram sendo uma das alegações aceitas pela Justiça para que este deixasse a casa, coisa que segundo ela, resistia em fazer.

*“Com mais ou menos quinze anos de casada o casamento já tava pior ainda, e aí eu ainda não pensava numa separação porque os meninos estavam pequenos. Com sete anos de casada, eu aceitei Jesus, criei também meus filhos no caminho do Senhor, hoje os dois são evangélicos. Quando o casamento completou vinte e três anos, já não dava mais pra suportar, aí foi quando eu pedi a separação. Eu sofria espancamento,*

*agressões verbais, quebra-quebra dentro de casa, foi quando eu tomei a decisão de me separar. Ele disse que não ia sair. Eu já trabalhava, ganhava pouco, mas trabalhava, era secretária... eu fui pra a Justiça e o juiz obrigou ele a sair.”*

*(Nilza, 50 anos, auxiliar de enfermagem)*

Também entre as nossas entrevistadas, assim como em outras pesquisas (Mendes, 2005, p. 209), pudemos notar que apesar da ocorrência de violência contra as mulheres esta não se dava sem resistência por parte delas. A demora na separação ou mesmo a não formalização de denúncias por parte de nossas entrevistadas não eram sinônimo de passividade das mulheres diante da violência, de forma que o revide durante as brigas e agressões não eram raros entre as narrativas das mulheres.

Nesse ponto uma questão fundamental vem à tona: quais são, nas situações relatadas, as principais motivações expressas e implícitas da violência contra as mulheres? Em geral, assim como em outras pesquisas sobre chefia familiar feminina em contexto de pobreza, a violência perpetrada contra as mulheres, que já carrega consigo o código das representações de assimetrias de gênero, vai ser bastante influenciada pela tensão que se configura nessas famílias entre o homem/esposo, que diante das crises econômicas, desemprego e outras questões, já não consegue dar conta dessas representações de gênero, e a inserção cada vez mais intensa das mulheres no mercado de trabalho e na condição de provedora da família.

*“Não, eu já assumia [as despesas da casa] porque ele trabalhava no Mercado Modelo não tinha uma renda boa e não queria que eu trabalhasse. Mas aí que decidi que eu tinha que trabalhar, a gente brigava muito, e íamos aos tapas ele era muito agressivo aí eu fui trabalhar para ter meu próprio dinheiro e daí eu comecei a trabalhar, meu filho caçula tava com um ano e pouco. Ele ainda rasgou minha roupa e colocou minhas coisas no meio da rua mas mesmo assim fui para casa dois outros trabalhar, trabalhei um bocado de tempo quando a gente se separou e já estava trabalhando.”*

*(Janete, 50 anos)*

Dessa forma, podemos dizer que a opressão de classe, a pesar de não ser o motivador da violência doméstica, se articula com a dimensão de gênero configurando novas tensões no ambiente doméstico onde o homem tem dificuldades de assumir o seu tradicional papel de provedor. Como lembra Saffioti (2003, p.32), o desemprego para os homens, em muitos casos, chega a ser uma desonra e, se este não é o único fator que explica o crescimento da violência doméstica, não podemos negligenciar o fato de que no quadro da ordem patriarcal de gênero, a perda do status de provedor, e as conseqüentes tensões mencionadas nesse contexto, são grandes motivadoras desse fenômeno.



Podemos, ao fim deste capítulo, confirmar a hipótese implícita de que a convivência com um companheiro consiste num diferencial importante a ser levado em conta ao falarmos da chefia familiar feminina. Mais que isso: torna-se visível que novos arranjos familiares despontam suscitando novas questões sobre a dinâmica de gênero e classe no seio das organizações familiares.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a questão da chefia familiar feminina é ter no horizonte a clareza de que estamos lidando com um objeto extremamente diversificado, principalmente porque o próprio contexto que perpassa sua existência – a família (ou as famílias?) - já é bastante complexo e rico de formas e significados. Desse modo procuramos, nesse trabalho, nos esforçar por empreender uma análise que articulasse os diferentes eixos de subordinação que perpassam a construção dos sujeitos sociais, nesse caso, sobretudo, a mulher chefe de família.

Uma das questões que justificaram essa preocupação é o próprio contexto socialmente desigual, racista e sexista que caracteriza a realidade brasileira. Procuramos, assim, desenvolver a pesquisa buscando compreender como alguns dos principais eixos de subordinação se articulam no exercício da chefia familiar, e em que medida essas dimensões se traduzem em maiores dificuldades ou, paradoxalmente, numa abertura de possibilidades para novas formas de se pensar a família e o papel que a mulher, sobretudo em nosso contexto - a mulher negra e pobre, tanto no âmbito privado das relações, quanto na sua dimensão pública.

A análise das entrevistas mostrou que é possível perceber mudanças significativas no jogo de poder dentro das famílias onde a chefia é exercida pela mulher negra e pobre. Ainda que as tensões sejam recorrentes no espaço familiar, pudemos notar nos grupos domésticos estudados que o poder de decisão é em geral exercido pela mulher, ainda que convivam com membros do sexo masculino, notando, no entanto que as tensões vão aparecer com menos frequência quando esses membros são seus filhos, e com maior intensidade se são cunhados, ou mesmo companheiros.

As trajetórias familiares dessas mulheres vão sinalizar também outros aspectos que dizem respeito às formas pelas quais a responsabilidade econômica pela casa vai se transformando gradativamente em maiores possibilidades de decisão dentro do ambiente doméstico. Como dissemos em outra ocasião, o trabalho remunerado será um elemento de fundamental importância na intensificação do poder decisório por parte das mulheres, mas nem de longe é o único, afinal as tensões e conflitos de gênero, as demarcações e resistências feitas pelas mulheres ao longo de suas trajetórias serão também imprescindíveis para a compreensão do papel que hoje desempenham em suas famílias, de modo que as mudanças nos padrões de relações entre os gêneros que têm se processado ao longo do tempo são outro fator para pensarmos o empoderamento feminino também nas famílias pobres e negras. Tanto

assim que, como discutimos no capítulo quatro, a narrativa das mulheres maduras e jovens se diferencia sobremaneira daquelas mais velhas no que diz respeito ao enfrentamento de conflitos e restrições de gênero impostas por seus companheiros como a inserção no trabalho remunerado fora de casa, para exemplificar uma das questões.

Apesar dessa maior abertura e do próprio reconhecimento dos membros da família em relação ao papel desempenhado pela mulher, tanto no caso das mais jovens como das idosas – reconhecimentos que nesse aspecto se diferenciam principalmente por questões ligadas às relações entre as gerações - vamos encontrar certas permanências nas relações de gênero no interior das famílias sobretudo quando o assunto é a divisão sexual do trabalho doméstico, que em geral continua como tarefa quase que exclusiva das mulheres, embora estas demonstrem cobrar bastante dos outros membros da casa novas posturas e não se conformarem com a sobrecarga de trabalho (remunerado mais o trabalho doméstico) a que são submetidas, sem contar o trabalho com educação dos filhos quando pequenos, que raramente é partilhado pelo companheiro, que quando o faz é de modo esporádico e com a justificativa da impossibilidade objetiva da mulher exercer aquela função.

O que procuramos enfatizar, entretanto, é que a despeito das condições precárias que as mulheres entrevistadas e suas famílias, em sua maioria, estão inseridas principalmente no tocante à habitação e ao trabalho, além das opressões diferenciadamente experimentadas por elas no que diz respeito sobretudo às relações raciais e de gênero, é preciso notar que por mais ambígua e complexa que pareça uma situação de empoderamento vai se configurando e se intensificando nesse contexto de chefia familiar, onde a mulher negra e moradora do Subúrbio em suas diversas e precárias formas de inserção no mercado de trabalho e seus tortuosos mais consecutivos caminhos na busca pela moradia vão se reconstruindo como sujeitos ativos de suas trajetórias, de modo a ser comum reafirmarem durante as entrevistas a legitimidade de suas decisões na casa (morando com companheiro ou não) por ser ela a dona da casa e quem a sustenta, em geral, quase que exclusivamente.

Assim, ao procurar entender como as dimensões de raça, classe e gênero atuam nas trajetórias das mulheres e suas famílias, e como as articulações desses eixos dinamicamente restringem e abrem possibilidades nas suas vidas concretas, vamos encontrar a questão da inserção no mercado de trabalho e a relação com a trajetória escolar das mulheres. Num mercado de trabalho formal que tende a restringir o acesso das mulheres e das negras e negros a melhores condições de inserção, a pesquisa demonstrou, assim como outros levantamentos sobre o assunto, o quanto este fator é agravado pela questão da baixa escolaridade, que por

sua vez se relaciona intimamente com os diferenciais de acesso e permanência da população negra e pobre a uma vida escolar estável e mais prolongada, situação agravada no caso das mulheres negras entrevistadas, algumas oriundas do interior, e outras, mesmo nascidas na capital, sofreram desde a infância a exploração a partir do trabalho informal e precário.

No tocante à escolaridade é interessante ressaltar que o fator geração influencia sobremaneira nas realidades experimentadas pelas mulheres. O acesso restrito à escola para as mulheres mais velhas diferencia-se da situação enfrentada pelas mais jovens com o maior acesso e incentivo ao ingresso na vida escolar, a despeito dos obstáculos que jovens negras e pobres continuam enfrentando para garantir essa pretensa permanência na escola.

O trabalho doméstico é destacado também pelo seu potencial ambíguo: marca uma tripla exploração de classe, de gênero e de raça, já que não só a maior parte das empregadas domésticas é negra, como sofrem discriminação de raça, e até sinalizam para casos de assédio no ambiente de trabalho, sobretudo cometidos pelos “patrões”. Ao passo que é símbolo de relações extremamente conflituosas no que diz respeito aos eixos de opressão experimentados pelas mulheres negras que se inserem nessa ocupação, o contexto de preterimento em relação ao mercado de trabalho formal tanto para as mulheres como para os homens negros vai acabar transformando o trabalho doméstico das mulheres negras, como alternativa ao desemprego, em uma possibilidade de exercício de autonomia diante do companheiro constantemente desempregado. Embora estejamos dando uma grande ênfase ao trabalho doméstico, diante de sua recorrência na trajetória ocupacional das mulheres entrevistadas, o trabalho informal em geral (produção e venda de lanches e doces, coleta de material para reciclagem etc.) vai ter uma importância significativa para o exercício de autonomia das mulheres que não conseguiram se inserir no mercado de trabalho formal.

A propósito de como o eixo de raça é evidenciado dos depoimentos das mulheres, é preciso frisar que a despeito desta categoria ser extremamente relevante em seus cursos de vida, nas suas trajetórias individuais e sociais, alguns “silêncios” sobre o assunto são sentidos de forma nítida, sendo eles reveladores das relações sociais no Brasil, onde o mito da democracia racial ainda tem eco no imaginário social, colocando a problemática do racismo no terreno do tabu. Embora este seja um processo em transformação, seus traços ainda estão presentes dificultando a percepção da intensidade do racismo no cotidiano da população negra, dependendo do recurso metodológico que é utilizado.

Além disso, a análise aqui empreendida permite-nos falar em sentidos diferenciados de “estar” chefe de família nos diferentes momentos da trajetória das mulheres. Com a maternidade e o cuidado com os filhos como um dos principais definidores da produção de

sentido do se sentir chefe de família, na narrativa das mulheres, vamos encontrar pelo menos três orientações em suas falas: entre as mais jovens, o trabalho (e a conseqüente provisão econômica da casa) e a criação dos filhos serão os principais elementos definidores da representação do que seja chefe de família. Entre as maduras, a preocupação com os filhos é um pouco menos recorrente, embora ainda seja citada por muitas delas, mas a manutenção econômica da casa e a independência serão os grandes eixos em torno dos quais se engendra o discurso de identificação como chefe de família. Por fim, entre as mulheres mais velhas, não é necessariamente o trabalho, ou a manutenção da casa que definirão seu discurso de identificação como chefe, ainda que seja a sua aposentadoria ou pensão que dê conta dessa dimensão, mas necessariamente o reconhecimento dos filhos e outros membros do grupo doméstico de seu papel dentro da família, o que professora Alda Britto da Motta se referiu como “ascendência moral”.

Assim se novas posturas e possibilidades vão sendo construídas no jogo de relações de gênero, raça, classe e mesmo de geração entre as mulheres chefes e suas famílias, é preciso admitir e enfrentar ainda questões extremamente delicadas como é o caso da violência contra mulheres no ambiente doméstico. Além disso, como mostramos, os estudos sobre família e suas novas configurações e relações têm crescido bastante, e ao contrário de estarmos perto de esgotar todas as questões que este campo propõe, novas interrogações e espaços para análises são abertos. Para nós uma dessas questões que podem desafiar novas pesquisas é a chefia familiar feminina com presença de companheiro, assim como as chefias compartilhadas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ângela Mendes de. **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ; Espaço e tempo, 1987. 136p.

ALVES, Andréa Moraes. Algumas reflexões sobre sexo, idade e cor. **Caderno CRH**, Salvador, v.17, n.42, p. 357-364, set/dez, 2004.

ÁVILA, Maria Betânia. Notas sobre o trabalho doméstico. In: LIMA, Maria Ednalva B; COSTA, Ana Alice et al (Orgs.). **Transformando as relações trabalho e cidadania: produção, reprodução e sexualidade**. Salvador: UFBA/NEIM, 2007. v. 1. p. 129-142.

AZEREDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. **Revistas Estudos Feministas**, Florianópolis, Ano 2, Número Especial, p. 203-216, 2º semestre, 1994.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 2, p.458-463, 2º semestre, 1995.

BARRETO, Vanda Sá; SANTOS, Luiz Chateaubriand Cavalcanti dos. Chefias femininas na RMS: a persistência das desigualdades entre negras e brancas. **Bahia: Análise & Dados**, Salvador, v. 15, n. 4, p. 553-562, mar., 2006.

BARROSO, Carmem. Sozinhas ou mal-acompanhadas: a situação das mulheres chefes de família. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABEP, 1., 1978, São Paulo. **Anais...** Campos do Jordão: ABEP, 1978. p. 456-472.

BERQUÓ, Elza. Pirâmide da solidão? notas muito preliminares. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 5., 1986, São Paulo. **Anais...** Águas de São Pedro: ABEP, 1986. p.1-10.

BIDERMAN, Ciro; GUIMARÃES, Nádyra Araújo. Na ante-sala da discriminação: o preço dos atributos de sexo e cor no Brasil (1989-1999). **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v.12, n.2, p.177-199, mai/ago, 2004.

BILAC, Elisabete D. Convergências e divergências nas estruturas familiares no Brasil. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, Vértice/ANPOCS, p. 70-94, 1991.

BORGES, Ângela. Reestruturação produtiva, família e cuidado. In: BORGES, Ângela; CASTRO, Mary Garcia (Orgs.). **Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais**. São Paulo: Ed. Paulinas, 2007. 231p.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Petrópolis, Editora Vozes, 1998. 315p.

\_\_\_\_\_. **A profissão do Sociólogo: preliminares epistemológicos**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1999. 328p.

BRITES, Jurema. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **Cadernos PAGU**, Campinas, n.29, p.91-109, Jul/Dez, 2007.

CAMARANO, Ana Amélia. Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14.,2004, Minas Gerais. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2004. p.1-22.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. Envelhecimento, condições de vida e política previdenciária: como ficam as mulheres? In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002. Minas Gerais. **Anais...** Ouro Preto: ABEP, 2002. p.1-30.

CAMPOS, Carmem H. de; CARVALHO, Salo. Violência doméstica e Juizados Especiais Criminais: análise a partir do feminismo e do garantismo. **Revistas Estudos Feministas**. Florianópolis, v.14,n.02, p.409-422, mai/ago, 2006.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. **Revistas Estudos Feministas**. Florianópolis, Ano 3, n. 2, p.544-553, 2º semestre, 1995.

CARLOTO, Cássia Maria. A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Florianópolis, n. 4, p.1-17, dez., 2005.

CARVALHO, Inaiá Maria M. et. al. Polarização e segregação socioespacial em uma metrópole periférica. **Caderno CRH**, Salvador, v.17, n. 41, p281-297, mai/ago., 2004.

CASTRO, Mary Garcia. "Feminização da pobreza" em cenário neoliberal. In: GALEAZZI, I. M. S. **Mulher e trabalho**. Porto Alegre: FEE, 2001.v.1, p.90-96.

CASTRO, Nadya A.; GUIMARÃES, Iracema B. Divisão sexual do trabalho, produção e reprodução. In: SIQUEIRA, Deis E. (Org.). *Relação de trabalho, relação de poder*. Brasília: Ed.: UnB, 1997. P.177-209.

COLLINS, Patrícia Hill. **Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. New York: Routledge. 2000. 356p.

CORRÊA, Mariza. Repensando a Família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas e organização familiar no Brasil. In: CORRÊA, M. (Org.). **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1981. P.13-38.

\_\_\_\_\_. O mistério dos orixás e das bonecas: raça e gênero na antropologia brasileira in: **Antropólogas & Antropologia**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. P.163-185.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revistas Estudos Feministas**, Florianópolis, Ano 10, n.1, p.171-188, 1º semestre, 2002.

DIEESE. O Trabalho da População negra. **A Situação do Trabalho no Brasil**. São Paulo, 2001. 352p.

\_\_\_\_\_. A mulher negra no mercado de trabalho metropolitano: inserção marcada pela dupla discriminação. **Estudos e Pesquisas, São Paulo**, Ano 2, n. 14, p.1-8, nov., 2005.

\_\_\_\_\_. **O emprego doméstico**: uma ocupação tipicamente feminina. Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero e Raça, Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego (GRPE). Brasília: OIT - Secretaria Internacional do Trabalho, 2006. Cadernos GRPE, n.3

\_\_\_\_\_. Escolaridade e trabalho: desafios para a população negra nos mercados de trabalho metropolitanos. **Estudos e Pesquisas**, São Paulo, Ano 3, n. 37, p.1-34, nov. 2007.

ESPINHEIRA, Gey. Pesquisa: sociabilidade e violência: criminalidade na vida cotidiana do Subúrbio Ferroviário de Salvador. In: ESPINHEIRA, Gey. (Coord.). **Sociabilidade e Violência**. Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 2004. P.13-75.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Ed. Global, 2005. 719p.

FUKUI, Lia F. G. Estudos e Pesquisas sobre Família no Brasil. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, São Paulo**, n.10, p.13-23, 1980.

GASKELL, George. Entrevistas Individuais e grupais. In: BAUER; M.; GASKELL, G. (Ed.) **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som – Um manual prático**. Ed. Vozes, Petrópolis, 2003. P.64-89.

GOLDANI, Ana Maria. As famílias no Brasil e o mito da desestruturação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.1, p.67-110, janeiro, 1993.

\_\_\_\_\_. Famílias e gêneros: uma proposta para avaliar (des)igualdades. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12.,2000, Caxambu, **Anais...** Minas Gerais: ABEP, 2000. P. 1-20.

GOMES, Nilma Lino. Caminhando com Ruth Landes pela cidade das mulheres. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.). **Brasil afro-brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. P.231-252.

GONH, Maria da Glória. Redes de associativismo em São Paulo e a questão da moradia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13., 2007, Recife. **Anais...** Recife: SBS, 2007. P. 1-18.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. São Paulo, Ed. 34; FUSP – Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 1999. 240p.

\_\_\_\_\_. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, p. 93-107, Jan./Jun., 2003.

GUIMARÃES, Nádyá Araújo. Gênero e Trabalho. **Revistas Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12 , n.2, p.145-146, maio-ago., 2004.



GUIMARÃES, Iracema Brandão. Características de um mercado de trabalho e participação familiar. **Caderno CRH**, Salvador, n. 14, p.31-46, jan./jul.,1991.

\_\_\_\_\_. Diferenciação dos arranjos domiciliares e espaço social urbano. **Caderno CRH**, Salvador, v.18, n. 43, p.57-70, jan./abr., 2005.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revistas Estudos Feministas**, Florianópolis, Ano 1, 1º semestre, p.7-14, 1993.

HASEMBALG, C. Entre os mitos e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. **Revista Dados**, v. Rio de Janeiro, v.38, n. 2, p.355-374, 1995.

HIRATA, H; KERGOAT, D. A divisão do trabalho revisitada. In: Maruani, M.; HIRATA, H. (Org.) **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado do trabalho**. São Paulo: SENAC, 2003. P. 111-123.

HITA, Maria Gabriela. "**As casas das mães sem terreiro: etnografia de modelo familiar matriarcal em bairro popular negro da cidade de Salvador**". 2004. 337f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, 2004.

KLEIM, Clarin. A produção da maternidade no Programa Bolsa-Escola. **Revistas Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 13, n.1, p.31-52, jan/abr., 2005.

\_\_\_\_\_. Mulher e família no Programa Bolsa-Escola: maternidades veiculadas e instituídas pelos anúncios televisivos. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.29, p.339-364, jul/dez, 2007.

KUSSAMA, Ligia. Revisitando os estudos feministas de ciência: anotações sobre a “ciência sucessora”; usos do passado. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 12., 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUH, 2006. P. 1-4.

LANDES, Ruth. **A cidade das mulheres**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2002. 352p.

MACÊDO, Márcia S. **Tecendo os fios e segurando as pontas: trajetórias e experiências entre mulheres chefes de família em Salvador**. 1999. 185f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 1999.

MACEDO, Macia dos Santos. Gênero, família e chefia feminina: algumas questões para pensar. In: BORGES, Ângela; CASTRO, Mary Garcia (Org.). **Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais**. São Paulo: Ed. Paulinas, 2007. 231p. p.136-177.

\_\_\_\_\_. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p.389 – 404, maio/ago, 2008

MARCELIN, Louis H. A invenção da família afro-americana: família, parentesco e domesticidade entre os negros do Recôncavo da Bahia. 1996. 325f. Tese (Doutorado) - PPGAS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

MOTTA, Alda Britto da. Emprego doméstico: revendo o novo. **Caderno CRH**, Salvador, v.5, n. 16, p.31-49, jan/jun, 1992.

MOTTA, Alda Britto da. Família e gerações: atuação dos idosos hoje. In: BORGES, Ângela; CASTRO, Mary Garcia (Orgs.). **Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais**. São Paulo: Ed. Paulinas, 2007. 231p.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. **Família e Sociedade na Bahia do século XIX**. Brasília: Ed. Corrupio, 1988. 212p.

MENDES, M. A.. Mulheres chefes de família: a complexidade e ambigüidade da questão. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto. **Anais...** Minas Gerais: ABEP, 2002. P.1-13.

\_\_\_\_\_. **Mulheres chefes de família em área de ZEIS: gênero, poder e trabalho**. 2005. 296f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

\_\_\_\_\_. Gênero e poder no âmbito da chefia feminina: uma proposta teórica de análise. **Veredas FAVIP- Revista Eletrônica de Ciências**, Caruaru, v. 1, n. 1, p.41-55, jan./jun., 2008.

MONTALLI, Lilia. Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres chefes de família sob a precarização do trabalho e do desemprego. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Minas Gerais. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2006. P.223-245.

NOBRE, Mirian. Trabalho doméstico e emprego doméstico. In: COSTA, Ana Alice et. al. (Org.) **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT Brasil, 2004. P.61-70.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Chefia feminina de domicílio como indicador de feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres pobres. In: SEMINÁRIO: AS FAMÍLIAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL. Belo Horizonte, 2005. P.1-19.

PACHÊCO, Moema de Poli. T. A Família Negra: exame de algumas questões. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n.13, p.100-107, 1987.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. Raça, gênero e relação sexual-afetivas na produção bibliográfica das ciências sociais brasileiras: um diálogo com o tema. **Afro - Ásia**, Salvador, n. 34, p.153-188, 2006.

\_\_\_\_\_. **Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar**”: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. Campinas, 317f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

PARSONS, Talcott et al. **Family: socialization and Interaction process**. London: Routledge & Kegan Paul, 1956. 421p.

PEARCE, Diane .The feminization of poverty: women, work and welfare. **Urban and Social**

**Change Review**, Washington, n.11, p.28-36, feb., 1978.

PIMENTEL, Gladys Santos. **Coração suburbano**: o pulsar da cidade que a cidade não conhece. 1999. 92f. Projeto Experimental (Bacharelado) - Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

PINHO, Osmundo de Araújo; FIGUEIREDO, Ângela. Idéias fora do lugar e lugar do negro nas ciências sociais brasileiras. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, Ano 24, n. 1, p. 189-210, 2002.

PISCITELLI, Adriana. Sexo Tropical: comentários sobre gênero e “raça” em alguns textos da mídia Brasileira. **Cadernos PAGU**, Campinas, v. 6/7, p. 9-35, 1996.

REDE FEMINISTA DE SAÚDE. **Violência doméstica**: a face perversa das relações de gênero. São Paulo, 2002. 10p.

SAFFIOTI, H. I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina O.; BRUSCHINI, Cristina. (Orgs.). **Uma questão de gênero**. São Paulo; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, Fundação Carlos Chagas, 1992. 336p.

\_\_\_\_\_. Violência doméstica: questão de polícia e da sociedade. In: CORRÊA, M. (Org.). **Gênero e cidadania**. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, 2001. P. 59-69.

\_\_\_\_\_. Violência estrutural e de gênero: mulher gosta de apanhar? In: **Diálogos sobre violência doméstica e de gênero**: construindo políticas públicas. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2003. P. 27-38.

SAMARA, Eni de Mesquita. A família negra no Brasil: escravos e libertos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6., 1988, Recife. Anais... Olinda: ABEP, 1988. v.3. p. 39-58.

\_\_\_\_\_. Mulheres chefes de famílias no Brasil: séculos XIX e XX. In: PRÉ-CONGRESSO DO ENCONTRO NACIONAL DA ABEP, 13., 2002, Ouro Preto, **Anais...** Minas Gerais: ABEP, 2002.

SARDENBERG, Cecília M. B. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: COSTA, Ana Alice A; SARDENBERG, Cecília M. B (Orgs.). **Feminismo, Ciência e Tecnologia e outras questões feministas**. Salvador. REDOR/NEIM – FFCH/UFBA, 2002.320p..

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul./dez., 1990.

SCOTT, P. R. Mulheres chefes de família: abordagens e temas para as políticas públicas. In: PRÉ-EVENTO MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA: CRESCIMENTO, DIVERSIDADE E POLÍTICAS. Ouro Preto(MG), [s. n.], 2002.

SOARES, Antônio Mateus. Territorialização e pobreza em Salvador – BA. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v.4, n.2, p.17-30, dez., 2006.

SOUZA, Ângela Gordilho. Favelas, invasões e ocupações coletivas nas grandes cidades brasileiras: (re)qualificando a questão para Salvador- BA. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, n. 5, p.63-89, 1º semestre, 2001.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. Os usos do gênero. In: **Relações sociais de gênero x relações de sexo**. São Paulo: NEMGE – Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero, 1989. P.183-191.

\_\_\_\_\_. Mulheres: uma nova identidade. In: SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura; Brasiliense, 1991. 285p. p.247-251.

\_\_\_\_\_. Igualdade imaginada. In: SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo, Brasiliense, 1991. 285p. p.253-262.

STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero, assim como raça está para etnicidade?’. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n.20, p. 101-119, jun. 1991.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará; Ford Foundation, 2003. 347p.

TERUYA, Marisa Tayra. A família na historiografia brasileira: bases e perspectivas teóricas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu (MG). **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2000. P.1-25.

WOORTMANN, Klaas. **A família das mulheres**. Rio de Janeiro: CNPq; Brasília: Tempo Brasileiro, 1987. 316p.

WOORTMANN, K. A. A. W.; WOORTMANN, E. F. Monoparentalidade e chefia feminina: conceitos, contextos e circunstâncias. In: PRÉ-EVENTO MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA: CRESCIMENTO, DIVERSIDADE E POLÍTICAS. 2002, Ouro Preto(MG). **Anais...**Ouro Preto-MG: CNPD; FNUAP; ABEP, 2002. P. 1-99.

# **ANEXOS**

## ANEXO A - QUESTIONÁRIO PRELIMINAR

Questionário nº. \_\_\_\_\_

Entrevistada: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Tel.: \_\_\_\_\_

### *Caracterização da responsável pelo domicílio*

01- Qual a sua idade? \_\_\_\_\_

02- Tem filhos/as?

( ) Sim. Quantos? \_\_\_\_\_

( ) Não

03- Qual a sua cor ou raça? (\*)

\_\_\_\_\_

04- Sobre o ensino formal:

( ) Nunca cursou o ensino formal

( ) Cursou o ensino fundamental completo

( ) Cursou o ensino fundamental incompleto

( ) Cursou o ensino médio completo

( ) Cursou o ensino médio incompleto

( ) Curso superior incompleto

( ) Curso superior ou mais

05- No momento, a senhora tem ou não algum trabalho remunerado?

( ) Sim, tem algum trabalho remunerado.

( ) Não tem nenhum trabalho remunerado

06- Em caso positivo, descreva, por favor, a atividade exercida neste trabalho.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

07- Qual o tempo nesta ocupação? \_\_\_\_\_

08- Qual a renda proveniente deste trabalho? \_\_\_\_\_

09- E a renda total da casa? \_\_\_\_\_

10- Atualmente, convive com companheiro ou cônjuge?

( ) Sim (Tempo: \_\_\_\_\_) ( ) Não, mas já conviveu (Tempo: \_\_\_\_\_) ( ) Não, nunca conviveu

### *Composição do grupo doméstico*

11- Qual a idade de cada membro e a relação com a entrevistada?

Nº.	Nome	Idade	Relação com a chefe	ocupação
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				

### *Sobre a residência*

12- O imóvel em que moram é:

Alugado     próprio\*     Cedido\*\*

b) \*No caso de imóvel próprio identificar se é fruto de herança ou compra

---



---

c) \*\*No caso de imóvel cedido especificar quem cedeu

---



---



---

13- Quanto tempo moram neste imóvel? \_\_\_\_\_

Observações:

(\*) Cor/raça- classificação da pesquisadora \_\_\_\_\_

---



---



---



---



---



---



---



---

## ANEXO B - Roteiro de entrevista

Questionário nº. \_\_\_\_\_

Nome da entrevistada: \_\_\_\_\_

### 1 – Trajetória da Família

- 1.1- Me fale um pouco sobre sua família atualmente, quem são os membros? O que fazem?
- 1.2- Me conte um pouco de como foi sua experiência na constituição de sua própria família, quando e como começou?
- 1.3- Na casa quem é que paga as contas, assume as despesas?
- 1.4 - E que toma as decisões mais importantes em relação à casa, aos membros?
- 1.5- Qual foi o momento em que a senhora assumiu essa responsabilidade pela família? Como descreve esta experiência?

### 2 – Exercício da “chefia”

- 3.2 – A senhora pode descrever como é o seu dia-a-dia?
- 3.3 – Qual o lado bom e ruim de assumir essa responsabilidade pela família ou pela casa?
- 3.4- Como são distribuídos os afazeres domésticos entre os membros da casa?
- 3.5 – Existem conflitos dentro de casa? Que tipos de conflitos são estes? Como a senhora age nessas horas?
- 3.6 – Como descreve a relação da senhora os membros do sexo feminino?
- 3.7- E os do sexo masculino? (no caso de morar com companheiro pedir para especificar esta relação em particular).

### 4- Relações de gênero e raça e trajetória da chefe

- 4.1- Como foi a sua passagem pela escola? (descrever um pouco da trajetória escolar) (quando começou a estudar, se houve interrupções, até onde estudou ou estuda, etc.)
- 4.2- E como foi o seu percurso de busca ou mesmo de permanência em relação ao trabalho, antes e depois de assumir a responsabilidade pela casa/família?
- 4.3- O fato de ser mulher trouxe dificuldades ou facilidades em relação a essa sua passagem pela escola?
- 4.4- E em relação ao trabalho até aqui, o fato de ser mulher trouxe dificuldades ou facilidades?
- 4.4- E pelo fato de ser negra, você percebe alguma influência dessa questão na sua vida escolar, ou em relação ao trabalho (ou mesmo em algum outro sentido)?
- 4.5- A senhora já se sentiu tratada diferente por estar tomando conta da casa sozinha? Me conte um pouco.
- 4.6- E já houve algum tipo de tratamento diferente por causa de sua cor?
- 4.7- Me conte como foi que a senhora chegou a morar nesta casa. (Quais as dificuldades pra ter conseguido a moradia, como conseguiu, que tipo de questões precisou enfrentar).
- 4.8- A senhora participa de algum grupo religioso ou alguma associação de outro tipo? Quantos dias da semana a senhora se dedica a ele?
- 4.9- E na questão diversão. Como a senhora, sozinha ou com sua família, procura se divertir ou se “distrair”?
- 4.10 – No que diz respeito a manutenção da casa, quais as dificuldades, como a senhora procura equilibrar as despesas?



## **5- Avaliação da trajetória**

- 5.1- Como a senhora descreve a trajetória na sua família, em sua casa: Como era no início e como é agora?
- 5.2- Pra finalizar, a senhora se considera a chefe da casa/família?

## **ANEXO C – Lista de associações, comunidades religiosas e entidades visitadas.**

### 1 – Rio Sena e Adjacências

- a) Casa de Candomblé da Rua Vila São Bento
- b) Associação Criança e Família – Creche Comunitária
- c) Associação de Moradores de Volta Redonda

### 2- Plataforma e Adjacências

- a) Quilombo Kioiô
- b) Paróquia São Braz
- c) Projeto PlataForma

### ANEXO D – Quadro de caracterização das entrevistadas

Nome	Bairro	Idade	nº de filhos	Cor/Raça (auto-classificação)	Escolaridade de	Tem trabalho remunerado?	Qual atividade exercida?	convive com companheiro ou cônjuge?	Idade de cada membro da casa e relação com a entrevistada	Situação do Imóvel
<b>Jucélia C. S.</b>	Rio Sena – P. Grande	46	4	negra	Fundamental incompleto	Desempregada recentemente (vive da pensão do seu pai )	_____	Não, nunca conviveu.	Filho de 17 anos / estudante	Próprio (construído por ela em terreno herdado da mãe)
<b>Maria José J.P.</b>	Rio Sena (Direta do Cruzeiro)	44	2	negra	Fundamental completo e está estudando	sim	diarista	Não, mas já conviveu durante 14 anos (processo de Separação)	1 neto de 9 anos [ a filha de 24 que mora no fundo (trabalha num restaurante)]	Próprio – construiu durante o casamento no terreno que herdou da avó.
<b>Eraldir R.F.P</b>	Rio Sena	45	2	parda	Ensino médio Completo	sim	Atendente de nutrição no Hospital Espanhol	Não, mas já conviveu durante 9 anos.	2 filhas (19 e 18) estudantes e 1 neto (1 ano)	Próprio – comprada antes do casamento quando veio para a cidade
<b>Mirela L. S.</b>	Rio Sena (Escada)	20	3	negra	Fundamental incompleto	sim	Lava roupa de Ganho, faz e vende lanche para encomenda, vende produtos de beleza.	Sim, faz 5 anos.	1 filho de 3 anos; 2 filhas (5 e 1 ano) [estudantes] e o companheiro de 32 anos. desempregado	Próprio – herança da mãe da entrevistada.
<b>Luíza P.</b>	Rio Sena	43	7	morena	Fundamental incompleto	Faz bicos, mas afirmou não ter nenhum trabalho regular.	_____	Sim, 6 anos	Companheiro, desempregado (deficiência no braço) de 32 anos; 4 filhos (14, 11, 6 e 3 anos) estudantes exceto o mais velho	Alugado

Nome	Bairro	Idade	nº de filhos	Cor/Raça (auto-classificação)	Escolaridade	Tem trabalho remunerado?	Qual atividade exercida?	convive com companheiro ou cônjuge?	Idade de cada membro da casa e relação com a entrevistada	Situação do Imóvel
<b>Janete A.C.M.</b>	Rio Sena	50	4	parda	Fundamental completo	Sim (desempregada formalmente há 1 ano e 2 meses)	Revende produtos da AVON, e outras revistas; faz bazar de roupas usadas.	Sim, 18 anos (2ª união, viúva da primeira)	Companheiro, 35 anos desempregado há muitos anos. Os filhos já estão casados e já não moram.	Própria, construída durante o primeiro casamento.
<b>Iramildes L.S.</b>	Rio Sena (P. Grande)	50	2 (+ 1 falecida)	negra	Fundamental incompleto.	Não	(Encostada INSS)	Não, mas já conviveu (13 anos e 7 anos)	1 filha de 22 anos desempregada, uma irmã de 30 desempregada e a sua mãe de 74 anos aposentada.	Próprio (a casa é de sua mãe)
<b>Maria de Lurdes J.S.</b>	Rio Sena	61	4	negra	Fundamental incompleto	não	Viúva – recebe pensão	Não, mas já conviveu (foi casada legalmente durante 38 anos, mas conviveu menos de 10 anos)	1 filho desempregado de 34 anos; 1 neto de 10 anos; 2 netas (9 e 7 anos)	Próprio (ela invadiu o terreno há muitos anos e construiu a casa)
<b>Tânia Regina O. J.</b>	Rio Sena (P. Grande)	56	Não	negra	Curso superior completo (Direito – Legislação Trabalhista e Ciências da Computação mais recentemente)	não	Aposentada (Polícia Civil)	Não, mas já conviveu 18 anos (2 uniões conjugais)	Atualmente mora sozinha e cedeu a parte do fundo da casa para sua sobrinha com marido e filhos.	Próprio

Nome	Bairro	Idade	nº de filhos	Cor/Raça (auto-classificação)	Escolaridade de	Tem trabalho remunerado?	Qual atividade exercida?	convive com companheiro ou cônjuge?	Idade de cada membro da casa e relação com a entrevistada	Situação do Imóvel
<b>Ana S. C. S.</b>	Rio Sena	40	3	parda	Ensino médio completo	sim	Bicos como acompanhant e de idosas.	Não, mas conviveu 9 anos (ainda não se separou legalmente)	3 filhas estudantes cujas idades são 16, 13 e 12 anos.	Próprio-Herança das filhas por parte do pai (seu ex-companheiro)
<b>Mirian C. L. P.</b>	Rio Sena	45	6	negra	Fundamental incompleto	sim	Bicos como acompanhant e ou cuidadora de idosos	Não, mas conviveu 26 anos – VIÚVA (atualmente está namorando)	1 filho, 22 anos – construção civil/ 1 filha, 23 anos – reforço escolar/ 1 filho, 20 anos – desempregado/ 1 filho, 18 anos - aprendiz/ 1 filha, 16 anos (mora na casa com seu filho de 7 meses)	Próprio – compraram juntos quando o marido ainda vivia.
<b>Sônia C. A. S.</b>	Rio Sena	40	6	negra	Fundamental completo	sim	(trabalhava em casa de culto afro na primeira entrevista) faz unha e lava roupa de ganho	Não, mas já conviveu 8 anos	1 filho de 16 anos, 2 filhas de 2 e 5 anos (estudam) [uma filha mora com a sua mãe, e dois moram com a prima]	Próprio – herança da avó do filho (parte do pai)
<b>Daiane P. O. R.</b>	Rio Sena (P. Grande)	26	1 filha + grávida de um menino.	negra	Fundamental incompleto (participando do pró-jovem)	sim	Manicure – em casa e cuida do sobrinho	Sim, 5 anos (2ª união, na primeira conviveu 9 anos)	O companheiro de 24 anos (faz biscate) e a filha de 12 anos - estudante	Cedido pela tia (parte da casa da tia foi transformada em uma casa independente – fundo)
<b>Márcia C. B. S.</b>	Rio Sena	33	3	negra	Fundamental incompleto	sim	Faxina e bicos	Não, mas já conviveu 12 anos e 2 anos (2 uniões)	1 irmã, 32a: desemp. 1 cunhado, 39a: trab.; 2 sobr. (10a e 16a); 2 filhas (12a, 14 anos) e 1 filho de 10a.	Cedido pela mãe às duas filhas.

Nome	Bairro	Idade	nº de filhos	Cor/Raça (auto-classificação)	Escolaridade	Tem trabalho remunerado?	Qual atividade exercida?	convive com companheiro ou cônjuge?	Idade de cada membro da casa e relação com a entrevistada	Situação do Imóvel
Ana A.C.	Rio Sena	74	8	morena	Fundamental incompleto	não	aposentada	Não, mas já conviveu 45 anos (divorciada)	Mora sozinha na casa de baixo, mas cedeu a casa de cima para sua filha(42 anos).	Próprio – comprou o terreno e construiu a casa.
Neuza C. S.	Rio Sena	56	12	negra	Fundamental incompleto	não	_____	Não, mas já conviveu durante 20 anos (viúva)	1 filha, 26 anos e desempregada; 4 netas (10, 9, 4, 7 anos) e 1 neto de 5 anos	Próprio – herança do esposo falecido.
Rosa Virgínia S. R.	Plataforma (Bariri)	43	1	negra	Ensino médio completo	sim	Auxiliar de escritório – Fundação D. Avelar.	Não, nunca conviveu.	1 filho – 4 anos.	Próprio. – construída por ela em parceria com um programa da Associação de moradores local (terreno herança do pai)
Dejanira S. J.	Plataforma	55	2	preta	Fundamental completo	não	_____	Não, mas já conviveu 19 anos	1 filho de 34 anos – eletricista desempregado e 1 neto de 9 anos – estudante. (a filha mora na casa de baixo)	Próprio (construída durante o casamento)
Maria R. S.	Plataforma	59	3	negra	Fundamental incompleto – estudando (4ª série)	não	_____	Não, mas já conviveu 15 anos.	1 filha de 35 anos (segurança) e 1 neta de 7 anos (estudante)	Próprio – construído durante o casamento.

Nome	Bairro	Idade	nº de filhos	Cor/Raça (auto-classificação)	Escolaridade	Tem trabalho remunerado?	Qual atividade exercida?	convive com companheiro ou cônjuge?	Idade de cada membro da casa e relação com a entrevistada	Situação do Imóvel
<b>Joseli F.J.S.</b>	Plataforma (conj. Sr. do Bomfim)	26	4	morena	Fundamental incompleto	sim	Faz penteados afro, coloca mega-hair, etc.	Não, mas já conviveu 9 anos.	4 filhos (10, 9, 5 e 3 anos) estudantes.	Alugado
<b>Nilza S.</b>	Plataforma (Bariri)	50	2	Cor de formiga	Ensino médio completo – Aux. de enfermagem	sim	Aux. de enfermagem da SAMU.	Não, mas já conviveu 23 anos – divorciada e a 11 anos sem companheiro	Mora sozinha, seus filhos casaram-se recentemente	Próprio -Construída durante o casamento.
<b>Iraildes S.R.</b>	Plataforma (Bariri)	76	3	parda	Fundamental incompleto	não	Pensionista - viúva	Não, mas já conviveu 45 anos	1 filha (outra de 37 anos) desempregada. e 1 neto de 4 anos	Próprio – comprado durante o casamento
<b>Maria C. N.</b>	Plataforma (Planalto Real)	60	6	parda	Fundamental incompleto	não	_____	Não, mas já conviveu 22 anos (companheiro faleceu)	1 filho (18 anos) e 1 filha (30 anos) desempregados; 3 netos (11, 12 e 8 anos)	Próprio
<b>Iraildes S.</b>	Plataforma/ São Bartolomeu	49	4	negra	Fundamental incompleto	Não (está com problemas de saúde no pulmão)	_____	Sim, 10 anos (2ª união. A primeira durou 22 anos – pais dos filhos)	1 companheiro (54 anos – desempregado faz bicos) e 1 neto de 6 anos.	Próprio – em nome do marido (herança de sua falecida esposa)
<b>Albertina S. C. S.</b>	Plataforma	84	2	mulata	Fundamental incompleto	não	Aposentada como costureira	Não, mas conviveu +_ 50 anos	1 filha de criação de 43 anos (revendedora AVON)	Próprio – comprado durante o casamento
<b>Bernadete B. A.</b>	Plataforma / S. Bartolomeu	73	9 vivos (13)	negra	Fundamental incompleto	não	Pensão da viuvez	Não, mas conviveu 38 anos	1 filho (com problemas psiquiátricos) de 40 anos e 1 neto de 22 desemp.	Próprio (Invasão)

Nome	Bairro	Idade	nº de filhos	Cor/Raça (auto-classificação)	Escolaridade	Tem trabalho remunerado?	Qual atividade exercida?	convive com companheiro ou cônjuge?	Idade de cada membro da casa e relação com a entrevistada	Situação do Imóvel
<b>Altamira T. C. N.</b>	Plataforma / S. Bartolomeu	37	1	negra	Fundamental incompleto	sim	Reciclagem (catadora de embalagens pet)	Sim, 6 anos	Companheiro, 47 anos, desempregado; 1 filha de 6 anos (estuda); enteada de 13 anos (estuda).	Própria – É na invasão, mas foi comprada por ela há 10 anos
<b>Vera Lúcia C.</b>	Plataforma / São Bartolomeu	52	6	negra	Fundamental incompleto	sim	Vende produtos de revista	Não, mas já conviveu 16 anos.	1 filho, 17 a, estuda; 1 filho, 20 a, desempregado; 1 filho de criação, 7 a, estuda, 1 filha, 19 a, desempregada.	Próprio – Ela invadiu o terreno quando era mais nova e construiu a casa
<b>Edna Maria B. A.</b>	Plataforma (acampamento da Suburbana – MSTB)	43	6	negra	Ensino médio completo	Faz bicos	_____	Sim, 8 anos (2ª união)	3 filhos (21, 16, 15) que estudam, 1 neto de 2 anos; Companheiro, 42 anos, biscateiro.	Acampamento do MSTB – suburbana .
<b>Rosângela L. S.</b>	Plataforma /S. João do Cabrito.	41	4	negra	Ensino médio completo - magistério	sim	Voluntária no Projeto PlataForma (recebe ajuda de custo)	Não, nunca conviveu.	1 mãe, 63 anos aposentada; 1 pai 69 anos, aposentado; 1 filho (23a) desempregado; 3 filhas (20a – desempregada e 15a – estudante, 7a - estudante); 1 nora 18 a – cooperada; 2 netas (1 e 3 anos)	Próprio – comprado pelos pais



Nome	Bairro	Idade	nº de filhos	Cor/Raça (auto-classificação)	Escolaridade	Tem trabalho remunerado?	Qual atividade exercida?	convive com companheiro ou cônjuge?	Idade de cada membro da casa e relação com a entrevistada	Situação do Imóvel
<b>Crispina P. C.</b>	Plataforma	61	2	negra	Ensino médio incompleto	não	aposentada	Sim, conviveu, mas não especificou quanto tempo	1 irmã (37 anos – ESPECIAL) 1 filha estudante de 24 anos (faculdade) e 1 filha vendedora de 29 anos.	Próprio
<b>Marilene M. S.</b>	Plataforma	62	4	negra	Fundamental incompleto (estudando)	sim	Empregada doméstica	Não, mas conviveu 30 anos (divorciada)	1 filha de 29 anos – secretária de escola pública e 1 filho de 26 formado como professor – não está trabalhando.	Próprio – comprado durante o casamento